

D. CPGE / UFRGS
J. 1. 88

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE:
O CASO DAS ELEIÇÕES PARA DIRETORES DE UNIDADE
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
- 1984 -

155765

MÁRCIA ONDINA VIEIRA FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação para a obtenção do título de Mestre em Educação.

- Porto Alegre, maio de 1987 -

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS

FICHA CATALOGRÁFICA

F383p Ferreira, Márcia Ondina Vieira.

O processo de democratização da universidade:
o caso das eleições para diretores de unidade na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 1984
/ Márcia Ondina Vieira Ferreira. - Porto Alegre:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Facul-
dade de Educação, 1987.
274 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

CDU: 378.4.014.53(81)
(81)378.4.014.53
378.4.072.1(81)
(81)378.4.072.1
324:378.113.2(816.5 UFRGS)
(816.5 UFRGS)378.113.2:324
378.113.2(816.5 UFRGS):324
378.111(816.5 UFRGS):301.186
(816.5 UFRGS)378.111:301.186
301.186:378.111(816.5 UFRGS)

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Democratização da universidade: Brasil

378.4.014.53(81)

Universidade: Democratização: Brasil

378.4.014.53(81)

Brasil: Democratização da universidade

(81)378.4.014.53

Autonomia da universidade: Brasil

378.4.072.1(81)

Universidade: Autonomia: Brasil

378.4.072.1(81)

Brasil: Autonomia da universidade

(81)378.4.072.1

Eleições: Diretores de Unidades: UFRGS

324:378.113.2(816.5 UFRGS)

UFRGS: Diretores de Unidades: Eleições

(816.5 UFRGS)378.113.2:324

Diretores de Unidades: UFRGS: Eleições

378.113.2(816.5 UFRGS):324

Comunidade universitária: UFRGS: Organização

378.111(816.5 UFRGS):301.186

UFRGS: Comunidade universitária: Organização

(816.5 UFRGS)378.111:301.186

Organização: Comunidade universitária: UFRGS

301.186:378.111(816.5 UFRGS)

Bibliotecárias responsáveis:

Jacira Gil Bernardes CRB-10/463

Lucília R. L. de Carvalho CRB-10/675

PROFESSOR ORIENTADOR

Tomaz Tadeu da Silva

PH. D. em Educação pela Stanford University - USA. Professor Adjunto do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação - UFRGS.

À Diva e ao Gabriel

AGRADECIMENTOS

Às entidades financiadoras, CAPES e CNPq.

Ao Alfredo e a todos aqueles que, por motivos diversos e em diversos momentos, colaboraram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O estudo examina os processos de escolha de Diretores de unidade, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que culminaram em eleições não adequadas às determinações da Legislação do Ensino Superior, objetivando levantar pontos que colaborem para uma compreensão dos atuais movimentos de democratização da Universidade brasileira.

O referencial teórico montado procura traçar um perfil da instituição universitária, apresentando as diferentes concepções existentes em torno do seu papel na sociedade, e quanto ao nível de autonomia e democracia pleiteado para ela. Nesta perspectiva, destacam-se três tipos de visões: a autoritária (ou conservadora), a liberal e a progressista. Além disso, é traçada uma caracterização da Universidade brasileira a partir da orientação que lhe deu o regime militar, através da Lei da Reforma Universitária (Lei 5540/68), bem como se focaliza a luta por reestruturação da Universidade, que vem ocorrendo a partir do ascenso dos movimentos sociais no país, na segunda metade da década de 70.

Visando uma inserção do leitor no processo acontecido na UFRGS em 1984, dados da conjuntura do país e desta uni-

versidade são apresentados. A campanha por "Diretas Já para Diretor!" na UFRGS é considerada uma resultante da greve geral das Instituições de Ensino Superior Federais Autárquicas, ocorrida no período que vai de 16 de maio a 8 de agosto de 1984.

A metodologia utilizada na pesquisa empírica, considerando-se a técnica utilizada de estudo de caso, pretendeu conformar um quadro o mais completo possível das mobilizações em torno das eleições diretas para Diretores de unidade na UFRGS. Após ter-se adquirido uma visão geral de todos os processos realizados na universidade, foram selecionadas seis unidades nas quais os processos adquiriram características mais paradigmáticas. A análise feita aborda a situação geral do movimento na UFRGS, a partir das instâncias de organização da comunidade universitária, e a experiência acontecida em cada uma das unidades selecionadas.

As "Conclusões" sintetizam elementos surgidos no exame de cada caso e no relacionamento entre a pesquisa teórica e a empírica. Os processos analisados adquiriram, em seu transcorrer, um caráter bastante restrito, à medida em que as comunidades acadêmicas limitaram-se a eleger uma lista sêxtupla a ser referendada pelas Congregações. Via de regra, os programas montados pelas comunidades e pelos candidatos não

comportam análises mais acuradas da situação das faculdades e da Universidade como um todo, nem tampouco uma proposta de gestão alternativa, onde cada comunidade dividisse entre si a direção da unidade. Assinala-se, por fim, que na disputa existente hoje, a nível nacional, entre diferentes frações de classe visando à reestruturação da Universidade, os setores comprometidos com uma transformação radical desta instituição devem atentar para a necessidade da reestruturação do poder na Universidade. Sem uma discussão sobre formas de gestão e de divisão de poder na instituição, os processos de eleição direta para cargos dirigentes tendem a ser absorvidos pelo sistema organizacional vigente na Universidade.

A B S T R A C T

This study examines the process for the selection of Directors of academic units in the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) that led to elections which were not in accordance with the Legislation covering Higher Education. The objective of this study is to help in understanding the current movement towards democratization of Brazilian Universities.

The theoretical terms of reference were to trace a profile of the university as an institution, presenting different conceptions of the role of the university in society and showing the level of autonomy and democracy required for it. From this perspective three kinds of views are stressed: authoritarian (or conservative), liberal and progressive. A characterization of Brazilian universities is outlined, taking into account the orientation given by the military regime, through the University Reform Law (Law 5540/68). The struggle for restructuring the universities, something which is occurring because of the rise of social movements in the country in the mid 1970's, is also focussed on.

With the aim of involving the reader in the process which occurred at UFRGS in 1984, information about the

country's political conjuncture and that of this university is presented. The campaign for "Diretas já para Diretor!" ("Direct elections for Directors now!") at UFRGS is considered to be the result of the general strike of Autonomous Federal Institutions for Higher Education, which occurred from the 17th of May to the 8th of August 1984.

The methodology used in the empirical research, utilizing the case study technique aimed at presenting the most complete picture possible of those people mobilized in relation to direct elections for Directors of academic units at UFRGS. After acquiring a general view of the election process within the university six academic units were selected which had the most paradigmatic characteristics. This analysis covers the general situation of the movement at UFRGS, from the series of acts which led to the organization of the university community to the experience of each of the selected academic units.

The "conclusions" synthesize elements which appeared in each case and in the relationship between the theoretical and empirical research. As they were being analysed the processes acquired quite a restrictive character, because the academic communities restricted themselves to electing a list of six people which was to be countersigned by the university.

Congregations. As a general rule the programmes prepared by the community and the candidates do not allow for a more accurate analysis of the situation of the faculties and the university as a whole, nor for the proposal of an alternative administration in which each academic community would divide between themselves the management of each unit. It is pointed out, finally, that in the current national dispute between different factions involved in restructuring universities, those sectors committed to a radical transformation of these institutions should be attentive to the need for restructuring power within universities. Without a discussion about forms of administration and division of power within institutions, the processes of direct election of unit leaders tend to be absorbed by the organizational system present in universities.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
RESUMO	06
ABSTRACT	09
1. INTRODUÇÃO	19
2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	
2.1 - O Papel da Universidade na Sociedade: Concepção Adotada neste Trabalho	27
2.2 - O Papel da Universidade na Sociedade: Três Visões de Autonomia e Democracia Universitárias .	33
2.3 - Autonomia e Democracia na Universidade: Concepção Adotada neste Trabalho	39
2.4 - Autonomia e Democracia na Universidade: Um Exemplo Histórico	43
2.5 - Caracterização da Universidade Brasileira: Histórico Recente	49
2.6 - A Luta pela Reestruturação da Universidade no País	62
2.7 - Objetivos do Estudo	82
2.8 - Metodologia	86
2.8.1 - Estratégia Geral de Pesquisa	87
2.8.2 - Coleta de Dados	92
3. O CENÁRIO	
3.1 - O Momento Político de 1984	94

3.2 - A Conjuntura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	101
3.3 - O Movimento "Diretas Já para Diretor!" na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	108
4. O PROCESSO EM ANÁLISE	
4.1 - Abordagem	113
4.2 - Primeira Avaliação das "Diretas Já para Diretor!" na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instâncias de Organização e Elaboração do Movimento	117
4.3 - Segunda Avaliação das "Diretas Já para Diretor!" na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Evolução do Movimento nas Unidades Seleccionadas	128
4.3.1 - Faculdade de Arquitetura	129
4.3.2 - Faculdade de Ciências Econômicas	137
4.3.3 - Faculdade de Educação	150
4.3.4 - Faculdade de Odontologia	168
4.3.5 - Faculdade de Veterinária	182
4.3.6 - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	198
5. CONCLUSÕES	209
ANEXO I - Unidades Universitárias e Departamentos de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do sul	231
ANEXO II - "Regulamento Eleitoral II" - Faculdade de Arquitetura, 1984	238
ANEXO III - "Projeto de Regulamento 1984" - Faculdade de Ciências Econômicas, 1984	243
ANEXO IV - "Regulamento Eleitoral para Eleição dos Mem-	

bros que Comporão a Lista Sêxtupla para o Car- go de Direção e Vice-Direção da Faculdade de E- ducação - Exercício 85/89 -" - Faculdade de E- ducação, 1984	246
ANEXO V - "Regulamento Eleitoral" - Faculdade de Veteri- nária, 1984	251
ANEXO VI - "Regulamento Eleitoral" - Instituto de Filoso- fia e Ciências Humanas, 1984	258
ANEXO VII - "Cronograma do Processo Eleitoral Desenvolvi- do na FACED" - Faculdade de Educação, 1984 ..	262
ANEXO VIII - "Diagrama do Processo de Eleição da Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas" - Faculdade de Ciências Econômi- cas, 1984	264
BIBLIOGRAFIA	266

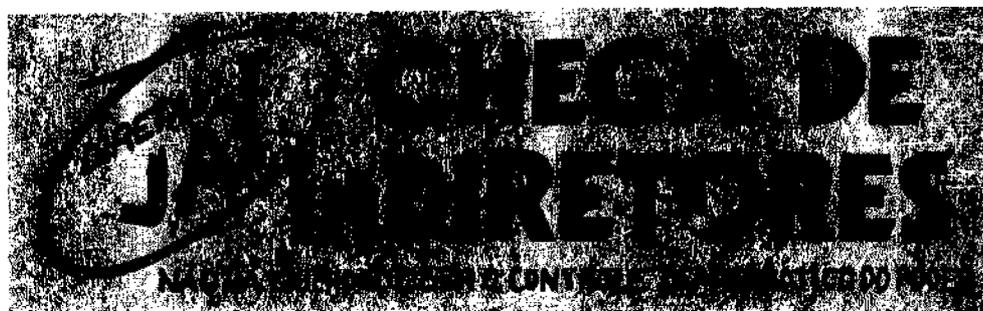
LISTA DE TABELAS

TABELA I - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 1984	135
TABELA II - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Educação, UFRGS, 1984	162
TABELA III - Incidência de Votos Nulos e Brancos na Chapa Única para Diretor da Unidade - Faculdade de Educação, UFRGS, 1984	164
TABELA IV - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Odontologia, UFRGS, 1984	177
TABELA V - Distribuição dos Votos por Chapa - Faculdade de Odontologia, UFRGS, 1984	178
TABELA VI - Pontos Obtidos por Chapa, através da Aplicação do Fator de Ponderação - Faculdade de Odontologia, UFRGS, 1984	179
TABELA VII - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, 1º Turno	191
TABELA VIII - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984 - 2º Turno	192
TABELA IX - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984 - 3º Turno	192
TABELA X - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984 - 4º Turno	193

TABELA XI - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984 - 5º Turno	193
TABELA XII - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984 - 6º Turno	194
TABELA XIII - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984 - Média dos Turnos	194
TABELA XIV - Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1984	201

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Descrição dos Processos Alternativos de Formação da Lista Sêxtupla para Diretor - Unidades Seleccionadas, UFRGS, 1984	206
QUADRO II - Listas Sêxtuplas para Diretor: da Comunidade Acadêmica, da Congregação, e Respectivas Escolas do MEC - Unidades Seleccionadas, UFRGS .	207
QUADRO III - Processos de Formação da Lista Sêxtupla para Vice-Diretor - Unidades Seleccionadas, UFRGS, 1984	208



Adesivo produzido por estudantes da UFES durante o processo de eleições para Diretores, em 1984.

1 INTRODUÇÃO

O fim do "Milagre Econômico" brasileiro coincide com o início do reconhecimento consensual da crise de nosso ensino superior.

Independentemente do ponto de vista de classe em que os indivíduos se coloquem, as perguntas giram em torno do papel da Universidade, se esta cumpre seus objetivos, por que não os cumpre e quais os meios para fazê-la cumprir. E apesar da diferenciação de diagnósticos, as diferentes posições concordam em reconhecer na Reforma Universitária de 1968 o paradigma histórico a ser tomado para análise.

Entretanto, para se discutir esta crise de função da instituição universitária, é necessário, em primeiro lugar, desmistificar esta "função" como sendo um elemento estático, definitivo e conciliador das diferentes posturas de classe existentes na sociedade. A Universidade não tem um papel histórico neutro. O papel que ela cumpre é aquele que lhe foi delegado pelas classes dominantes, à revelia dos interesses das classes dominadas.

Na Reforma Universitária, foi apresentada uma proposta de readequação da Universidade que ainda não se esgo-

tu. Sua característica principal é a tecnocratização "racional" da instituição. A função social atribuída à Universidade pelos ideólogos "revolucionários" de 1964 foi a de atender às necessidades tecnológicas para o desenvolvimento do capital monopolista no país e produzir os quadros que iriam dirigir este desenvolvimento. Enquanto isso, o Estado veio gradativamente desobrigando-se da sustentação financeira da Universidade pública, e promovendo o fortalecimento do ensino privado no país.

A tentativa de transição da sociedade brasileira para uma democracia burguesa controlada, que teve seu início propriamente dito a partir do momento em que o Colégio Eleitoral elegeu um presidente civil, em janeiro de 1985, não tem demonstrado inclinações diferentes da referida acima. O governo da "Nova República" pretende reestruturar a Universidade, sem alterar o papel social que esta tem cumprido na sociedade brasileira.

Todavia essa visão de Universidade inicia a ser questionada a partir do ascenso dos movimentos sociais no país. Particularmente no movimento universitário, a comunidade acadêmica é agente de um processo de democratização no qual o questionamento da estrutura de poder dá-se em conjunto com uma reflexão, menos ou mais clara, sobre o conteúdo e a prá-

tica social da Universidade. Destaca-se, nesse processo, a greve nacional de funcionários docentes e funcionários técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior Federais Autárquicas, em 1984, que possibilitou diversas mobilizações, em todo o país, em torno de eleições diretas para os cargos dirigentes das universidades.

A indagação geral da pesquisadora era, então, examinar como a luta por alterações na estrutura de poder poderia revelar o jogo de interesses em torno da disputa pela hegemonia na Universidade. De fato, a sucessão de propostas para a sua reestruturação nesta década indica que esta disputa está cada vez mais acirrada.

Por outro lado, é possível dizer que haja um projeto provindo da comunidade acadêmica? Em primeiro lugar, só se pode falar em "comunidade acadêmica" de forma pragmática, referindo-se à sua ação no cenário universitário frente às diversas investidas do Ministério da Educação. Do ponto de vista "conceitual", ela é uma abstração, visto não ter uma ação conjunta reconhecida e organizada, enquanto, tampouco, não se auto-reconhece. Em segundo lugar, deve-se observar que os projetos de reestruturação da Universidade são múltiplos, e múltiplas são as correntes de pensamento que defendem interesses de classe através de um ou outro projeto, de-

pendendo dos objetivos políticos e ideológicos que cada grupo tenha em relação à Universidade. Assim, o possível seria procurar-se, na ação do movimento universitário e do Governo, quais as tendências quanto à questão do poder, e como estas tendências poderiam revelar determinados agentes, tentando direcionar a Universidade para seu projeto próprio.

Evidentemente que, hoje, em meio a esse processo ainda incompleto de "modernização" da sociedade brasileira e da Universidade, os delineamentos ainda seriam bastante iniciais. Entretanto, é importante e é preciso, dentro da pesquisa voltada à questão universitária como um todo, tentar identificar as tendências referidas.

Uma alternativa metodológica, frente à amplitude do assunto, seria examinar processos particulares, começando a levantar idéias. A pesquisadora optou, então, por restringir-se à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS -, onde estuda, particularmente analisando o processo de indicação de Diretores de Unidades ocorrido em 1984, em meio à greve nacional das universidades autárquicas. Era uma tentativa de reconstrução histórica do movimento, a qual se somava uma análise de como a luta por determinados mecanismos democrá-ticos poderia revelar variados objetivos na disputa pelo poder.

Tratava-se, agora, estabelecidos problema e objetivos do trabalho, de definir como chegar às respostas. Seria necessário articular o processo de pesquisa com o processo de exposição. Do ponto de vista teórico, as preocupações situaram-se em três níveis, conjugados. O primeiro deles seria acompanhar relatos de processos de democratização, em todo o país, para manter-se atenta às questões investigadas. O segundo nível buscaria apreender a opinião de teóricos sobre o papel da autonomia e da democracia na discussão sobre Universidade, sem esquecer um resgate histórico de lutas universitárias em todo o mundo. E o último nível pretendia auferir as iniciativas governamentais no sentido da reestruturação da Universidade, bem como as propostas provindas de entidades interessadas no assunto.

Metodologicamente falando, pretendia-se elaborar um quadro teórico que fosse mais do que uma mera revisão de literatura. Esta serviria apenas para direcionar a posição a dotada pela pesquisadora frente aos temas em discussão. A partir da revisão bibliográfica e do acompanhamento conjuntu ral dos eventos universitários (que vinha acontecendo durante vários anos antes do início dos trabalhos) foi possível de terminar quais elementos seriam interessantes de serem anali sados no estudo de caso. Desta forma, procurava-se superar a visão da "neutralidade científica", substituindo-a por uma

proposta de análise o mais objetiva possível, visando uma aproximação da verdade. (Parte-se do pressuposto de que aqueles interessados em colaborar para a libertação das classes oprimidas têm maior interesse em chegar à verdade, e, portanto, em dirimir os viéses, ao reconhecerem que a ciência muitas vezes pode ser utilizada para ocultar facetas da realidade.)

O que exigiria um esforço bastante grande seria articular o processo de pesquisa com o processo de exposição, ou seja, conseguir redigir o quadro teórico, de forma articulada com os interesses da pesquisa, oferecendo ao leitor uma seleção de temas e pontos de vista. Na construção gradativa do quadro teórico, então, residem suas muitas falhas, até mesmo pelos momentos diferentes em que foi escrito.

Quanto à pesquisa propriamente empírica, a coleta de dados partiu de depoimentos tomados de pessoas-contato em cada unidade, de modo a que se obtivesse informações generalizadas sobre cada processo. No transcorrer desses depoimentos, já foi possível selecionar os processos mais paradigmáticos, considerando a inviabilidade de trabalhar com todos eles, ao mesmo tempo em que gradativamente ia surgindo um quadro de análise, e precisando-se as categorias a examinar. O quadro de análise se alicerça, ainda, na pesquisa teórica re

ferida acima.

A partir daí, procurou-se direcionar as entrevistas. Os documentos oficiais coletados começaram a ser discutidos à luz do que a história não oficial, obtida através dos depoimentos e entrevistas, ia desvelando.

Resumidamente, no próximo capítulo (2) procura-se montar uma concepção de Universidade: o seu papel na sociedade capitalista, as visões (diferenciadas) de autonomia e democracia universitárias, a Universidade saída da Reforma de 68 e os movimentos por reestruturação mais recentes. O objetivo é demonstrar que as lutas por democracia e autonomia na Universidade são orientadas por interesses diversos, conforme a reorganização das frações de classe e os objetivos que nela tiverem os diversos grupos que participam da luta.

O 3º capítulo, breve, reconstitui a conjuntura da UFRGS e de seus segmentos em 1984, a partir das mudanças que vinham ocorrendo na sociedade.

O 4º capítulo é descritivo-analítico. A partir da reconstrução dos movimentos que levaram às "diretas" nas Unidades, procura-se entender seu alcance. De um modo geral, os processos não tocaram na legalidade do sistema: todos eles

reivindicaram somente a participação na elaboração da lista sêxtupla, isto é, a comunidade solicitou ser ouvida pela Congregação, nem pensando em impôr seu candidato ao MEC. Essa condescendência de parte das Congregações ocorreu em poucas, quase metade das unidades. Destas, selecionou-se seis, pelas particularidades de seus processos.

Por fim, é preciso dizer que a rapidez quanto ao surgimento de propostas para o ensino superior nesta década dificulta muito a realização de trabalhos deste tipo, estabelecendo seus limites. O embate que se trava em torno da reestruturação da Universidade brasileira, a discussão sobre as propostas governamentais e os projetos alternativos que têm sido apresentados pelas entidades de classe ou outros, está ainda a merecer um significativo exame.

2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 - O Papel da Universidade na Sociedade: Concepção Adotada neste Trabalho

A pretensão da ideologia burguesa de atribuir à instituição escolar um papel histórico neutro vem sendo desmistificada à medida em que os conflitos de classe viabilizam uma reflexão teórica mais ampla por parte dos cientistas sociais comprometidos com a transformação da sociedade.

Do ponto de vista da Universidade, objeto de nossa análise, podemos afirmar que ela sempre serviu aos interesses dos dominantes. Entretanto, para fugir a uma postura maniqueísta que simplifica esta dominação de classe, é preciso buscar os fundamentos desta dominação, perguntando: "que relações há entre a universidade e o restante dos dispositivos de domínio da classe dominante?" (PINTO, 1986, p.24).

Inicialmente, necessitamos convir que ocorreram fortes mudanças no conteúdo da Universidade, à medida em que o capitalismo modificou-se qualitativamente. A Universidade tradicional preocupava-se em formar intelectualmente os futuros dirigentes das classes dominantes, de modo a que estes

adquirissem as habilidades mentais e os conhecimentos necessários à gestão da sociedade. Além disso, apresentava um mecanismo de justificação ideológica, pois aqueles que tinham o privilégio de frequentar o seu meio, os "doutores", forneciam "apoio e defesa . . . a todas as medidas legislativas que [assegurassem] o predomínio econômico da classe dirigente" (PINTO, 1986, p.32). O título de doutor tinha um caráter honorífico semelhante aos títulos nobiliárquicos¹.

Os avanços que sofre o modo de produção capitalista, levando-o ao que MANDEL chama de terceira idade do capitalismo, neocapitalismo ou capitalismo tardio², exigem que a Universidade altere seu conteúdo, de forma a readequar sua funcionalidade às necessidades da nova etapa do capitalismo.

¹ "O marido é que estava contente . . . Ficando rico e sendo médico . . . via diante de si uma larga estrada de triunfos nas posições e na indústria clínica. Não tinha fortuna alguma, mas julgava o seu banal título um foral de nobreza . . . Apesar de ser seu pai um importante fazendeiro por aí, em algum lugar deste Brasil, o sogro lhe dera tudo e tudo ele aceitara sem pejo, com o desprezo de um duque, . . . a receber homenagens de um vilão que não roçou os bancos de uma 'academia'. BARRETO, Lima. Triste Fim de Policarpo Quaresma. 24. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 215p. (Primeira edição em forma de livro - 1915.)

² "A periodização adotada distingue uma fase de capitalismo concorrencial (dividida em duas subfases) e uma fase de capitalismo monopolista ou imperialismo, dividida na subfase 'clássica' e na subfase atual do 'capitalismo tardio'." (SINGER, 1985, p.X).

Pode-se dizer, inclusive, que a Universidade é "mais o sujeito do que o objeto" deste processo de evolução (MANDEL, 1979, p.41), porque as mudanças ao nível da divisão social do trabalho necessitam de alterações também ao nível educacional. É preciso que a educação clássica ceda lugar à especialização e ao ensino profissionalizante. A industrialização em grande escala precisa de técnicos, cientistas, economistas e administradores. O aparelho de Estado, reorganizar sua burocracia. Deste modo, como refuncionalizar a Universidade? Dotando-lhe de uma estrutura administrativa mais ágil, e mais centralizada do ponto de vista do sistema de tomada de decisões. Orientando o ensino e a pesquisa para as necessidades dos monopólios. Especializando o saber e levando, conseqüentemente, à alienação de professores e estudantes.

Se a Universidade tradicional buscava formar quadros dirigentes, a reforma tecnocrática reduz a algumas instituições privilegiadas esta tarefa; as demais têm a função de formar quadros técnicos: as novas necessidades do capitalismo forçam a Universidade a reproduzir a força de trabalho intelectual. Do ponto de vista ideológico, a divisão social do trabalho é legitimada à medida em que valores mais altos - ideológica e economicamente - são atribuídos ao trabalho intelectual. O monopólio do saber se mantém, a cultura permanece represada pelos muros da Universidade. A ideologia domi

nante perpassa tanto os conteúdos como a sua forma de transmissão:

"Un conocimiento puede ser neutral frente a la lucha de clases, pero su constitución en objeto de saber supone determinada forma de adquisición, de transmisión, de control, de utilización de esa información y ese modo de apropiación social ya sí tiene que ver con la dominación, más allá del carácter no valorativo que puede tener el conocimiento científico aislado." (PORTANTIERO, 1978, p. 26).

Um outro aspecto a analisar é o grau de sucesso desta reforma. No momento em que o Estado capitalista executa suas modernizações, à conclusão que a burguesia chega sobre a necessidade de reformar a Universidade soma-se uma grande pressão vinda das classes médias reivindicando o ingresso na instituição, e isto tanto em países desenvolvidos quanto nos dependentes. Se por um lado esta confluência facilita a implantação da reforma, considerada uma benesse por estes segmentos que gradativamente vão perdendo seu status quo na sociedade modernizada, por outro ela determina um processo de crise no sistema universitário. À medida em que à Universidade acorrem milhares de jovens visando a habilitar-se a um emprego ao final do curso, surgem duas situações conflituosas: de parte da instituição, uma grande dificuldade de açambarcar o vultoso número de pleiteantes a vagas; de

parte do mercado de trabalho, um igualmente grande número de desempregados. De fato, como diz PORTANTIERO (1978), sendo a Universidade um local de formação de elites, é contraditório que se torne uma instituição de massas. Em breve há um agravamento nas condições de ensino e, por causa das flutuações de mercado, há uma necessidade constante e impraticável de readequação dos conteúdos de ensino. O profissional que sai da Universidade necessita ser treinado dentro da empresa. A desvalorização do diploma a partir da mão-de-obra excedente de nível universitário leva a um processo de "proletarização" do trabalho intelectual que, ao associar-se à alienação referida anteriormente, acentua no estudante (e no profissional) a sensação de perda do controle e do sentido do seu próprio saber, principalmente quando a isto se une a total falta de participação na gestão da Universidade, marcada pelo autoritarismo.

Toda esta situação coloca ao sistema capitalista um problema impossível de ser resolvido dentro de seus limites. Que fazer com os excedentes às vagas no ensino superior? Que fazer com os técnicos mal qualificados e em excesso esperando pelo ingresso no sistema produtivo? Se esse excesso permite um rebaixamento de salários em virtude da concorrência, as tensões geradas em determinados períodos tornam a Universidade um local de agitação política prejudicial ao

sistema. Nos países desenvolvidos, procura-se manter o jovem a maior parte do tempo possível dentro do sistema escolar. Já nas nações dependentes, a contradição é mais gritante:

"De tal modo países en los que no sólo no decrece sino que aumenta en cifras absolutas el número de analfabetos o semianalfabetos viven el mismo proceso de masificación de la matrícula media y superior por el que atraviesan las naciones más desarrolladas. Mientras en Europa y los Estados Unidos se llegó a la congestión en la cúspide del sistema educativo tras un proceso secular de extensión progresiva de la educación en sus diversos grados, en los países dependientes latinoamericanos conviven la exclusión sistemática de los umbrales educativos mínimos con la inflación de demanda de instrucción en la enseñanza media y superior." (PORTANTIERO, 1978, p.18).

Há a tentativa, igualmente, de diminuir sensivelmente o número de vagas no ensino superior, o que acaba por acentuar mais a contestação, unindo os que estão fora da Universidade com os que estão dentro e já divisam o seu futuro.

Em relação aos demais membros da comunidade universitária, professores e funcionários, à medida em que a reforma tecnocratizou a Universidade, muitos dos privilégios usufruídos pelos docentes foram substituídos por uma organização aparentemente impessoal que, na realidade, garantiu o poder de determinados grupos na gestão da Universidade. Quanto

aos funcionários, "embora quase esquecido e encarado como questão secundária ou menor no contexto universitário, o próprio crescimento quantitativo das universidades trouxe à tona o problema dos funcionários, cujo número também cresceu e cujas reivindicações foram se manifestando de modo coletivo." (WANDERLEY, 1985b, p.58-9). A situação de ambos assemelha-se à dos estudantes: alienação e proletarização do trabalho intelectual, participação reduzida na estrutura de poder da instituição (enquanto membros de suas corporações). Assim sendo, há a tendência ao acirramento dos movimentos contestatórios dentro da Universidade, procurando mudanças em sua estrutura, e podendo chegar, às vezes, ao questionamento do valor social do conhecimento produzido e reproduzido naquela.

Evidentemente que o grau de contestação que assume o movimento universitário vai depender, em parte, do nível de acirramento em que se encontra a luta de classes em determinado momento histórico. Mas, de um modo geral, duas questões vêm se mantendo como alvo de discussões, no âmbito da Universidade: o sentido da autonomia e da democracia nesta instituição.

2.2 - O Papel da Universidade na Sociedade: Três Visões de Autonomia e Democracia Universitárias

De uma forma bastante ampla, podemos vislumbrar três grandes visões quanto ao papel da Universidade enquanto instituição social, ressaltando que não necessariamente seus defensores têm cristalizadas essas posições. Conforme a visão que defendem, esses grupos embatem-se entre si e disputam o poder na Universidade - interna e externamente. Dessa disputa nascem diversas formas de divisão de poder que determinam o nível de democracia possível. Vê-se, aqui, como as diferentes percepções quanto à função social da Universidade, condicionadas ao contexto histórico, estabelecem valores quanto à ligação da Universidade ao Estado, e sob as formas de gestão daquela. É do enfrentamento dessas concepções que surgiram, historicamente, as várias experiências universitárias que conhecemos.¹

Para o primeiro dos grupos referidos, a Universidade é um organismo diretamente ligado ao Estado autoritário (tecnoburocrático ou não), conforme os interesses dos grupos que detêm o poder na sociedade, enfocados misticamente como representando a vontade do povo. Para esse grupo, então, a questão da autonomia universitária nem se coloca, o mesmo o-

¹ Para informações sobre algumas destas experiências, verificar: ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, 1986.

correndo com a democracia interna à instituição, visto serem os dirigentes desta mandatários diretos do poder central. As mobilizações universitárias mais primárias, mais iniciais, a contecem visando reformar essas relações de poder e essa concepção de Universidade; são exemplos disso o processo iniciado em Córdoba, em 1918, e que estendeu-se por toda a América Latina, e o exemplo brasileiro da década de 60.

Uma segunda forma de entender a Universidade é a apresentada pela visão "liberal", aliás hegemônica na concei-tuação de Universidade. Os liberais reivindicam para esta um caráter a-histórico e objetivos transcendentales, sendo preci-so fornecer autonomia à Universidade para que ela cumpra sua essência de ser-Universidade, ou que assuma seu caráter de autêntica Universidade, isto é, que seja a "inteligencia privilegiada del país", que se constitua enquanto "consciencia crítica y constructiva' de la sociedad" (ACHAERANDIO, 1984, p.17-8). Para os liberais, o espírito científico veiculado na Universidade é a consciência crítica do povo, e, portan-to, sem autonomia a Universidade não pode exercer sua tarefa - neutra - de elaborar conhecimento para a "sociedade". A instituição universitária com autonomia passa a estar livre da luta pelo poder que ocorre na sociedade, e produz e difun-de conhecimento indiscriminadamente, visando o "bem-comum": a visão liberal "desconhece" a luta de classes. No caso de

países subdesenvolvidos como o nosso, os liberais atribuem à Universidade a tarefa de promover-lhes o desenvolvimento, sem reconhecer que é o nível de dependência dos países imperialistas que regula o nível de desenvolvimento.

Mas, na luta contra a visão tradicional, a concepção liberal tem uma contribuição importante, apresentando uma proposição "modernizante" de Universidade. Quando tocam na produção do conhecimento, buscam colocar a instituição a serviço do desenvolvimento das forças produtivas, adequando-a a novos momentos históricos. A propósito da luta por reforma universitária no Brasil, nos anos 60, diz PINTO:

" . . . parte da universidade compreende que precisa preparar os alunos para as novas tarefas da sociedade, em rápida industrialização, dotando-os de conhecimentos técnicos objetivos. É a parte minoritária, mas está ganhando terreno. Representa um setor relativamente progressista da sociedade atual, no sentido em que, ao empreender o amplo desenvolvimento da produção, está impulsionando o processo econômico vigente. Contra essa fração luta a outra, a dos 'humanistas', que representam os setores retrógrados, latifundiários, obscurantistas da sociedade, e são ainda numericamente preponderantes. A contradição existe e é auspiciosa, pois determina a quebra das velhas estruturas, de qualquer modo movimentada para a frente a universidade. Mas é ilusório pensar que esteja aí a solução da reforma da instituição. . . De uma forma ou de outra, seu compromisso com o sistema vigente é imutável." (PINTO, 1986, p.86-7).

Evidentemente que os liberais acabam por lançar confusão quanto ao tema da objetividade-neutralidade do conhecimento científico, o que gera, por outro lado, posições muito variadas dentro deste grande grupo.

Do ponto de vista da divisão de poder interna à Universidade, para os liberais a competência técnico-científica substitui a democracia, aos moldes da democracia burguesa moderna. Em situações históricas mais avançadas, os liberais lançam mão do artifício da "participação", pelo qual procuram convencer os que reivindicam parcelas do poder de que estão realmente contribuindo para a gestão universitária, dentro de seus próprios limites.

Um terceiro segmento, que chamaremos de "progressista", percebe que o atrelamento da Universidade ao Estado é necessário aos dominantes, por razões de ordem econômica e ideológica. Percebe que a forma autoritária de gestão da Universidade é a fórmula encontrada pelas classes dirigentes de salvaguardar seus interesses dentro da instituição, eivada de intelectuais. Todavia, esse agrupamento também é bastante heterogêneo, havendo facções que se voltam mais para a posição liberal, enquanto há outras com posturas mais radicais. Conforme o nível de elaboração e de consciência política desse grupo, altera-se a concepção sobre o papel da Universida-

de, bem como se define com mais precisão o sentido da democracia interna àquela e sua ligação com a autonomia reivindicada.

Muitas vezes, membros da comunidade acadêmica dão-se conta de que o produto social da Universidade não atinge aos interesses da maioria da população, mas acreditam ser possível alterar esse quadro lutando por autonomia e democracia. Subestimam, assim, o interesse que as classes dominantes têm em sustentar a instituição universitária produzindo para a manutenção do sistema capitalista. Facções mais à esquerda compreendem essa mesma luta como uma reivindicação de transição, pela qual se colabora em minar a estrutura deste mesmo sistema.

Em outras ocasiões, setores progressistas são envolvidos pela argumentação liberal de que a busca do conhecimento é livre de objetivos políticos e, na luta contra setores conservadores, podem ser atraídos para a visão liberal quanto à preponderância da competência para a gestão da Universidade.

De uma maneira geral, múltiplas posições poderiam ser levantadas, visto que a classificação apresentada visa meramente estabelecer compreensões quanto à questão universi

tária, e não identificar grupos militantes dentro da Universidade. Mais importante que essa classificação seria examinar o quanto determinadas proposições quanto aos mecanismos democráticos na Universidade revelam momentos da luta de classes, e até onde elas podem avançar sem ser barradas.

2.3 - Autonomia e Democracia na Universidade: Concepção Adotada neste Trabalho

Com vistas à análise que será feita dos processos de participação da comunidade universitária nas eleições para Diretores de Unidades da UFRGS, em 1984, apresentar-se-á a seguir a concepção adotada neste trabalho quanto à autonomia e democracia na Universidade.

Em primeiro lugar, a Universidade é compreendida como um aparato hegemônico da classe dominante, onde é constante (historicamente) a disputa entre várias frações de classe pelo seu domínio (VEIGA, 1981a, 1982, 1985). Assim, as propostas sobre formas de gestão e de divisão de poder na Universidade revelam diferentes entendimentos sobre o seu papel na sociedade, conforme o interesse que cada fração de classe tenha na instituição universitária. Estes interesses estão em relação direta com os conflitos que ocorrem a nível macro-social, de tal modo que a disputa por hegemonia coloca

a Universidade como um dos centros da luta de classes, em determinados períodos históricos. Entretanto, isto não quer dizer que a discussão em torno do tema autonomia e democracia da Universidade se coloque historicamente da mesma forma, isto é, os embates por autonomia e participação iniciados pelos estudantes em Córdoba, em 1918, por exemplo, pouco tem a ver com as mobilizações travadas em 1968 na Europa. Isto quer dizer, ainda, que se há uma visão que apresenta a luta por autonomia como tendo os mesmos objetivos através dos tempos, é porque ela atribui à Universidade a acepção de que esta é um organismo neutro a serviço do "bem estar social", e por isso necessita de autonomia para autogerir-se sem a intervenção do Estado. Como vimos acima e na seção passada, esta acepção acaba mistificando a função que a instituição universitária cumpre numa sociedade de classes.

Em segundo lugar, trata-se de esclarecer a relação entre autonomia e democracia. A autonomia da Universidade em relação ao Estado compreende, de modo geral, as seguintes dimensões (vide ACHAERANDIO, 1984 e WANDERLEY, 1985b):

a) autonomia de governo interno: inclui os aspectos de estrutura administrativa e de estabelecimento de um governo interno, com formulação de leis específicas a constar em Estatutos e Regimentos;

b) autonomia acadêmica: supõe liberdade para diri-

gir as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e de publicar seus resultados sem coerção externa; podendo, ainda, expedir com validade títulos e certificados;

c) autonomia financeira: liberdade quanto à alocação de seus recursos, sem injunções externas.

Por outro lado, FERREIRA assinala a relatividade do termo "autonomia da Universidade em relação ao Estado", se concordarmos com a tese de que aquela é uma instituição deste. Falar em

". . . autonomia universitária é indiretamente defender a tese da possibilidade da dicotomia de interesses, entre os interesses do espírito - o saber livre e desinteressado -, e os interesses materiais, ligados à produção. Ora, o saber é, ele mesmo, fruto da produção material dos homens. Além do mais, não existe o saber, mas este saber é, qualquer que ele seja, sempre resultado da produção humana em determinadas relações de produção."

E continua ela: "Na pseudoneutralidade da atuação da Universidade se oculta a ação política, econômica e ideológica do Estado sobre a Sociedade Civil. Portanto, entre o Estado e a Universidade, factualmente, existe uma relação de 'dependência' (FERREIRA, 1984, p.163-4). Visto, então, ser impossível a autonomia da Universidade, trata-se de discutir

como a autonomia acontece na Universidade, e é aqui que se insere a questão da democracia: nas instituições que se mobilizam por autogestão, quem vai exercer essa gestão, e em que local serão tomadas as decisões? Os combates em torno da autonomia em relação ao Estado vão conter sempre, deste modo, disputas internas pelo poder, que podem apresentar-se de forma mais ou menos transparente. Os grupos que pleiteiam a democratização, ou que porventura vêm a participar de processos democráticos procurando garantir seus espaços, possuem objetivos diversos nesses processos, visões diferenciadas de Universidade, interesses diferentes a defender. Por isso mesmo, também são múltiplas as propostas sobre a forma e proporção da representação da comunidade acadêmica, ou de elementos exteriores a ela. Neste momento da luta pelo poder, então, devemos entender a democracia como

" . . . simples instrumento e não o fim da disputa política. A democratização interna depende, obviamente, da criação de instrumentos institucionais. Mas a constituição desses instrumentos não cria, por si só, a universidade ideal. Os instrumentos democráticos apenas asseguram um espaço legítimo para travar as lutas substanciais que dizem respeito à política de pesquisa, ao tipo de cursos, à prática pedagógica, às prioridades na utilização de recursos - à adequação da universidade, como instituição de ensino e pesquisa das diferentes classes sociais em conflito." (DURHAM, 1984, p.57).

Em última instância, os resultados da luta pelo poder, na Universidade, podem alterar ou readequar o papel desta instituição no jogo político mais amplo que se trava na sociedade, incidindo, inclusive, no próprio sistema produtivo, visto que a distribuição do conhecimento, na sociedade capitalista, é feita de forma a assegurar as relações de produção, ao mesmo tempo em que veicula a ideologia dominante.

2.4 - Autonomia e Democracia na Universidade: Um Exemplo Histórico

Tomando-se os fatos acontecidos em Maio de 1968, na França, vamos tentar avaliar o desenvolvimento das mobilizações estudantis, em termos da sua relação com a luta de classes. Aquele país

" . . . vivia um processo de modernização técnica e desenvolvimento econômico . . . Nas fábricas, isto significa um aumento no grau de exploração . . . [gerando] uma crescente resistência dos operários." (ACONTECIMENTOS de maio de 68, 1982, p.4).

A nível educacional, o governo necessitava transformar a Universidade, inadequada às necessidades de formação técnica que a fase do capitalismo estava a exigir. Lan-

çou, então, um projeto de reforma universitária (a Reforma "Fouchet"), que desagradou aos estudantes, visto introduzir, entre outras coisas, um processo de seleção mais rigoroso no acesso à Universidade; não logrando, além disso, solucionar o problema da falta de mercado de trabalho para os egressos.

O movimento estudantil iniciou, desta forma, uma revolta que estendeu-se para outros setores, chegando a paralisar a sociedade francesa, com greve geral de cerca de 10 milhões de trabalhadores. Apesar do caráter pré-revolucionário destas mobilizações, a colaboração de classe executada pelos Partidos Comunista e Socialista (PCF e PS) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) à burguesia francesa impediu a queda desta. Após o período de um mês onde era visível a desestruturação do poder burguês, a burguesia conseguiu organizar-se e retomar a direção do Estado, dissolvendo a Assembleia Nacional e promovendo eleições legislativas, nas quais os partidários de De Gaulle conseguiram uma grande maioria.

Qual a trajetória, então, da elaboração estudantil sobre a Universidade? Se num primeiro momento o espontaneísmo dos estudantes levou-os a defender a velha Universidade em contraposição à proposta de reforma apresentada pelo governo De Gaulle, o rápido transcorrer dos acontecimentos le-

vou-os a lutar por uma mudança radical.¹ "Tornou-se claro que não era possível lutar contra as estruturas da universidade sem se chocar com o aparelho do Estado e sem discutir o sistema." (GARAUDY, 1982, p.29).

Neste sentido, se os estudantes inicialmente discutiam a relação professor-aluno, a estrutura das universidades, e quem detinha o poder de geri-las, logo a solidariedade que receberam de um setor significativo dos professores esclareceu o verdadeiro opositor, colocando ". . . em destaque o regime em seu princípio mesmo: o regime político do gaulismo e o regime econômico e social do capital monopolis-

¹ Veiga estabelece uma diferenciação entre reforma universitária, reestruturação institucional e mudança radical. Para ela, a primeira significa ". . . um movimento de transformação institucional, induzido externa ou internamente, que altere a estrutura interna de tomada de decisões, a divisão do conteúdo do trabalho acadêmico e burocrático e o tipo de atividades a que a instituição se dedica. Um movimento de reestruturação universitária, por sua vez, tem o escopo mais limitado, onde se redefine marginalmente as atividades, procurando adaptá-las mais adequadamente ao projeto de Universidade em curso. No outro extremo, denominamos de mudança radical àquele movimento que, além de pretender tudo o que o movimento de reforma pretende, procura também substantivamente alterar a composição social dos membros da comunidade universitária e o conteúdo de classe de suas atividades." Ela adenda, ainda, que o ". . . movimento de reforma será progressista quando ele possibilita a promoção de mudanças na estrutura de poder, de modo a torná-la mais aberta e democrática . . .", ou será conservador ". . . quando os recursos institucionais estiverem sendo mobilizados na defesa de interesses corporativos, na retomada do controle das estruturas de poder por setores contrários à mudança, ou para impedir a participação de segmentos da vida universitária excluídos do processo de tomada de decisão." (VEIGA, 1985, p. 89).

ta de Estado." (GARAUDY, 1982, p.28).

Logo, o entendimento que adquiriram os estudantes sobre o caráter político da luta que travavam, levou-os a ampliar o poder que reivindicavam para o estabelecimento da autonomia universitária, através da qual o exercício da democracia dentro da instituição poderia levar à alteração do seu conteúdo de classe. Diz a União Nacional de Estudantes Franceses:

"Quatro objetivos essenciais podem, desde agora, ser propostos ao movimento estudantil:

1 - a instalação imediata de um poder estudantil real dentro das faculdades, com direito de veto sobre todas as decisões tomadas;

2 - subordinada a esse primeiro ponto, a autonomia das universidades e das faculdades;

3 - a extensão da luta ao conjunto de setores que difundem a ideologia dominante, isto é, a informação;

4 - a fusão real com as lutas operárias e camponesas, colocando-se o mesmo tipo de contestação do poder no seio da empresa e nas estruturas profissionais.

Esses quatro pontos essenciais são as condições necessárias para a solução dos outros (vestibulares, exames, liberdades políticas e sindicais nas faculdades, nos ginásios e etc.)." (A UNEF propõe, 1982, p.42-3).

Mas a vanguarda estudantil sabia das limitações deste processo: ". . . sabemos, entretanto, que, em um regime capita

lista, esse tipo de poder só pode ser temporário." (A UNEF propõe, 1982, p.43), assim como sabia situar a ligação entre democracia e autonomia, uma não existindo sem a outra:

"Sem o poder estudantil, a autonomia é uma quimera, porque a autoridade é entre gue aos mandarins que nos governam. Por outro lado, sem autonomia, o poder estudantil é uma ilusão, porque o governo e a administração dispõem de instrumentos consideráveis de controle. Havendo a autonomia, isso quererá dizer que todas as decisões tomadas pelos estudantes em ligação com os docentes serão imediatamente aplicadas." (A UNEF propõe, 1982, p. 43).

Lutando por autonomia para as universidades, os estudantes tinham claro também o papel que esta cumpria no momento de agitação social, visando desestruturar o poder burguês. O "poder estudantil" era reivindicado pelo conhecimento de que a burocracia universitária poderia tomar conta de qualquer vitória futura. A verdadeira autonomia só se sustentaria frente às instituições transitórias da classe operária - mas o contra-poder não surgiu, pela visão estreita das direções operárias.

Roger GARAUDY, membro do Birô Político do PCF, cuja divergência em torno da análise de Maio de 68 valeu-lhe a expulsão do partido, assinala com clareza a conclusão acima,

o caráter de mudança radical que o movimento estudantil buscava:

"Três idéias, desde então, avançaram largamente:

1º A consciência do liame interno e profundo (da luta do movimento estudantil) com a do movimento operário;

2º A idéia de que uma revolução verdadeira, em nossa época, não se poderá fazer sem a classe operária;

3º A idéia de que não se poderá fazer uma Universidade socialista num mundo capitalista e de que a solução do problema universitário pressupõe a solução de um problema mais vasto.

Não se trata então de transformar a Universidade antes e a sociedade em seguida, mas de agir de modo que a Universidade se torne, na sociedade capitalista, não um instrumento de conservação dessa sociedade, mas um foco de transformação." (GARAUDY, 1982, p.31).

A reivindicação de autonomia e democracia na Universidade, assim, possui um caráter transitório, podendo estar a serviço tanto da burguesia como do proletariado. No caso do Maio de 68 francês, a tendência quase que espontânea do movimento estudantil colocou a reivindicação do poder estudantil e universitário como um todo a serviço das camadas exploradas da sociedade, visando fazer com que a Universidade alterasse o seu conteúdo de classe.

2.5 - Caracterização da Universidade Brasileira: Histórico Recente

Para entender o caráter da Universidade surgida da Lei 5540/68 - a chamada Lei da Reforma Universitária - é preciso destacar no quadro histórico as necessidades objetivas que conviveram com o findar de um movimento de reivindicações sociais e o início de um período de autoritarismo, necessidades essas que revelam uma associação entre a luta pelo poder político e econômico e a política educacional adotada. Uma análise deste tipo evitaria, assim, que se atribuisse às mudanças no sistema escolar, introduzidas pelos militares, um acento terminantemente maniqueísta; ou, o seu oposto, que se isentasse de orientação política aquela legislação específica, ou qualquer outra em outro qualquer momento histórico (CUNHA, 1982, p.52), (SAVIANI, 1978, p.178, 191).

Desta forma, se tomarmos como referência o início dos anos 60, veremos que o esgotamento do processo de substituição de importações, iniciado na década anterior, apresentou duas alternativas para a situação econômica do país, com diferentes bases sociais de apoio. "De fato, se os empresários nacional e internacional, as classes médias, o operariado e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira de industrialização, as razões que os levaram a isso eram diver-

gentes." (SAVIANI, 1978, p.183). O governo populista de João Goulart tendia a optar por uma política nacionalista e distributivista, onde os capitais nacional e estatal eram privilegiados nos investimentos econômicos, secundarizando o capital internacional. As alterações na economia se concretizariam através das chamadas "reformas de base": eleitoral, tributária, agrária, urbana, bancária, universitária. Outros setores da burguesia visavam regenerar o capitalismo no país através da internacionalização do mercado interno. Somando-se a essa divergência, o ascenso do movimento popular, viga de apoio do populismo, representava uma contradição para o Estado burguês, na medida em que havia a possibilidade de as massas colocarem-se fora do controle do Estado. Assim, em 1964, um golpe de Estado destruiu o aparato nacional-desenvolvimentista, sufocado em sua própria contradição. A ditadura militar garantiu a hegemonia da fração da burguesia interessada na implantação definitiva do capital monopolista no Brasil.

A política educacional decorrente do novo regime procurou solucionar dois problemas específicos, em se tratando do ensino universitário. Por um lado, deveria suprir o mercado de capital humano adequado ao novo estágio de desenvolvimento tecnológico. Por outro, premiar o apoio que a classe média havia dado ao movimento golpista, pois que este

grupo social, esgotadas suas possibilidades de manutenção do status quo na sociedade brasileira cada vez mais industrializada, necessitava de outras formas de ascensão social (CUNHA, 1982, p.54); (GRACIANI, 1982, p.68).

É necessário, aqui, fazermos um corte no período que vai de 1961, quando da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61 - LDB), a 1968, ano da aprovação da Lei 5540/68.

Com isso, podemos delinear as diferentes propostas de reforma da Universidade, bem como o objetivo de seus proponentes. De fato, se foram ricas as contribuições de intelectuais brasileiros (individualmente ou em grupo), se foram muitos os Encontros e ativas as mobilizações estudantis que veicularam as propostas da União Nacional dos Estudantes (UNE), da parte do Governo o caminho percorrido até as modificações introduzidas na estrutura e funcionamento da Universidade igualmente foi repleto.

A LDB retrata uma frustrada tentativa de acordo entre a fração nacionalista da burguesia e aquela mais ligada ao capital internacional, porque à época em que foi sancionada (dezembro de 1962), com seu primeiro projeto remontando a 1948), já se vislumbrava a predominância da "interna

cionalização do mercado interno" (FREITAG, 1979, p.57). Propriamente quanto ao ensino superior, a 4024/61 é frágil "na concepção de Universidade e na definição de suas funções", além de manter "a cátedra como unidade básica dentro da instituição universitária e o vestibular fragmentário, respondendo apenas a cada curso isolado" (FÁVERO, 1977, p.54).

Por outro lado, o projeto da Universidade de Brasília, de Darcy Ribeiro, implantado em seguida à votação da LDB, apresentava os primeiros entendimentos sobre as características de uma universidade reformada: acabava com o sistema de cátedra, instituindo a organização departamental e preocupava-se com o desenvolvimento tecnológico autônomo, dentro dos parâmetros nacional-desenvolvimentistas.

Enquanto isto, a trajetória do movimento estudantil revela uma presença da UNE nos acontecimentos políticos do país, colocando-se cada vez mais ao lado dos interesses do povo. No âmbito da Universidade, há um crescimento na elaboração teórica dos estudantes sobre o caráter da reforma necessária, bem como uma capacidade de refletir os anseios da classe média angustiada. Até 1964, a UNE realizou quatro seminários nacionais sobre reforma do ensino (1957, 1961, 1962 e 1963),¹ organizou grandes manifestações de rua, sustentou uma greve nacional por um terço da representação dis-

cente na direção das universidades (1962) e percorreu o país, conjuntamente com o Centro Popular de Cultura (CPC), através da UNE Volante.² Inicialmente, as avaliações estudantis referiam-se mais à necessidade de modernização da Universidade. A experiência e a reflexão sobre a conjuntura nacional vão gradativamente fazendo com que os estudantes associem suas questões particulares com o contexto social mais geral, chegando a pensar no papel que a Universidade ocupava na estrutura de dominação montada no país, e qual a estraté-

¹1957 - Rio de Janeiro - 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino.

1961 - Salvador - I Seminário Nacional de Reforma Universitária ("Carta da Bahia").

1962 - Curitiba - II Seminário Nacional de Reforma Universitária ("Carta do Paraná").

1963 - Belo Horizonte - III Seminário Nacional de Reforma Universitária. (CUNHA, 1983b, cap. V).

²A UNE enviava seus diretores e outros líderes a todos os estados da Federação, buscando veicular suas propostas às bases estudantis, além de promover campanhas junto a frações exploradas da população. O CPC era o "órgão cultural da UNE, com regimento interno próprio e autonomia administrativa e financeira" (GÓES, 1985, p.29). Compreendendo as profundas limitações de uma Universidade que pretendia elaborar cultura distante de seu produtor direto, o povo - e que, por sua vez, tinha o seu acesso à Universidade vetado -, e visando produzir conscientização em escala industrial (como dizia Oduvaldo Viana Filho - o Vianinha), o CPC participava das caravanas da UNE, produzindo teatro, cinema, música, pelo interior do país, nas favelas e nos subúrbios. Além disso, dirigiu-se também para a alfabetização de adultos, conforme o método Paulo Freire. O Teatro do CPC, localizado no prédio da UNE, no Rio de Janeiro, foi inaugurado em 30 de março de 1964, e incendiado no dia seguinte, pelas forças de direita.

gia que os estudantes deveriam utilizar para colocar a Universidade no âmbito do processo de transformação estrutural da sociedade brasileira.

Entretanto, é preciso esclarecer, primeiro, que a atividade reivindicatória em relação à Reforma Universitária não foi exclusivamente da parte estudantil, e, segundo, que o movimento estudantil não tinha uma postura monoliticamente "revolucionária". Quanto ao primeiro ponto, por exemplo, CUNHA (1982, p.55) esclarece que as pressões exercidas na campanha por "mais vagas e mais verbas" provém de segmentos diferentes, porém concatenados. A classe média excluída da Universidade pleiteava mais vagas. Professores progressistas e estudantes reivindicavam mais verbas e mudanças estruturais no ensino superior. VEIGA (1982, p.31) assinala, também, a participação de entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Educação, e é preciso destacar, individualmente, a pessoa de Álvaro Vieira Pinto, cujo livro A Questão da Universidade foi editado pela UNE em 1962 (CUNHA, 1983b, p.229).³ Note-se que a expressão da insatisfação da classe média quanto à sua

³ Esta obra só foi reeditada em 1986, pela Cortez Editora.

crescente dificuldade de ascensão social é refletida pelo movimento estudantil, porque a classe média não tem movimento próprio, como o operariado tem.

Quanto ao segundo ponto, refere-se ao conteúdo de classe das propostas estudantis sobre reforma universitária, e que se respaldam em avaliações mais amplas sobre a situação política, econômica e social do país. Embora as diferentes correntes políticas tivessem propostas diferenciadas para a Universidade, o projeto hegemônico assumia características radicais, ligando a transformação da Universidade a um processo de revolução das estruturas sociais do país.⁴ Todavia, é preciso assinalar que a burguesia também procurou hegemonizar o movimento estudantil, apesar de não obter sucesso (DREIFUSS, 1981, p.282-90).

Os temas discutidos pelas instâncias da UNE referiam-se à estrutura e funcionamento da Universidade, sua divisão em departamentos, seu sistema de decisões, a criação de planos de carreira, a questão da autonomia e o papel do conhecimento produzido e reproduzido na Universidade.

⁴ Para um esclarecimento destas propostas, ver os excelentes trabalhos de VEIGA (1981a e 1982).

O golpe de 64 conseguiu, em quatro anos, destruir todos os movimentos sociais, e o estudantil entre eles. A Lei Suplicy de Lacerda (Lei 4464, de 09.11.64) colocou na ilegalidade a UNE e as UEE's - União Estadual de Estudantes - criando o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais (DEE's), vinculados ao MEC. As entidades estudantis não podiam fazer manifestações políticas. O Decreto-Lei 228, de 28.02.64, atrela os DCE's - Diretórios Centrais de Estudantes - e os DA's - Diretórios Acadêmicos - às Reitorias, estabelecendo eleições indiretas para os DCE's, e extingue as entidades estudantis estaduais. O Decreto-Lei 477, de 26.02.69, baseado no Ato Institucional nº 5,⁵ dá o golpe final no movimento universitário, instituindo a punição a membros da comunidade acadêmica responsáveis por atos "subversivos".

No plano da formulação de um projeto para a Universidade, a fração de classe no poder lançou mão de múltiplas assessorias. Em 23.6.65, o MEC assina seu primeiro acordo com a USAID (United States Agency for International Development), renovado em 1967. Também é de 1965 o "Relatório At-

⁵ Ambos decretos foram revogados em 1979. O AI-5 foi revogado em 31.12.78.

con", que se propõe à "reformulação estrutural da Universidade Brasileira" (ATCON, 1966). Precursor imediato da Reforma Universitária, o "Relatório Meira Mattos" surge a partir de uma Comissão Especial instituída através do Decreto 62.024, cujo objetivo maior era averiguar as diferentes proposições sobre o caráter da atividade estudantil. Todavia, os assessores acabaram avaliando também os Decretos-Lei 53/66 e 252/67,⁶ que reconhecem como precursores da necessária Reforma Universitária.

Em virtude da pressão cada vez mais forte da mobilização estudantil, em 1968 o Governo teve que tomar atitudes mais globalizadoras em relação à crise universitária, principalmente tentando solucionar o problema dos excedentes (FÁVERO, 1977, p.65). Cria, assim, através do Decreto 62.937, de 02.7.68, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária,⁷

⁶ Decreto-Lei 53 - de 18.11.66. "Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências".

Decreto-Lei 252 - de 28.02.67. "Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei 53, de 18.11.66, e dá outras providências".

⁷ Segundo FERNANDES (1975, p.201), "os dois estudantes designados para fazer parte do GT eximiram-se dessa responsabilidade".

cuja função era "promover a reforma universitária", dando-lhe 30 dias para concluir "os estudos e projetos". O Grupo trabalhou com os seguintes assuntos:

- 1 - regime jurídico e administrativo;
- 2 - estrutura;
- 3 - articulação da Escola Média com a Superior;
- 4 - cursos e currículos;
- 5 - corpo docente;
- 6 - pós-graduação;
- 7 - corpo discente;
- 8 - expansão do ensino superior; e
- 9 - recursos para a educação. (BRASIL. MEC. Grupo

de Trabalho para a Reforma Universitária, 1968).

Esses pontos foram materializados na Lei 5540/68, de 28.11.68, que "fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e dá outras providências". Ela incorpora a concepção americana de Universidade, baseada na teoria do capital humano, relacionando a racionalização de recursos e a "democratização" do ensino superior, entendida aqui, como ampliação das vagas através da expansão do ensino privado. FREITAG (1979, p.82-3) assim nos resume o conteúdo da Lei:

- (a) Estruturação do ensino em básico e profissional com dois níveis de pós-graduação - mestrado e doutorado;
- (b) adoção do sistema de créditos;

- (c) dissolução da cátedra;
- (d) departamentalização;
- (e) implementação de cursos de pequena duração;
- (f) adoção de formas jurídicas múltiplas;
- (g) promoção da unidade entre ensino e pesquisa;
- (h) instituição da obrigatoriedade de frequência do ensino para professores e estudantes;
- (i) adoção de regime de tempo integral e de dedicação exclusiva para professores;
- (j) instituição da participação dos estudantes em diretórios acadêmicos;
- (l) criação do vestibular unificado e classificatório;
- (m) criação dos sistemas de monitoria e de bolsas;
- (n) instituição de uma forma hierarquizada de pagamento de taxas de estudo.

Se bem que incorpore muitas das reivindicações dos setores progressistas interessados na Reforma Universitária, a política da ditadura para a Universidade brasileira é marcada pelo autoritarismo e repressão. Na realidade, o que se vê é a ascensão de um projeto de Universidade que pretendia, por um lado, esgotar qualquer tentativa de pensamento dissidente do imposto pelo autoritarismo, e daí porque o regime necessitou extinguir este pensamento crítico até mesmo pelo

aniquilamento físico de seus opositores. Por outro lado, a "modernização" da Universidade é uma reestruturação racional da instituição, no sentido de adaptá-la às necessidades da nova etapa do capitalismo no Brasil.

Do ponto de vista organizacional, a extinção da cátedra não altera a distribuição do poder entre poucos. A estrutura de poder fornecida à Universidade pela ditadura militar garante a manutenção político-ideológica desta última naquela, legitimando a classe no poder e o modo de produção capitalista. Para GRACIANI (1982, p.154), a distribuição do poder entre Reitor, Diretores e Chefes de Departamento é "um componente fundamental da estrutura organizacional da Universidade". Isto fica claro a partir da legislação específica⁸: os cargos de Reitor e Diretor são de confiança, respectivamente, do Presidente da República e do Ministério de Estado da Educação e Cultura, escolhidos em listas sêxtuplas elaboradas pelos colegiados máximos; das Instituições, no caso do cargo de Reitor (e Vice-Reitor), e das Unidades, no caso do cargo de Diretor (e Vice-Diretor). Além disso, lembremos que a composição desses órgãos é pobre na representação dos seg-

⁸ Lei 5540/68, alterada pela Lei 6420, de 03.6.77; Decreto 80.536, de 11.10.77, que regulamenta esta última.

mentos universitários (estudantes, funcionários e professores).

À medida em que o Milagre Econômico entra em seu o caso, a política referida anteriormente adquire contornos de falência. A expansão desenfreada do ensino privado "diploma" profissionais que não encontram ocupação no mercado de traba lho. O agravamento da crise econômica reduz cada vez mais as verbas para as Universidades Públicas. O Estado precisa, en-
tão, por um lado, conter a expansão do ensino superior e, por outro, desobrigar-se da sustentação financeira da rede pública. Quanto ao primeiro ponto, o Governo providencia uma "acentuada diminuição das autorizações de funcionamento de novos cursos . . . em nome da manutenção do padrão acadêmi-
co" (OLIVEN, 1980, p.66-7). Quanto ao segundo, há o apareci-
mento de uma série de projetos por parte do MEC (os projetos MEC-CRUB, por exemplo), onde se sugere que a Universidade vá buscar recursos nas empresas privadas (o que poderia ocasio-
nar o atrelamento das pesquisas aos interesses dessas últi-
mas), e onde há a tentativa de transferir à própria institui-
ção universitária a gerência de seus recursos, incorrendo na alteração, inclusive, da sistemática de plano de carreira de funcionários e professores, além do achatamento de seus salá rios.

Ora, se a Reforma Universitária foi fruto da resposta que a classe dominante deu às diferentes propostas sobre a Universidade, num momento de crise estrutural da sociedade, o processo iniciado pela "abertura política", a partir do crescimento da mobilização social, também apresenta várias propostas de reestruturação da Universidade⁹. Esta questão será tratada na seção seguinte.

2.6 - A Luta pela Reestruturação da Universidade no País

O discurso de posse do Presidente General Ernesto Geisel, em março de 1974, anunciava a pretensão de promover uma distensão "lenta e gradual", que ficou conhecida como processo de "abertura política", e de alterar a situação econômica, que apresentava péssimo desempenho ao final do Governo Médici e do "Milagre Brasileiro". Evidentemente que a tentativa de manutenção da hegemonia dos militares e seus aliados, até o momento em que o Colégio Eleitoral escolheu um

⁹ VEIGA (1981b, p.230-1) identifica quatro modelos de crítica atual à Universidade: (1) a concepção teco-burocrática; (2) a concepção autoritária-conservadora; (3) a concepção científico-liberal; e (4) a concepção desmistificadora.

presidente civil, em 1985, percorreu todos esses anos através de inúmeros "casuísmos" políticos, obra do arbítrio. Como exemplo, o chamado "pacote de abril", de 1977, promoveu reformas constitucionais que instituíram o senador "biônico", estenderam a Lei Falcão a todas as eleições e transformaram definitivamente em indiretas as eleições para Governadores de Estado.

Por outro lado, a reorganização do movimento popular no país começa a acontecer lentamente, dizimado que fora a partir do golpe militar e suas "leis" de exceção, e açambarcando, também, a insatisfação de inúmeros setores sociais prejudicados com a crise econômica.

No plano político-institucional, as eleições gerais de 1974, 1978 e 1982 demonstraram a confiança da população nas oposições ao Governo. A partir de 1976, o movimento pela anistia e liberdades democráticas ganha espaço, exigindo uma anistia "ampla, geral e irrestrita", e denunciando os desaparecidos, mortos e torturados pela repressão. É digna de nota a participação dos estudantes nesta mobilização, sendo os que levaram o movimento às ruas nas primeiras grandes manifestações contra o regime. A nível sindical, as greves de metalúrgicos iniciados no ABC paulista (triângulo formado pelas cidades industriais de Santo André, São Bernardo e São

Caetano) em 1978 alastraram-se geograficamente e para inúmeras outras categorias, escancarando a "abertura" e demonstrando que era possível fazer greve sob uma ditadura. De um modo geral, as reivindicações dão-se em torno de aumento salarial, anistia aos dirigentes sindicais cassados, alteração da Lei de Greve e da legislação e estrutura sindicais. O transcorrer dos anos indica um ascenso na organização e consciência da classe operária, que em 1983 realiza uma greve geral de um dia, em 21 de julho, com mais de dois milhões e meio de trabalhadores parados e manifestações em todo o país, convocada pela Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores. Ainda em 1983, em agosto, é criada a Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Do ponto de vista da Universidade, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais reestruturaram-se no país, os segmentos universitários vão adquirindo consciência da crise da Universidade e de sua situação nesta. A crescente proletarianização de docentes e funcionários técnico-administrativos leva-os a se organizarem em entidades de classe e a promover greves. Nos meses de novembro e dezembro de 1980, ocorre a primeira greve dos docentes, envolvendo cerca de 35 mil professores de 19 universidades federais. Em seguida, em fevereiro de 1981, um Congresso Nacional de Docentes de Ensino Superior, sustentado por Associações de Docentes de todo o

país, funda a "Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior - ANDES, cuja primeira diretoria eleita diretamente pelos professores, tomou posse em junho de 1982" (CUNHA, 1983a, p.78).

A criação da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA - data de 1978. De orientação "pelega", a entidade não realizava Congressos deliberativos, mas encontros anuais abertos à participação dos sócios das entidades de base, onde somente os presidentes das Associações votavam (ROSAS, 1983, p.10). Com uma entidade deste tipo, a organização dos funcionários e as greves por melhores salários e plano de carreira só aconteceram porque muitas diretorias combativas assumiram as entidades de base ou porque os militantes de base sustentaram as mobilizações. Em 1982 é formada uma oposição à Diretoria da FASUBRA, e em janeiro de 1984, quando da realização do I Congresso da FASUBRA, a oposição combativa é eleita para a direção da entidade (SILVA & AQUINO, 1985, p.29).

Tanto a ANDES quanto a FASUBRA elaboraram propostas para a reestruturação da Universidade brasileira. A primeira tem a primeira versão de suas contribuições datada de julho de 1982, como deliberação do V Conselho Nacional de Associações Docentes - CONAD (a versão final data de junho de

1985). A FASUBRA aprovou suas propostas na reunião de julho de 1983 do seu Conselho de Representantes. Ambos projetos foram enviados ao MEC.

Quanto ao movimento estudantil (m.e.), a sua rica história de lutas fornece à reconstrução da UNE um certo brilho, que vem a se extinguir nos anos subsequentes. Ao final do "Milagre", a política estudantil torna-se uma alternativa de militância para a esquerda deste país, e a mobilização dos estudantes vai dos encontros por área de estudo/profissão à reconstrução das entidades de base e, finalmente, das entidades gerais. A luta por liberdades democráticas, assumida pelos estudantes, foi a primeira demonstração de enfrentamento à ditadura realizada não pela instituição Universidade, mas por um segmento dela. Sucessivos Encontros Nacionais de Estudantes - ENE's - ocorreram neste período, apesar da forte repressão, culminando no IV ENE, ocorrido em outubro de 1978, onde se decidiu pela realização do XXX Congresso da UNE. O Congresso da Reconstrução aconteceu em Salvador, em maio de 1979, com a participação de mais de 3 mil delegados.

A década de 80, todavia, assiste à consolidação do movimento sindical e à volta ao pluripartidarismo, que retiraram do m.e. a iniciativa de direção das mobilizações sociais. Ao mesmo tempo, agrava-se a crise da Universidade, e o

m.e. dá um giro completo ao transferir suas lutas do campo social mais geral para dentro das universidades. As sucessivas direções reformistas da UNE despolitizaram o movimento, impondo-lhe uma dinâmica economicista, onde a centralidade é a luta por mais verbas. O m.e. torna-se incapaz de relacionar as questões da Universidade com a crise geral da sociedade, não demonstrando a ligação entre os projetos do MEC e a necessidade constante de readequar o ensino superior aos interesses do capital.

o seu internismo o leva a sucessivas derrotas frente ao MEC, e ao descrédito da opinião pública e entre os próprios estudantes. A oposição de esquerda, crítica à visão economicista e aparelhista da posição hegemônica na direção da entidade nacional, não conseguiu fornecer ao movimento outra dinâmica, pela falta de unidade na ação e em torno de um programa que localizasse as lutas estudantis no sentido de forçar a Universidade a elaborar conhecimento em favor da maioria da população explorada. O discurso das esquerdas quanto às estruturas aparelhadas da UNE não tem impedido que as mesmas envolvam-se no círculo vicioso do "parlamento" em que se tornaram os Congressos da UNE, cuja representatividade é questionável. A democracia representativa nas entidades, por tantos anos uma conquista dos estudantes frente às imposições da ditadura, hoje está ultrapassada; as sucessi-

vas eleições para diretorias de DA's, DCE's, UEE's e UNE, para as delegações aos Congressos da UNE e UEE's, vêm demonstrando, pela falta de discussão coletiva e pouca participação, o crescente desinteresse dos estudantes em relação a suas entidades.

A greve estudantil contra a Portaria 03/82 do MEC (que instituiu a discriminação entre estudantes carentes e não-carentes para fins de alimentação nos Restaurantes Universitários) foi a última grande manifestação nacional realizada sob a direção da UNE.¹ No período que hoje atravessamos, a UNE mantém-se imobilizada frente à política governamental.

Apesar da situação de muitas entidades, não podemos simplesmente anular a participação estudantil nas mobilizações universitárias. Se o m.e. enquanto tal atravessa uma crise político-organizativa e de direção, que o imobiliza para uma ação homogênea de âmbito nacional, isto não impede

¹ É digna de nota a manifestação conjunta de secundaristas e universitários no 1º semestre de 1983, contra uma Portaria do CONCINE (Conselho Nacional de Cinema) que acabou com as meias-entradas usufruídas pelos estudantes através da apresentação da "carteira estudantil".

que os estudantes contribuam fortemente nas atuais lutas universitárias que, hoje, adquirem um elemento novo: surge no cenário universitário um personagem inexistente nos idos de 68 - a comunidade acadêmica. O segmento dos funcionários, o dos professores e o dos estudantes têm buscado unificar-se para barrar as iniciativas do MEC que vão contra os seus anseios, bem como para conquistar mudanças significativas na estrutura universitária.

"Evidentemente que a relação que os três segmentos mantêm entre si ainda não está estabelecida historicamente, não existe clareza quanto ao papel que cada segmento cumpre na luta pela transformação da Universidade. Sua aliança é tática, mantendo uma unidade na ação em alguns momentos." (FERREIRA, 1985, p.155).

Assim, podemos perceber que, em várias instituições, o movimento da comunidade universitária pode insurgir-se contra um elemento específico - a falta de democracia na escolha dos dirigentes, por exemplo. Em outras ocasiões, ocorre uma organização contra um projeto do MEC. Os anos 80, então, são caracterizados pelo absoluto reconhecimento da crise do ensino superior, por parte desses segmentos, com variados níveis de consciência e politização. São abundantes as greves universitárias, e os questionamentos elaborados partem de questões mais pontuais, podendo chegar a uma reflexão

xão mais global, quanto ao papel que a Universidade cumpre na sociedade.

Um projeto de reestruturação da Universidade, por parte da comunidade acadêmica, está em gestação, já tendo pólos bastante claros: a questão da gratuidade do ensino, da autonomia e da democratização da Universidade. Aliás, esses são os pólos fundamentais de divergência com os projetos governamentais, que representam, por sua vez, múltiplos interesses, mas que se identificam no objetivo de tecnocratização "racional" da instituição.

A gratuidade relaciona-se ao estrangulamento financeiro das Universidades; à medida em que o Governo corta as verbas para o ensino superior, apresenta formas alternativas de gestão financeira, pelas quais as instituições terão de procurar meios para auto-sustentar-se, onde se inclui a implantação do ensino pago, muitas vezes sob a justificativa de que os estudantes universitários provêm de segmentos sociais com condições de pagar pelo ensino. A argumentação omite o fato de que o pagamento de taxas no ensino superior público afastaria cada vez mais os estudantes de menor nível sócio-econômico, bem como que os estudantes que frequentam, hoje, o ensino superior privado são, em sua grande maioria, provenientes destes segmentos.

A luta por autonomia é paradigmática, no Brasil: num país marcado pelo autoritarismo, a reivindicação de autodeterminação tem unificado os segmentos universitários.

"Durante la dictadura militar los últimos 20 años, la lucha por la autonomía universitaria era también progresista, porque en ese momento se luchaba por la libertad de expresión dentro de la universidad, por la posibilidad de discusión de temas, de elección de temas de investigación." (CUNHA, 1986, p.73).

Esta autonomia deve estender-se a todos os elementos da vida universitária: autonomia financeira, de governo interno e acadêmica (vide seção 2.3). Todavia, a comunidade universitária vem compreendendo a profunda ligação entre autonomia e democracia, sem a qual qualquer proposta de autogestão perde o sentido. Em virtude do caráter muitas vezes espontaneísta da ação da comunidade universitária, cuja reflexão se encontra ainda numa fase bastante inicial, ela tem compreendido a democratização da Universidade como uma ampliação de sua participação nas decisões tomadas pelos órgãos acadêmicos e administrativos da instituição, bem como o direito à eleição direta dos cargos diretivos, tais como Chefias de Departamento e de Unidades e cargo de Reitor. Isto é: antes de discutir quais organismos de gestão e de controle deveriam existir na Universidade, procurando repensar a

estrutura e funcionamento desta - e, conseqüentemente, o seu nível de relação com o Estado - os segmentos universitários têm elaborado propostas quanto à forma de eleição para os cargos de direção da Universidade, incluindo os órgãos colegiados, e referentes à composição desses órgãos, praticamente aceitando o modelo de Universidade atual.

Por outro lado, é preciso dizer que a luta em torno destes mecanismos democráticos varia de instituição a instituição, não havendo propostas cristalizadas. Elas dependem dos objetivos e interesses em jogo em cada instituição. Evidentemente que esse processo todo tem colocado à mostra as três visões de Universidade referidas (seção 2.2), disputando a direção dos movimentos, e defendendo propostas que garantam a implantação de seu projeto particular. Mas estas propostas mais abrangentes, que caracterizariam tendências ideológicas na luta por democratização, ainda são pouco claras. Neste momento do embate, todos parecem defender a democracia, conceituando-a como direito à participação de todas as pessoas envolvidas na vida acadêmica (o quê, em última análise, é uma definição bastante superficial).

Os movimentos de docentes, funcionários e estudantes têm sido unânimes ao pleitear a forma de eleição direta para os cargos de direção da Universidade, incluindo os ór-

gãos colegiados. Na realidade, sob essa bandeira têm ocorrido o maior número de mobilizações nos últimos anos, tanto no ensino superior público (instituições estaduais, autarquias e fundações federais), como no privado, e isto porque a comunidade acadêmica tem percebido que a burocracia universitária não representa os seus interesses, mas atende aos interesses materializados no poder do Estado ou no das mantenedoras.

Quanto à proporcionalidade para a eleição direta e quanto à composição dos organismos colegiados, os estudantes têm historicamente defendido a paridade entre os segmentos, enquanto docentes e funcionários não apresentam propostas fechadas (enquanto movimentos sociais) a respeito. Entretanto, há uma tendência generalizada de os professores reivindicarem maior participação na gestão acadêmica, em detrimento de funcionários e estudantes. Aliás, SILVA & AQUINO já assinalam o fato de que o debate sobre a estrutura de poder na Universidade ". . . restringe-se ao corpo docente, com pouca participação dos alunos e sem que os funcionários sequer tomem conhecimento." (1985, p.17).

SAVIANI (1984, p.103-8), por exemplo, nega a paridade como forma de autogestão universitária entre os segmentos. Ele não esclarece sua posição em relação aos funcioná-

rios, mas não aceita uma divisão paritária do poder com estudantes, baseado em três argumentos: as diferenças entre professores e alunos sob o ponto de vista educacional, o fato de que politicamente falando a divisão de poder dar-se-ia em torno de partidos políticos, e não de corporações, e por último, o fato de que, ao participar da gestão acadêmica, a corporação estudantil estaria comprometendo-se com projetos majoritários que porventura viessem a ser decididos na instituição. Sem querer-se aqui defender a validade da proposta da paridade na gestão acadêmica, tentar-se-á meramente demonstrar a falácia dos argumentos do autor referido. Inicialmente, é a visão de competência que embasa o posicionamento teórico de SAVIANI a verdadeira negativa para a proposta de paridade. Dentro, então, de sua própria forma de raciocínio, ao atribuir maior capacidade aos docentes para gerir a Universidade, visto que na relação educativa o "ponto de partida" coloca docentes em situação superior aos alunos, ele já estabelece que a direção dos rumos de uma universidade, em seus múltiplos aspectos, é mais conseqüente de ser realizada pelos professores, pelo simples fato de serem eles professores. Isto é, SAVIANI estabelece que, visto os professores terem mais competência dentro da atividade estritamente pedagógica, eles também a terão na atividade cogestionária na instituição, o que, logicamente falando, não é conseqüente. Do ponto de vista político, então, ele diz que se o poder tiver

que ser dividido na Universidade, esta divisão deveria ser feita em termos dos organismos que lutam por hegemonia na sociedade, ou seja, os partidos políticos (como no caso da Universidade do Chile). Desconhece ele, com este argumento, que a defesa de posições partidárias deve dar-se dentro das entidades de massa. Numa visão de democracia socialista (e este autor parece defender a construção de uma nova sociedade) a organização partidária pode ser transcorporação, mas não deve substituir a organização corporativa apartidária, sob o exato risco de se substituir a autonomia dos movimentos ou instituições sociais pela vontade de um único partido. Por último, quanto à questão das corporações, qualquer segmento, ao reivindicar participar das decisões e controle do que é produzido na Universidade, supõe poder ter influência sobre estes mecanismos democráticos, mas aceita, em última instância, submeter-se ao jogo democrático. A questão central, então, quanto ao argumento corporativo, é exatamente qual a porcentagem de participação que cada segmento terá, pois uma participação minoritária, com pouca influência, é que determinará uma mera legitimação nas decisões tomadas, e não a paridade.

Ainda dentro desta visão de "competência", ou seja, da "meritocracia", encontra-se José Arthur GIANNOTTI. Este filósofo alicerça toda a sua argumentação em torno da ne-

cessidade de se criar um "poder acadêmico", através do qual o funcionamento da Universidade deve ser entregue àqueles cuja competência é comprovada: "Desde que se tenha uma carreira superior realmente científica, avaliada criteriosamente, deve-se privilegiar os professores que estão no topo da carreira." (GIANNOTTI, 1985a, p.6). O contrário disso, isto é, "Submeter simplesmente o funcionamento desta Universidade à vontade indiferenciada de seus membros equivale a entregá-la aos sabidos, aos demagogos do saber." (GIANNOTTI, 1985c, p. 8).

Para ele, portanto, o jogo político da forma como ocorre na sociedade não pode ser trazido à instituição universitária. Os representantes do "baixo clero", então, os "sabidos", procuram forçar a implantação do "populismo" e do "assembleísmo" na Universidade, visando a manutenção ou a conquista de novos postos de mando nessa. Assim, a reivindicação de paridade não só é equivocada (apesar de cumprir papéis importantes, dependendo do momento histórico) como contraditória: se a paridade inicialmente parece indicar uma participação igualitária, num segundo momento é perceptível que ela acaba por qualificar o voto (principalmente dos funcionários). Neste sentido, se há o reconhecimento da qualificação do voto, é preciso ". . . conceder que os representantes dos três setores necessitam participar dos vários conse-

lhos universitários por meio de fórmulas diferenciadas." (GIANNOTTI, 1985c, p.8).

A instalação do "poder acadêmico" depende, primeiramente, que os três segmentos concordem em obedecer à sua autoridade, baseada no princípio da razão. Em segundo lugar, devem ser revistos os processos de avaliação tanto do ponto de vista interno à Universidade, quanto do externo, extinguindo os "Conselhos Estaduais e o Conselho Federal de Educação, substituindo-os por conselhos eleitos pela comunidade científica e escolhidos pelo Poder Executivo segundo uma fórmula a ser estudada." (GIANNOTTI, 1986, p.92).

Contrapondo-se a esta visão de "competência", encontram-se, entre outros, Marilena CHAUI e Luiz Eduardo WANDERLEY, por assinalarem as relações presentes na sociedade entre poder e saber:

"Os tidos como incompetentes são desqualificados para participar de elaborações, de eleições, de decisões decisivas, podendo, às vezes, ser consultados, executar tarefas, votar dentro de certas limitações etc. Ora, os mais competentes seriam então os que detêm o conhecimento mais sistematizado e metódico, ou seja, os que detêm o saber acadêmico, o conhecimento científico, que em tese se produz e se difunde fundamentalmente nas universidades. Uma intensa polêmica, que está longe de terminar, vem questionando

o conhecimento universitário a partir de reflexões sobre os conteúdos desse conhecimento, as formas pelas quais ele é elaborado, a serviço de quem ele existe." (WANDERLEY, 1985a, p.6).

Consciente, assim, de quão mistificador pode tornar-se o argumento da competência, visto este não definir "a serviço de quem" deva ser colocada a produção do conhecimento, WANDERLEY defende a necessidade de aproveitar-se as experiências democráticas em curso, esperando ser possível retirar delas orientações suficientemente claras para pôr à mostra as diferentes opções em torno da função social da Universidade. Nesta linha, CHAUI diz o quão enganoso pode ser discutir as formas de funcionamento da Universidade e sua estrutura, se não identificarmos os interlocutores e diferenciarmos os seus objetivos:

"Para que tivesse algum sentido [essa discussão] seria preciso que as partes em conflito possuíssem um ponto em comum, isto é, admitissem a necessidade da democratização da universidade. Não é o caso. Os vários textos publicados pelos envolvidos na reforma universitária, estadual e federal, são de clareza meridiana: referem-se à racionalização da universidade. Neles, a política universitária é regida por imperativos diferentes do que regem a política tout court, de modo que a discussão da democracia - como forma da atividade social e política, implicando, entre outras coisas, escolha de dirigentes, participação nas decisões, conflito de direitos, interesses e opiniões - é rigorosamente contrária à

natureza da própria instituição." (CHAUÍ, 1985, p.11).

De fato, existe uma diferença de ótica profunda entre as posições de CHAUÍ e WANDERLEY, de um lado, e de GIANNOTTI, de outro: aqueles, ao admitirem o condicionamento social do conhecimento colocam-se numa postura progressista em relação ao papel da Universidade, e entendem a democratização como processo que viabilizará o confronto entre diferentes interesses de classe na instituição universitária. GIANNOTTI, apesar de toda trajetória nitidamente de esquerda que o filósofo apresenta, demonstra possuir uma visão liberal de Universidade, onde a elitização garante a produção científica autêntica - e neutra.

Prefere-se concordar com WANDERLEY tanto quanto à necessidade de apontar a quem serve a competência buscada na Universidade, quanto à evolução que demonstram ser as lutas por democracia desenvolvidas pela comunidade universitária:

"Eleições diretas em todos os níveis são valiosas, devendo-se amadurecer as experiências de peso ponderado entre os segmentos, da facultatividade ou obrigatoriedade do voto, do quorum qualificado para a escolha." (WANDERLEY, 1985a, p.8).

A questão da proporcionalidade, por exemplo, tem

demonstrado uma série de falhas nos processos democráticos (vide PACHECO FILHO & MICHELETTO, 1981, p.65-8, 88-91). Entretanto, esses processos representam um avanço em relação ao atrelamento da Universidade ao Estado autoritário e à burocracia de cada universidade, como se vê, por exemplo, na experiência da Universidade Federal de São Carlos. Na UFSCar, uma instituição fundacional, o processo de eleição para Reitor em 1982 (e que teve antecedentes em 1978, com a eleição de uma lista sêxtupla para a Reitoria pela comunidade, e depois eleições para todos os cargos diretivos da universidade) acabou orientando a organização de estudantes, funcionários e professores pelos anos subsequentes. Estes elaboraram uma carta de princípios cujos pontos principais eram a autonomia e democracia da Universidade (com repúdio à Lei 6733/79² que acabou com o Colégio Eleitoral Especial vigente nas Fundações e instituiu a escolha do Reitor pelo Presidente da República, dos Diretores de Unidades pelo Ministério da Educação, e dos Chefes de Departamento pelo Reitor), o ensino público e gratuito e melhores condições de vida e trabalho, que definiam o perfil da instituição e dos dirigentes universitários; e reelegeram o Prof. William Saad Hosne.

² Esta Lei foi revogada ao final de 1983.

Contudo, a Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, não aceitou a eleição, indicando

" . . . para vice-reitoria - cargo vago há três anos - o prof. Pedro Magalhães Lacava, que interinamente estaria ocupando a reitoria com o término do mandato do prof. Saad, a 8 de março de 1983, tentando com isso conferir-lhe uma pseudo-legitimidade, pois este compunha uma lista sêxtupla para vice-reitoria em 1980, ato que foi repudiado em Assembléia Geral Universitária, considerando-o um interventor." (UFSCar, 1983, p.1).

Com o pedido de exoneração do prof. Lacava, ainda em março de 1983, a comunidade aceita compor uma lista sêxtupla que, entretanto, novamente não é encaminhada ao Presidente pela Ministra. Em agosto, o Presidente da República em exercício, Sr. Aureliano Chaves, nomeia o prof. Antonio Ferri para a Reitoria da UFSCar. Aqui, o processo sofre uma radicalização: os estudantes impedem o considerado interventor Antonio Ferri de entrar na Reitoria, ocupam-na e declaram greve reivindicando a saída do interventor, nomeação dos componentes da lista sêxtupla, manutenção das conquistas democráticas e suplementação de verbas para a universidade. A solidariedade de funcionários e professores garantiu a negociação entre grevistas e interventor, através de uma comissão do Conselho Universitário. Apesar de não conseguirem a saída do prof. Ferri, após inúmeros atos públicos, os manifestan-

tes conseguiram parte de suas reivindicações, como a manutenção da estruturação democrática da UFSCar, o reconhecimento das entidades livres do campus (DCE-Livre, Associação dos Docentes da UFSCar, Associação dos Servidores da UFSCar e Associação de Pós-Graduação da UFSCar), e a garantia da realização do congresso da Comunidade Universitária ainda em 1983. Finalmente, após dois anos de luta, em 1º de outubro de 1984, a Ministra da Educação empossou o primeiro nome da última lista eleita pela comunidade.

Exemplos como o da UFSCar espalharam-se pelo país, com mais ou menos ímpeto, com ou sem vitória. Em 1984, os processos de democratização da Universidade obtiveram um impulso maior em virtude da greve nacional de funcionários e professores das Universidades Federais Autárquicas.

2.7 - Objetivos do Estudo

A greve das Instituições de Ensino Superior Federais Autárquicas, que estendeu-se de 16 de maio a 8 de agosto de 1984, constituiu o momento mais privilegiado de crítica interna à Universidade pós-68, pelo seu conteúdo, por seu caráter nacional e pelo fato de envolver duas categorias (funcionários técnico-administrativos e docentes).

Tendo como elemento propulsor reivindicações salariais e por mais verbas para a Universidade, o movimento grevista assumiu, em seu transcorrer, caráter eminentemente político, ao reconhecer como adversário o Estado e suas instâncias de poder, percebendo a necessidade de também ocupar espaços de poder. Conseqüentemente, questionou a burocracia universitária ao dar-se conta de que ela é a extensão da dominação do Estado para dentro da instituição. Assim, em muitos locais, o método de escolha de Reitores e Diretores foi questionado, como tentativa de reverter este quadro, de sorte que aqueles passassem a ser representantes da comunidade acadêmica frente ao Ministério da Educação, e não o contrário.

Contudo, este "esclarecimento" que sofreram os segmentos universitários não significa que tenham assumido uma posição mais acabada sobre a questão universitária como um todo. Na realidade, a postura do movimento universitário continua sendo bastante pragmática. Apesar de os processos de democratização declararem uma certa ruptura e uma tentativa de inviabilizar a tecnocratização da Universidade - tecnocratização esta sustentada pelo sistema de decisões político-administrativas vigente nesta instituição - a comunidade universitária não apresentou projetos de gestão da Universidade que fossem balizados por uma visão mais sistematizada do papel dessa na sociedade¹. Portanto, não é possível afirmar

que a "democratização" (entendida aqui como mudança de qualquer nível na estrutura de poder, ou ao menos no sistema de tomada de decisões), tenha tido o mesmo significado em cada local onde ocorreu.

Além disso, é preciso situar as iniciativas de democratização da Universidade dentro da luta mais global que vem ocorrendo na sociedade brasileira. Entendendo-se a Universidade como um local onde a disputa por sua hegemonia tem reflexos na disputa pelo poder econômico e político, deve-se localizar o processo de sua democratização não só como resultado do espaço conquistado por frações das classes dominadas, mas preocupar-se também com a captação de determinados momentos que evocam a complexa rede de relações do jogo social. Isto significa, na sociedade brasileira em transição conservadora, que o embate não se dá somente entre as classes "dominantes" e as "dominadas". Ocorre uma guerra fria

¹ Frente à situação de completa insolvência da Universidade no Brasil, hoje, faz-se cada vez mais necessária uma análise dos diferentes projetos de reestruturação da Universidade que vêm surgindo nos últimos tempos, desde propostas surgidas a partir da gestão do Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella (a "reforma gerencial"), passando pelo projeto das Fundações, os "MEC-CRUB", até as "inovações" introduzidas pelo governo da "Nova República". Em contraposição a estes, examinar, também, as propostas da ANDES, da FASUBRA e da UNE.

dentro das hostes dos que estão no poder, e um exemplo claro disso é a antiga discussão em torno da questão do ensino público X ensino privado no Brasil, que não se reduz à disputa entre as duas grandes classes. Ocorrem, também, lutas internas pelo poder dentro de cada instituição em particular, que devem ser examinadas (VEIGA, 1985). Assim, uma análise da democratização da Universidade deveria buscar as diferentes propostas para a Universidade como um todo, precisando os limites da participação e democracia na sociedade capitalista, para entender até que ponto o projeto democrático universitário poderia estar inserido dentro de um projeto de modernização da Universidade, buscando sua inserção numa nova fase do capitalismo brasileiro; sem perder de vista, contudo, como os interesses específicos de grupos internos a cada instituição podem ter uma influência decisiva e diferenciada, de local a local. Em se tratando da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS -, instituição que foi tomada para estudo, as eleições para Diretores, ocorridas em 1984, após a greve, cumpriram papel diferenciado em cada unidade, esgotando ou permitindo a continuidade do processo democrático, conforme o nível de organização e de consciência da comunidade acadêmica em relação ao caráter e aos objetivos da luta que se travou. (Aliás, volta-se a frisar a precariedade e o caráter "ilusório" da expressão "comunidade acadêmica".) Evidentemente que a abrangência desta pesquisa é pequena, limita-

se a levantar elementos que poderão, mais tarde, ajudar a compor um quadro mais amplo da situação da luta pelo poder dentro da Universidade brasileira.

Neste sentido, este estudo pretende focalizar os processos de escolha de Diretores de Unidade, na UFRGS, que culminaram em eleições alternativas às determinações da Legislação do Ensino Superior, caracterizando os diferentes casos e aprofundando os casos típicos, buscando entender o significado dos processos e suas conseqüências, em termos políticos, para uma possível alteração na estrutura de poder dessa universidade. Aqui, também, esses processos não correspondem meramente a uma luta entre o "novo" e o "arcaico", ou mesmo entre a "direita" e a "esquerda". Trata-se, então, de revelar os nuances.

2.8 - Metodologia

A procura da metodologia adequada para a análise de determinado fenômeno social não é mero arrolar de métodos e técnicas. Considerando-se o objeto de conhecimento como um objeto em construção, a concepção metodológica de um sujeito absorve, também, quais objetivos ele possui ao tomar conhecimento do objeto. No caso desta pesquisa, a procura metodoló-

gica levou à filiação à visão dialética de conhecimento, onde "a prática social é o critério de verdade e o fim último de todo o processo de conhecimento." (JARA, 1985, p.10).

Conforme LOWY (1979), a compreensão dialética de um acontecimento exige a apreensão de seu papel no processo histórico. Esta visão retoma a categoria marxista de totalidade, que dirige o método dialético para o estabelecimento de uma divisão formal entre método de pesquisa e método de exposição, no sentido de que (o primeiro) existe um caminho de acesso à coisa considerada que pretende ascender do particular para o geral; e (o segundo) um meio específico para expor a coisa estudada que deve provar o resultado da pesquisa (MARX, 1971).

É na articulação destes momentos lógicos que se constrói o objeto pesquisado. A elaboração gradativa do quadro teórico orienta a coleta de dados, e adquire novas proposições à medida em que os dados coletados revelam novas facetas do problema. Ambos delimitarão o quadro analítico, através do qual o objeto esboçado na teoria adquirirá seus contornos definitivos, isto é, provar-se-á o resultado da pesquisa.

2.8.1 - Estratégia Geral de Pesquisa

Este estudo buscou examinar as diferentes características dos processos de eleição para Diretor de unidade ocorridos na UFRGS, em 1984, com o objetivo inicial de procurar auferir a influência desses processos na transformação da estrutura de poder dessa universidade.

Assim, o estudo caracteriza-se como exploratório, já que sua "estratégia lógica consiste em fornecer um quadro de referência que possa facilitar o processo de dedução de questões pertinentes na investigação de um fenômeno" (TRIPODI, 1981, p.61). O sistema de classificação deste autor fornece elementos, ainda, para enquadrar o estudo dentro do subtipo "estudo exploratório-descritivo combinado", pois utilizará tanto descrições qualitativas quanto quantitativas. A técnica específica foi o estudo de caso. A sistemática do estudo de caso prevê a coleta exaustiva e pormenorizada de informações, com vistas a compor um quadro, o mais completo possível, de um dado fenômeno (BRUYNE, 1977, p.225). A garantia da precisão deste quadro pode ser alcançada através da "estratégia de triangulação": de dados, de métodos, de investigadores, de teorias, onde todos esses elementos podem ser alternados com vistas a uma compreensão totalizadora (ANDRÉ, 1984, p.52).

Neste sentido, a coleta de dados começou por um ma

peamento de todas as unidades de ensino e pesquisa da UFRGS, esclarecendo onde ocorreram, ou não, propostas alternativas para a escolha do Diretor (foram desconsideradas as eleições em órgãos auxiliares, suplementares ou outros). Inicialmente cabe dizer que os processos se caracterizaram como formas alternativas para a escolha da lista sêxtupla para Diretor a ser enviada ao MEC, não acontecendo, em nenhuma unidade, processos que fugissem à legalidade (isto é: onde as eleições ocorreram visavam servir de sugestão para a elaboração, pela Congregação, da lista sêxtupla a ser remetida ao MEC, não havendo nenhum processo que se pautasse pela eleição de um único indivíduo). Desta forma, foram encontrados 5 grandes grupos de unidades (com todas as limitações que um corpo de categorias comporta):

(1) Unidades onde as iniciativas quanto à realização de prévias não ocorreram ou não conseguiram concretizar-se: Escola de Engenharia.

(2) Unidades onde as prévias realizadas em algum (ns) segmento(s) não foram respeitadas pela Congregação: Faculdade de Direito, Instituto de Letras, Instituto de Matemática.

(3) Unidades onde as prévias realizadas pela comunidade acadêmica (articuladamente) não foram respeitadas pela Congregação: Instituto de Artes, Instituto de Geociências, Escola de Enfermagem.

(4) Unidades onde as prévias da comunidade acadêmica foram consideradas pela Congregação: Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Educação, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Veterinária, Instituto de Biociências, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Física, Instituto de Pesquisas Hidráulicas.

(5) Outras unidades (agrupa aquelas cujos processos demasiado particulares não puderam ser enquadrados nos grupos anteriores, ou aquelas cuja ausência de informações ou informações controvertidas inviabilizaram o seu enquadramento): Instituto de Química, Escola Superior de Educação Física, Faculdade de Agronomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos.

Pelo exposto, percebe-se que os três primeiros grupos compõem um universo onde não houve alteração no sistema de formulação da lista sêxtupla para Diretor, alteração que só ocorre nas unidades do grupo 4. A ocorrência desta alteração passou a ser, então, o objeto deste estudo, sendo o principal critério utilizado para a seleção das unidades. Considerando-se que o número significativo de unidades do grupo 4 torna praticamente impossível a um único pesquisador realizar uma investigação dentro do exíguo prazo determinado

pelas instituições financiadoras, selecionou-se uma amostra de seis unidades, caracterizadas não pelas semelhanças que a apresentavam em seus processos eleitorais, mas por suas particularidades (segundo critério). É importante dizer que esse critério garante a descrição qualitativa dos movimentos, procurando superar a estreiteza a que pode levar uma amostra aleatória, onde a riqueza dos fenômenos pode não ser apreendida em nome de um discutível critério de "neutralidade". Assim, são as seguintes as unidades selecionadas: Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Educação, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Veterinária e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dados quantitativos foram considerados visando entender o nível de participação de segmentos ou comunidade acadêmica em cada processo, embora nem sempre tenha sido possível obtê-los.

O processo de eleição para a vice-direção não recebeu uma análise particularizada, mas obteve menção, dependendo do nível de importância que adquiriu no movimento democrático como um todo. No caso das unidades examinadas, essa eleição ocorreu concomitantemente à do Diretor (tendo a lista para a direção sofrido alterações em sua ordem), em seguida à eleição para a direção (num processo separado), ou

não ocorreu, visto a comunidade acadêmica não ter conseguido sensibilizar a Congregação da unidade.

2.8.2 - Coleta de Dados

Procurou-se coletar toda a expressão escrita da comunidade universitária, seja por intermédio de Boletins, Ofícios, Comunicados, Cartazes, Panfletos, etc., de seus segmentos ou dos órgãos administradores de cada unidade, bem como da Comissão Pró-Democratização da UFRGS (que reuniu, aproximadamente por 6 meses, as Comissões Eleitorais de várias unidades). Atenção especial foi dada aos Regimentos Eleitorais, Programas dos Candidatos, Atas de Eleições e Atas de Reuniões da Congregação que discutiram o tema, onde estas e aqueles foram obtidos¹.

Entrevistas foram realizadas com sujeitos envolvidos nos processos - indivíduos, membros de entidades representativas dos segmentos, de comissões eleitorais, Diretores

¹ Importante ressaltar a dificuldade de conseguir documentação, em parte pela falta de tradição em conservar a memória de movimentos, em parte porque determinadas administrações de unidades apresentaram receio em tornar públicos certos documentos (principalmente Atas de Congregação).

eleitos -, a fim de obter uma percepção diferenciada daquela que se apresenta nos documentos oficiais e não-oficiais. As entrevistas foram realizadas sob forma de depoimento, no qual cada entrevistado rememorava os acontecimentos conforme critérios de organização pessoais. À medida em que os fatos iam se delineando, a pesquisadora introduziu em suas entrevistas questões de seu interesse para o esclarecimento do fenômeno, inclusive solicitando opiniões de ordem analítica a determinados indivíduos, que colaboraram, assim, na construção do quadro de análise utilizado.

Especialmente na Faculdade de Educação, unidade onde recebe aulas, a pesquisadora trabalhou com observação participante.

Questões relativas à análise dos dados serão tratadas no Capítulo 4.

3 O CENÁRIO

3.1 - O Momento Político de 1984

O ano de 1984, no Brasil, caracterizou-se pelo auge de um processo de mobilizações que levaram à transferência de poder da ditadura militar para um regime democrático-burguês conservador, transferência esta que não foi um caso isolado. A crise das ditaduras militares na América Latina é generalizada e fruto da política econômica desenvolvida por estas, caracteristicamente de dependência ao capital internacional, apresentando altas taxas de desemprego e de inflação, política que é acompanhada pela recessão generalizada do capitalismo a nível mundial, no final dos anos setenta. A questão democrática em países como o Brasil, Argentina e Uruguai, acabou adquirindo contornos de substituição da fração dirigente para a readequação da economia capitalista.

No Brasil, como antecedentes imediatos, já em 1983 as manifestações de 21 de julho, os quebra-quebras de trens e de ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo, os saques de alimentos, a ocupação de conjuntos habitacionais novos e de terras indicam um aumento da revolta popular à medida em que se acelera a crise e, com ela, a opressão.

O primeiro semestre de 1984 vê desfilar em seus dias a crise econômica somada à organização popular. No setor sindical, inúmeras greves, tanto no meio privado como no público, paralisaram cerca de 800 mil trabalhadores. O movimento popular se expressa através da campanha por Eleições Diretas para Presidente, que levou cerca de 5 milhões de pessoas às ruas nos primeiros quatro meses do ano.

De um ponto de vista geral, pode-se dizer que o movimento das "Diretas", apesar de sua intensidade, teve um caráter dirigido e controlado. A hegemonia na condução da campanha foi dos partidos de oposição burguesa, e a orientação, em seu período mais intenso, a de utilizar o movimento para pressionar os deputados do partido governamental a votar favoravelmente na emenda que restituiria o pleito direto para Presidente no país. Esse partido acabou sofrendo uma ruptura que originou um novo partido de centro-direita, passível de abrigar os dissidentes e permitir, futuramente, uma aliança eleitoral suficientemente forte para garantir um pacto político por cima.

Na realidade se objetivava a legitimação para um futuro governo burguês que não traria alterações no modelo econômico, mas sim na política econômica recessiva. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a oposição burguesa neces-

sitou negociar o impasse, visto que a aprovação de qualquer outra emenda constitucional precisaria de 2/3 de votos favoráveis no Congresso.

A partir do mês de maio de 1984, então, as negociações entre a ditadura e os setores majoritários das oposições burguesas tiveram início, sendo preciso dirigir a vontade popular, já controlada em manifestações cujos meios eram permitidos pela legalidade do regime, para a crença na necessidade de pressionar o Colégio Eleitoral (tantas vezes assinalado de "espúrio") a dar a vitória presidencial em eleições indiretas ao "candidato único das oposições".

Formas mais radicais de pressão não foram colocadas em prática, pela incipiência do movimento operário (a CUT propôs uma greve geral pelas "Diretas" que não ocorreu) e, mais do que isso, pela ausência de uma alternativa operária e popular, com um projeto político global.

Um amplo pacto político determinou a vitória do candidato Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, garantida e legitimada ideologicamente pelo apoio dos principais meios de comunicação. Mais do que o fato de que 686 delegados ao Colégio substituíram 60 milhões de eleitores, na realidade as "indiretas" permitiram e legitimaram

a reorganização das frações de classe no poder, dispostas a administrar a crise sem transformações estruturais e planejando sair da recessão sem mudar a relação do país com o Sistema Financeiro Internacional.

Restringindo a análise às conseqüências da pressão conjuntural sobre a Universidade, as Instituições de Ensino Superior Federais Autárquicas paralisaram suas atividades por 84 dias (de 16 de maio a 8 de agosto), porque professores (em primeiro lugar) e funcionários entraram em greve, aliás o período mais longo de paralisação que qualquer categoria no Brasil já conseguiu sustentar. 65 mil funcionários e 35 mil professores suspenderam atividades em 19 Estados, em 19 Universidades e 8 Escolas Isoladas, com 350 mil alunos sem aula. Cabe assinalar que 10 mil médicos residentes e 50 mil servidores da previdência social pararam, o que significa quatro greves nacionais contra a redução de verbas para a educação e saúde, bem como contra o arrocho salarial nestes setores.

A greve dos 84 dias

". . . talvez tenha sido o momento mais privilegiado, até então, de todo este processo contestatório universitário, que ganhou as ruas a partir das lutas pela anistia e liberdades democráticas, de 1976

em diante, e cuja vanguarda foi o movimento estudantil.

"E isto por vários motivos:

"(1) porque a extensão da greve, espaço-temporalmente, demonstrou a crescente capacidade organizativa e a formação de uma direção reconhecida pelos grevistas;

"(2) porque a possibilidade de unificar reivindicações e formas de lutas de diferentes categorias permitiu a consciência da importância da unidade na ação;

"(3) e, por último, e diria mais importante, porque se o movimento grevista universitário sustentava-se sobre reivindicações salariais e por mais verbas (criando, inclusive, Comitês em Defesa da Universidade Pública e Gratuita), no transcorrer da mobilização o caráter político deste enfrentamento foi esclarecendo-se: o enfrentamento era com o Estado e seu poder, e por isto questionou-se este poder de alto a baixo. O papel da burocracia universitária também foi objeto de questionamento, daí resultando dois tipos de postura, interligadas: aquela que incidia sobre a burocracia forçando-a a posicionar-se e, às vezes, a abdicar de suas funções . . .; aquela que, num movimento dialético, superava-a, vindo a promover os movimentos por democracia como demarcação da autonomia da comunidade universitária (mesmo que naquele momento isto não acontecesse de forma consciente). Isto é: a comunidade universitária entendeu que é o acesso ao poder que garante suas reivindicações e, avançando nesta conclusão, ela teve a maior oportunidade de pensar a função da Universidade, o papel que os conhecimentos gerados e reproduzidos nesta ocupam dentro do nosso sistema social." (FERREIRA, 1985, p.150-1).

O final da greve não trouxe vitórias às categorias

rias, mas pode-se dizer que a deliberação de seu final foi correta, visando impedir a desagregação gradual do movimento, já sem alternativas frente à intransigência do Governo, que decretou sua ilegalidade a 18 de julho. O MEC nomeou o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB - como uma "comissão de alto nível" para examinar as reivindicações dos funcionários e professores, enquanto por outro lado intercedia junto ao DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) e ao Ministério do Trabalho para a revogação das punições. O fim do movimento foi encarado como uma trégua pelos paredistas, e as mobilizações no ensino superior continuaram por todo o país. A partir de 6 de agosto, 10 Universidades fundacionais participaram da Paralisação Nacional de Advertência e Protesto. Houve mobilizações também em universidades estaduais (UEM - Universidade Estadual de Maringá, UEL - Universidade Estadual de Londrina, UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, USP - Universidade de São Paulo e UNESP - Universidade do Estado de São Paulo) e em particulares (como a PUC - Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Universidade Católica de Minas).

Via de regra, o movimento universitário é agitado pela constatação da absoluta falta de perspectivas para a Universidade brasileira. Os constantes projetos do MEC visam dar uma solução à crise do ensino superior, tentando reade-

quar as instituições a um processo de tecnocratização, onde a crescente retirada de verbas se expressa também no arrocho salarial de funcionários e professores, e numa investida na introdução do ensino pago. Em 1984, a mobilização universitária consegue relacionar estas constatações à estrutura burocratizada das instituições universitárias, em proporções ainda não vistas. Além disso, a exigência de democratização da sociedade tem uma influência bastante grande na Universidade, havendo uma acentuação das mobilizações ocorridas nos anos precedentes, sob a égide de "Diretas Já! Para Diretor, Reitor e Presidente!".

Uma greve geral de estudantes universitários ocorreu no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira (25 de abril). Nas 16 fundações houve eleições para Reitor, mas somente na UFSCar (São Carlos), na UFAC (Acre) e na UFMat (Mato Grosso) a lista da comunidade foi referendada pelo Colégio Eleitoral Especial, sendo o primeiro da lista nomeado Reitor.

Na UFRGS, a greve e as "Diretas Já!" promoveram uma alteração na forma de eleição dos Diretores de unidades, com a participação da comunidade na maioria delas.

Entretanto, veremos mais tarde que as lutas demo-

cráticas na Universidade sofreram reflexos do processo de democratização conservadora do regime, que estabeleceu os seus limites e as suas proporções.

3.2 - A Conjuntura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Após a greve estudantil contra a Portaria 03/82 do MEC, a UFRGS foi atravessada por um relativo marasmo até 1984, quebrado ocasionalmente por acontecimentos de médias proporções. E isto porque os movimentos grevistas de funcionários e professores, ocorridos durante este período, não conseguiram nem aproximar-se do estudantil em termos de riqueza de questionamentos e de criação de uma grande 'massa avançada' a inflamar o movimento por todos os campi. As insuficiências do movimento de funcionários, devido à sua juventude e inexperiência, somam-se às do de professores, no sentido de centralizar-se ao nível das lutas salariais, sem uma compreensão mais ampla da origem e conseqüências dos ataques que a Universidade vinha sofrendo de parte do Governo.

A nível de atividades unificadas entre os segmentos da UFRGS houve dois momentos em que elas aconteceram de forma mais destacada: quando da apresentação, pelo MEC, do

II Projeto MEC/CRUB ("Anteprojeto de Lei que estatui Regime Especial, aplicável às Universidades Federais"), no primeiro semestre de 1983; e no segundo semestre deste mesmo ano, quando das eleições para Reitor. No primeiro caso, representantes dos estudantes, através da Comissão de Ensino e Representação Discente do DCE, representantes da ADUFRGS (Associação de Docentes) e da Comissão de Mobilização dos Funcionários reuniram-se paritariamente e elaboraram uma apreciação crítica à proposta do MEC, que foi apresentada, mais tarde, pela representação discente ao Conselho Universitário, como contribuição à discussão naquele órgão. No segundo caso, algumas atividades aconteceram, sem que tivessem a massividade suficiente para alterar o processo de escolha de uma lista sêxtupla por um Colégio Eleitoral.¹ Destacam-se, aí, o plebiscito e as prévias realizadas pelos professores,² e o debate com representantes de estudantes, professores e funcionários da UFSCar (o qual, contradições de uma ditadura que ex-

¹ Aliás, esta é a característica marcante das atividades militantes na UFRGS, de 1982 a 1984: a tentativa de retomada do movimento pela via superestrutural (no caso dos estudantes), ou a prática efetiva de trabalho militante via representação (no caso de funcionários e professores) terminavam por não propiciar ao movimento universitário uma implantação nas bases que lhe permitisse um fôlego maior.

² Não foi possível precisar informações sobre a realização do plebiscito entre funcionários e estudantes.

pira, acabou realizando-se nos porões da Faculdade de Direito, por impedimento da Direção daquela Faculdade de que ele se realizasse no Salão Nobre).

Em 1984, o quadro conjuntural altera-se qualitativamente. Para entendermos esse momento, cabe um esclarecimento sobre a situação de cada segmento universitário. Em primeiro lugar, tratemos do movimento estudantil. O refluxo que o acometeu, a partir da "greve dos bandejões", toma proporções muito grandes na UFRGS. Aqui também os estudantes não conseguiram precisar um papel social para o seu movimento adequado às mudanças que aconteciam no país. O esvaziamento geral das entidades acentua-se mais no caso do DCE, que há algum tempo apresentava uma acefalia, dificultando sua atuação. À época do início do movimento paredista,³ a entidade encontrava-se sem diretoria eleita, visto que a Diretoria Provisória escolhida no Pré-Congresso dos Estudantes da UFRGS⁴ (em 19 de novembro de 1983) havia se desestruturado.

³ Professores iniciaram-no na UFRGS a 15 de maio e funcionários a 17 deste mês.

⁴ A proposta de Congresso dos estudantes da UFRGS vinha sendo discutida desde que o esvaziamento das atividades militantes entre os estudantes começou a demonstrar a necessidade de repensar o papel do movimento estudantil e de suas formas organizativas. A não realização de eleições para o

A partir daí, o DCE passou a ser dirigido por uma instância de decisão imediatamente acima da Diretoria, o Conselho de Diretórios Acadêmicos, que, por sua vez, deu poderes executivos a um grupo de 5 Diretórios de base. As greves de professores e funcionários vêm a dificultar ainda mais as tentativas de reorganização dos estudantes, que discutiam, naquele momento, a realização de eleições para o DCE. O esvaziamento das salas de aula inviabiliza as eleições, que ficaram remeadas ao pós-greve.

Entre professores e funcionários, o quadro era de ascenso do movimento. A maior greve da Universidade brasilei

DCE da UFRGS em 1983 deveu-se, em parte, ao acúmulo de atividades do m.e. no segundo semestre (tais como Congresso da UEE em 7, 8 e 9 de outubro, Congresso da UNE, de 21 a 24 de outubro, com respectivas eleições para Delegados, mais eleições para Diretorias de entidades de base e da UEE), e a própria campanha em torno da eleição para Reitor. Contudo, este calendário estreito é apenas a parte mais superficial da justificativa. São as insuficiências orgânicas do m.e. da UFRGS que impedem que as diversas atividades sejam integradas e reconhecidas pelas bases; à medida em que a vanguarda vai perdendo sua inserção, o cronograma de atividades torna-se um fardo pesado a ser cumprido por ela. A consequência mais imediata foi a realização de um "Pré-Congresso" que, teoricamente, objetivava uma discussão entre delegados por curso que minimamente apontasse pontos fundamentais para a reconstrução do m. e. na instituição e a retirada de uma nova diretoria (provisória) para a entidade, até o início do próximo ano. No entanto, a pouca representatividade do encontro novamente revela a profunda crise do movimento, e a frágil diretoria eleita, sem uma coesão programática e inexperiente, não conseguiu sustentar-se.

ra encontrou os professores da UFRGS com uma prática paradista já consolidada, mas foi essa que apresentou uma adesão absoluta, mesmo naquelas unidades tradicionalmente mais difí-ceis de mobilizar. A Associação de Docentes, como em outras ocasiões, assumiu a direção do movimento. Já entre os funcionários, a situação era bastante diferenciada. A ABSURGS (As-sociação Beneficente dos Servidores da UFRGS), como o pró-prio nome explica, tinha funções meramente assistencialis-tas, com uma postura de não defender os interesses de seus associados (ao contrário, mantinha-se atrelada à Reitoria). Sua estrutura era notadamente anti-democrática: as eleições para o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria o-corriam de forma indireta, por intermédio do Colegiado de Representantes de unidades. Esta postura, sustentada por suces-sivas diretorias, levou um grupo de funcionários que vinham participando mais diretamente dos movimentos grevistas a par-tir de 1981, a organizarem-se como oposição à direção da ABSURGS. Passaram a ser reconhecidos pelas entidades de pro-fessores e alunos (articulando-se como "Comissão de Mobiliza-ção dos Funcionários"), a editar um informativo distribuído na Universidade ("O Barnabé"), lançando uma estratégia de ganhar espaço na ABSURGS através da conquista de representa-ntes para o Colegiado. O ano de 1984 coroa os esforços deste grupo:

". . . se ao nível político, para o mo-

vimento dos servidores públicos de Universidades brasileiras como um todo, a greve de 1984 é um 'divisor de águas', para a ABSURGS essa greve marca o momento por excelência da discussão e instauração da luta pelo poder na Associação em bases democráticas. . ." (SILVA & AQUINO, 1985, p.30).

A massiva greve viabiliza a hegemonia do grupo de oposição. Em 31 de julho de 1984, uma Assembléia geral dos associados da ABSURGS promove mudanças nos Estatutos da entidade, no sentido de torná-la mais democrática, estabelecendo, principalmente, eleições diretas para a Diretoria e para o Conselho Deliberativo.⁵

Consideremos, agora, a trajetória do movimento grevista. Nenhuma outra mobilização, na UFRGS, obteve a participação de tantas pessoas de segmentos diferentes. O questionamento da Universidade e do sistema social como um todo fizeram-se presentes nos vários Encontros da Comunidade Universitária, nas inúmeras palestras proferidas, na criação do Comitê Gaúcho de Defesa da Universidade Pública, nos atos públi-

⁵ Mais tarde, no período posterior à greve, ao inteirar-se da situação financeira da Associação, o Colegiado solicitou uma auditoria externa na entidade, que, revelando fraudes e irregularidades de toda a monta, determinou a demissão da antiga diretoria e a nomeação, por ato judicial, de uma diretoria provisória, que iniciou a reorganização da entidade até a eleição direta para a diretoria, realizada em abril de 1985.

cos realizados em conjunto, nas reuniões unificadas dos Comandos de Greve. A crise da Universidade refletia a crise da ditadura militar, e o nível de consciência geral cresceu sensivelmente. Professores e funcionários criaram várias comissões, além dos Comandos, responsáveis pela organização dos grevistas, do ponto de vista financeiro, cultural e de divulgação dos movimentos. O "Boletim da Greve" (professores) e o "Informativo" (funcionários) eram editados diariamente. A colaboração estudantil, embora quantitativamente pequena, não o foi em qualidade. As entidades criaram um Comando de Mobilização, com representantes por cursos (inclusive os de pós-graduação), para um acompanhamento mais sistemático do processo grevista, e para tentar canalizar, também, os interesses estudantis, visto que a greve poderia, até mesmo, comprometer o semestre letivo. Representantes participavam das reuniões dos Comandos de Greve (Professores, Funcionários, Médicos Residentes e Previdenciários), pequenos grupos realizavam pedágios para coletar fundos para a greve, atos públicos foram realizados em conjunto (inclusive pelas "Diretas Já! Para Presidente"). O boletim "O BARCO é o mesmo" foi editado pelos estudantes, divulgando as atividades de greve e chamando os companheiros à participação ativa. "Vigílias criativas"⁶ demonstravam uma nova visão de solidariedade.

⁶ "Vigílias criativas" eram encontros realizados na

Quando as questões referentes à democratização da Universidade começaram a surgir, nos debates, o momento histórico propício frente à campanha das "diretas" para Presidente permitiu uma discussão mais imediata nas unidades, frente à necessidade de realizar eleições para os Diretores no final do ano. Os caminhos que tomou essa discussão serão trata dos a seguir.

3.3 - O Movimento "Diretas Já para Diretor!" na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Primeiramente, é preciso lembrar que iniciativas no sentido da participação da comunidade universitária nas e eleições para Diretor já haviam ocorrido em 1980. SANTOS & SCHMIDT (1980) agruparam essas experiências em dois grupos, conforme ". . . a origem das práticas alternativas. . . O primeiro gru po compreende 6 escolas e institutos nos quais a iniciativa do processo partiu do Diretor ou da própria Congregação . . ." (f. 4): Faculdade de Educação, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Instituto de Matemática, Instituto de

Faculdade de Arquitetura, onde membros da comunidade acadêmi ca passavam a noite desenhando e pintando painéis com temáti ca relativa à greve, que eram depois afixados às janelas da unidade, ou utilizados como alegorias nas atividades de greve.

Física e Instituto de Artes. O segundo grupo "... abarca cinco unidades nas quais a iniciativa partiu de um movimento social, seja exclusivamente de professores, seja em conjunto com estudantes e funcionários..." (f. 5): Escola de Enfermagem, Faculdade de Odontologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Agronomia e Faculdade de Arquitetura. Quanto ao "... âmbito de participação dos três setores da Universidade..." (f. 8), contudo, vê-se que somente na Arquitetura o processo transcorreu de forma paritária, com elaboração de um programa para a gestão do Diretor, e cuja eleição direta da lista sêxtupla foi majoritariamente referendada pela Congregação daquela Faculdade.

Em 1984, à medida em que a discussão sobre as eleições para Diretores delinea-se nas unidades paralisadas, ela também invade o espaço recentemente aberto pelo "aparecimento" da "comunidade universitária da UFRGS". O primeiro encontro desta, realizado a 31 de maio, já retira o indicativo de que, nas próximas reuniões, os participantes alinhavassem elementos quanto às eleições para Diretores. Nas unidades, começam a surgir "Comissões Eleitorais" (ou "Paritárias") encarregadas de organizar as propostas sobre a questão eleitoral. Após o terceiro encontro da comunidade da UFRGS, ocorreu a primeira reunião da Comissão Pró-Democratização, "... criada no mês de julho, por iniciativa das Comissões Paritárias

te. Uma característica marcante é a diferenciação entre os processos, de local a local: apesar da troca de informações propiciada pelos Encontros da Comunidade e pela Comissão Pró Democratização, cada unidade optou por uma sistemática de eleição bastante particular.

O final da greve, entretanto, marca o distanciamento da comunidade da UFRGS como um todo: suas duas últimas assembléias gerais discutiram propostas para os períodos letivos 84/1 e 84/2. A pressão institucional para o cumprimento dos prazos trouxe a universidade à mesma rotina de separação estanque entre os segmentos, já agora envolvidos em questões corporativas. A Comissão Pró-Democratização acabou "... reduzida a um grupo de pessoas - não mais representantes das unidades, sustentados politicamente por seus pares" (FERREIRA, 1985, p.157). Ao final do ano, terminados os processos eleitorais, a Comissão desestruturou-se, deixando de existir o único organismo paritário a incentivar a discussão sobre democratização.¹

¹ Em 7 de maio de 1986, uma Assembléia Geral da Comunidade da UFRGS, chamada como uma das atividades da Paralisação Nacional das Universidades Autárquicas (6/7-5-86), criou a Comissão Paritária da Comunidade Universitária da UFRGS (CPCU), que foi formada paritariamente por dois membros de cada entidade representativa dos segmentos, no caso, o DCE, a ABSURGS, a ADUFRGS e a APG (Associação de Pós-Graduação).

As formas como se deram os processos em cada Unida
de, bem como as propostas gerais apresentadas, serão analisa
das no Capítulo 4.

Esta Comissão passou a reunir-se objetivando homogeneizar as
visões sobre democratização da Universidade, de modo a unifi
car as atividades da comunidade.

4 O PROCESSO EM ANÁLISE

4.1 - Abordagem

A idéia inicial que se tinha em relação à análise a ser feita neste trabalho era a de que se deveria observar qual o significado das eleições para Diretor, acontecidas em 1984, para o processo democrático na UFRGS. À medida em que a coleta de dados foi permitindo uma seleção de unidades nas quais os processos eleitorais tinham adquirido maiores (ou "melhores") proporções, uma resposta foi surgindo à indagação da pesquisa: que esses processos eleitorais, conformados à hegemonia liberal-conservadora predominante na UFRGS, equivaleram à ratificação desta visão de Universidade neste período histórico. Os limites da participação e democracia, então, foram estabelecidos pelos interesses desse grupo específico.

Efetivamente, não é preciso uma observação muito acurada para perceber-se a falta de iniciativa política da administração da UFRGS à época da gestão do Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira (1980/1984) na Reitoria; se iniciativas houveram partiram do movimento universitário. A transição para a gestão do Prof. Francisco Ferraz (ex-Pró-Reitor de Planeja-

mento, respondendo, também, em determinado período, pela Pró Reitoria de Administração), iniciada em 1984, posteriormente à greve, revela uma reorganização das forças internas da UFRGS, em consonância com a reestruturação do poder na sociedade brasileira. Tratava-se, então, de fortalecer a tecnocracia na universidade, num processo de "modernização" onde não estava prevista a ampliação da participação comunitária nas decisões tomadas pela direção acadêmica.¹ É claro que não podemos afirmar literalmente que essa visão tecnocrática apli-

¹ A criação do Centro Cultural da UFRGS e o estabelecimento do Plano Diretor para reorganizar o espaço físico da instituição são bastantes explicativos. A partir de uma visão racional de planejamento, a gestão Ferraz tem buscado refuncionalizar a universidade, através de soluções administrativas:

"Embora não se resumam na questão do espaço físico todos os problemas da UFRGS, não podemos deixar de considerá-la estratégica. É estratégica porque espaço físico numa Universidade é sempre espaço acadêmico. O desenvolvimento acadêmico e científico depende, em grande medida, da qualidade dos espaços onde essas atividades ocorrem. É estratégica também porque as soluções individuais dependem das inter-relações existentes entre cada parte e o conjunto da Universidade. É igualmente estratégica, porque constitui-se na limitação mais universalmente sentida na UFRGS e de custo mais oneroso." (FERRAZ, 1986, p.2).

O Centro Cultural, segundo Ferraz, é uma forma de abrir as portas da instituição à comunidade portoalegrense. Entretanto, a administração da UFRGS em nenhum momento explicou seus projetos à comunidade acadêmica como um todo, que não teve oportunidade de discutir esta "democratização da universidade", nem tampouco se a utilização da grande soma de recursos para a reorganização do espaço físico é a melhor política para melhorar o nível do ensino e da pesquisa na UFRGS. O questionamento do conteúdo do saber produzido na UFRGS igualmente não aparece nos projetos da Reitoria.

cada à UFRGS tenha se estendido de forma linear em direção às unidades, quando da disputa pelo cargo de Diretor. E isto por vários motivos. Em geral, não podemos falar de crystalização de projetos. Nas articulações visando o poder, muitas vezes prevalecem interesses de ordem pessoal, considerando os benefícios que os cargos fornecem a seus detentores. Além disso, existe a interferência de outros grupos que também têm interesses ou projetos alternativos, e com os quais é preciso dialogar ou embater-se, daí surgindo outras propostas. Por último, é preciso considerar o fato de que nem sempre é possível haver uma articulação que envolva todos os níveis hierárquicos da Universidade, o que seria uma exacerbação da capacidade centralizadora do sistema organizacional da instituição.

Desta forma, torna-se necessário relativizar a contribuição da proposta da nova gestão da UFRGS em relação às propostas que surgiram em cada unidade. Isso determina os seguintes níveis de análise, objetivando compreender o que aconteceu nas unidades selecionadas:

- 1) Esclarecer o momento em que ocorreu a implantação da proposta das "diretas", e qual a sua ligação com a conjuntura da UFRGS e do País.

2) Identificar as iniciativas das propostas, qual o seu nível de radicalidade e quais as limitações a que se submeteu.

3) Um terceiro nível apontaria para a ligação entre os dois anteriores, isto é, observar como, através do tempo, as propostas e contrapropostas foram se gestando, até a consolidação da proposta hegemônica, via de regra conservadora. No caso de propostas mais progressistas, o motivo de sua aceitação.

Infelizmente, as dimensões deste trabalho não permitem que se estenda a análise para os momentos posteriores à eleição para Diretores propriamente dita, isto é, verificar o cumprimento dos programas eleitos, a forma de escolha de outros cargos dirigentes (como Chefias de Departamento), o que permitiria uma aferência mais concreta e mais correta das mudanças na estrutura de poder que a universidade possa vir sofrendo. Espera-se e sugere-se que estudos deste tipo venham a ser efetivados.

4.2 - Primeira Avaliação das "Diretas Já para Diretor!" na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instâncias de Organização e Elaboração do Movimento

A paralisação ocorrida na UFRGS em 1984 permitiu um acontecimento inédito nessa instituição: o auto-reconhecimento de sua comunidade universitária, o que viabilizou o fermentar de inúmeras atividades conjuntas, até então praticamente inexistentes. A pouca tradição comunitária, entretanto, forneceu à experiência um caráter introdutório, onde a reflexão sobre a problemática universitária como um todo não ocorreu organicamente, a não ser entre grupos minoritários. Não se está desconsiderando, aqui, o fato de que a greve, mesmo alicerçada sobre reivindicações de ordem econômica, foi assumindo caráter de luta política contra o Estado e seus organismos, até mesmo de luta contra a ditadura. Todavia, é necessário estabelecer que o nível de radicalidade da greve, na UFRGS, foi superior ao nível de consciência e de mobilização adquiridos quando da discussão da estrutura de poder nessa universidade.

De fato, a proximidade do período de sucessão dos Diretores de unidades fez com que a discussão sobre esse tema se acirrasse ou mesmo tivesse o seu início durante a gre-

ve, na instituição. Contudo, foram incipientes as estruturas formadas para organizar o movimento pelas "Diretas", assim como foram pouco amplas as formulações em torno do assunto. Via de regra, a reivindicação de "Diretas" alicerçava-se em torno do direito à participação e da importância da democracia para alterar a situação de crise em que viviam o país e a Universidade. A idéia de democracia muitas vezes foi colocada como um fim em si, como, por exemplo, aparece neste Editorial do Boletim da Comunidade Universitária:

"Em defesa delas - educação e democracia - é que nos levantamos. É por elas que estamos trabalhando. Nossa convicção é que não pode haver educação sem democracia e que nenhuma nação será verdadeiramente democrática sem educação." (EDITORIAL, 1984, p.1-2).

Para entendermos por que esta elaboração não adquiriu contornos mais radicais, precisaríamos observar o processo de formulação das propostas. Em primeiro lugar tentemos, dentro do possível, compreender o papel das forças de esquerda neste processo. Por questões de ordem histórica e social, estes grupos organizam-se majoritariamente no segmento estudantil, e é daí que tem vindo, dentro da luta universitária, as propostas mais radicais de transformação da Universidade e, até mesmo, propostas referentes à situação social como um todo.¹ Na UFRGS, a juventude do movimento do-

cente² e do de servidores³ acentuam ainda mais este fato. Mas, como vimos (seções 2.6 e 3.2), os últimos anos apresentaram uma desinserção da vanguarda estudantil da base do movimento, o que, se não tem impedido que aquela continue propagando suas proposições gerais sobre a questão universitária, ao menos tem impossibilitado que esta propaganda adquira caráter de luta assumida por parcelas significativas da comunidade acadêmica, de forma consciente.⁴

¹ Vide seção 2.5.

² A ADUFRGS foi criada em junho de 1978.

³ Vide seção 3.2.

⁴ Aqui é preciso não misturar uma avaliação sobre a situação do movimento estudantil com uma análise sobre o seu papel, embora a proximidade dos assuntos. Sem prendermo-nos a discutir o papel do movimento estudantil neste momento histórico, o fato é que há uma distância muito grande entre aqueles estudantes que têm uma elaboração sobre a questão universitária e que procuram implementar ações transformadoras na Universidade (independente do nuance ideológico), e aqueles muitos outros que, em geral, são mobilizados somente em situações específicas. Essa falta de legitimidade - e, consequentemente, de massividade - diminui a barganha e a influência que, costumeiramente, as campanhas estudantis tinham sobre outros grupos, dentro e fora da Universidade.

Caso optássemos por analisar o papel do movimento estudantil hoje, na luta universitária, seria preciso, também, discutir o aparecimento do movimento docente e do de servidores no final dos anos 70, o desgaste das entidades estudantis como organismos de representação, o sentido das expressões vanguarda-base dentro desta estrutura de representação, e, até mesmo, que atividades constituem o chamado movimento estudantil.

Em 1984, durante a greve, movimentos mais ou menos espontâneos quanto às eleições diretas para Diretor foram surgindo na maioria absoluta das unidades da UFRGS. Diz-se "mais ou menos espontâneos" porque, apesar da suposição quanto à existência de militantes de esquerda ou de setores progressistas - não só estudantes, mas também docentes e funcionários - que programaticamente aproveitassem o momento para veicular a proposta de democratização, isto não nos autoriza a proclamar uma intervenção organizada neste sentido. O que podemos afirmar é que, lançada a idéia, logo esses setores começaram a forçar a abertura de espaços para a sua discussão.

O debate em torno das "diretas", então, alternou-se da comunidade universitária como um todo às unidades e vice-versa, sem que possamos afirmar sua origem como provindo de um local específico. Quanto a suas instâncias de discussão, sabe-se que além dos Encontros da Comunidade Universitária, e no caso das unidades, das assembleias ou plenárias realizadas durante a greve, o surgimento de um outro organismo, a Comissão Pró-Democratização, deu-se pelo chamamento que fizeram duas Comissões Paritárias em conjunto: a da Faculdade de Arquitetura e a do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Cronologicamente, a primeira reunião da Comissão

Pró-Democratização ocorreu após três Encontros da Comunidade Universitária, e após as instâncias de discussão e deliberação dos estudantes (um "Seminário de Diretas para Diretor" e várias reuniões do Conselho de Diretórios Acadêmicos) terem apontado a necessidade de criar-se uma Comissão Paritária da UFRGS, que unificasse e promovesse os processos eleitorais em curso nessa. A esta altura (em julho), muitos desses processos já estavam bastante adiantados, e a Comissão Pró-Democratização teve um papel importante principalmente no sentido de viabilizar a troca de informações. Contudo, ela não fez muito mais do que isso, e por vários motivos. Possivelmente o mais forte deles foi a falta de um projeto orgânico, que promovesse ações concretas e objetivas. A Comissão foi trilhando o seu caminho mais como uma articulação de pessoas interessadas na democratização, apesar da participação das Comissões Eleitorais por unidade. A contribuição das entidades representativas dos segmentos foi fraca: naquele momento, os funcionários se representavam pela Comissão de Mobilização, não tendo esta ainda assumido a direção da ABSURGS; o DCE encontrava-se sem diretoria, e a contribuição da ADUFRGS foi bastante restrita.⁵ À medida em que não havia

⁵ Talvez em virtude do envolvimento na greve, a direção dos docentes não tenha implementado uma participação mais ativa na questão das "diretas", embora a ADUFRGS possua uma

um (ou mais) projeto(s) dominante(s), à medida em que a greve terminou e, mais para o final do ano, quando a realização das eleições para Diretores extinguiu as Comissões Eleitorais nas unidades, a Comissão Pró-Democratização perdeu a representatividade que porventura teve, reduzindo-se a indivíduos buscando a democratização da universidade, até esvaziar-se por completo.

De certa forma, o fato de a Comissão ter como um princípio seu a autonomia de cada unidade na condução dos seus processos de democratização indica uma certa fluidez, responsável por sua inorganicidade. Mas a este absenteísmo quanto à direção do processo democrático na UFRGS, apesar de hegemônico na Comissão, contrapunham-se posições diferentes, ao menos teoricamente. Passemos, então, a examinar as propostas provindas do corpo discente em sua versão "oficial", isto é, as resoluções definidas nas instâncias do movimento estudantil, e que caracterizam com mais clareza a visão radical quanto à democratização na UFRGS.

O "Seminário de Diretas para Diretor", organizado

tradição na elaboração sobre o tema da reestruturação da Universidade. Nas unidades o quadro se altera, tendo seus filiados uma ação considerável, podendo ser identificados como setores progressistas.

pelo Conselho de Diretório Acadêmicos, aponta três eixos de luta estudantil nas "diretas": a formação de Comissões Paritárias, a paridade como proporcionalidade nas eleições, e a centralidade da discussão sobre o programa dos diretores. A paridade é compreendida como elemento de unificação da comunidade universitária, pela qual os segmentos superam divergências corporativas para identificarem na estrutura anti-democrática de decisões da universidade o inimigo comum. Às Comissões Paritárias são atribuídas as tarefas de "encaminhar o processo de discussão sobre o programa unificado da Comunidade Universitária que deverá ser referendado numa Assembleia Geral da Unidade ou (sic) Instituto" (SEMINÁRIO DE DIRETAS PARA DIRETOR NA UFRGS, 1984, p.2, grifos nossos). Os estudantes apontam, também, para a

"... formação de uma Comissão Geral Paritária da UFRGS que tente a unificação das datas do processo na UFRGS. Que também chame uma nova Plenária da comunidade convocando, inclusive, o Reitor para que ele se posicione a respeito da Democratização da Universidade." (SEMINÁRIO DE DIRETAS PARA DIRETOR NA UFRGS, 1984, p.2).

A resolução citada, apesar de sintética, esclarece que o objetivo dos estudantes era tentar globalizar a luta democrática a partir das eleições para Diretores. A Comissão Geral Paritária passaria a ser o organismo centralizador da

comunidade universitária da instituição, com atribuição de chamar plenárias, e visando obter do máximo dirigente da UFRGS - o Reitor - um posicionamento sobre a questão democrática.

O acento dado aos programas dos Diretores recai sobre a relação que aqueles devem apresentar quanto a questões específicas de cada unidade e questões de ordem geral "como repúdio ao projeto de transformar as Autarquias em Fundações do MEC e por mais verbas para a Educação." (SEMINÁRIO DE DIRETAS PARA DIRETOR NA UFRGS, 1984, p.3).

As próximas reuniões do Conselho de Diretórios Acadêmicos retiram propostas bem mais acabadas, fruto de confrontos entre diferentes posições. O entendimento genérico é o de considerar o momento eleitoral propriamente dito como um dos momentos da luta por democracia universitária. Entretanto, divergências existem quanto ao papel da luta democrática na Universidade dentro das lutas de transição para uma nova sociedade, o que altera o nível de radicalidade do processo. O ponto mais polêmico, então, refere-se ao caráter do processo a ser defendido: eleições soberanas da comunidade ou consulta da Congregação à comunidade. No primeiro caso, a comunidade elegeria o seu Diretor, à revelia da Congregação e mobilizando-se para impor ao MEC sua decisão. No segundo

caso, a pressão dar-se-ia sobre a Congregação, convencendo-a de que os novos tempos exigiam a participação da comunidade e reivindicando que esse organismo aceitasse a lista sêxtupla eleita pelos segmentos. Vence a primeira proposição, que já traz em sua formulação a imposição dos fatos:

"Nas unidades, devemos lutar por um processo eleitoral unitário de toda a comunidade, isto é, buscar a eleição direta dos dirigentes em eleições paritárias e soberanas da comunidade. A comunidade não pode aceitar a simples condição de consulta para os processos eleitorais. Devemos reivindicar o direito democrático da comunidade para decidir sobre a eleição de dirigentes universitários, em detrimento do processo atual que dá esse poder às Congregações (órgãos biônicos, ilegítimos que não representam a comunidade). Iremos propor que a eleição em cada unidade indique apenas o diretor e o vice. Não sendo possível, proporemos eleição por chapas, de forma a dar destaque aos programas e plataformas e visando indicar à Congregação apenas os nomes da chapa vencedora e portanto do programa vencedor.

"Caberá aos estudantes em cada unidade avaliar a possibilidade de implementação desta política definida pelo conselho de DA's, avaliando a realidade das unidades, a correlação de forças e as posições dos diferentes segmentos da comunidade. Além disso vários processos já estão em andamento ou até mesmo definidos." (CONSELHO DE DIRETÓRIOS ACADÊMICOS, 1984, f.1, grifos nossos).

Outras questões importantes referem-se à globalização da luta e ao papel das Comissões Paritárias enquanto or-

ganismos de duplo poder, que devem subsistir após as eleições para fiscalizar e contribuir com a gestão dos Diretores. Os estudantes denunciam o deslocamento da discussão, atenta às questões específicas das unidades e sem procurar entender a situação de crise que vivia a Universidade, e apontam para a elaboração conjunta, pelos segmentos, dos programas de gestão e dos planos orçamentários. O Reitor da instituição - agora, o novo Reitor -, deve comparecer a uma plenária da comunidade universitária para expor seu plano de gestão e posicionar-se em relação à democratização.

Por último, os estudantes apresentam seu entendimento quanto ao processo em curso:

"Por fim, é preciso compreender a democratização da universidade como algo muito mais amplo do que a escolha direta de diretores de unidade. É preciso discutir a situação global da universidade e compreender que interesses gerais e de classe norteiam sua gestão e a política educacional do regime. É preciso aprofundar o debate entre a comunidade sobre a luta pelo ensino público e gratuito e por uma nova Universidade que sirva aos interesses da maioria da população. Nossa atuação nos processos de eleição de diretores deve resgatar uma postura de não comprometimento com a gestão da crise da universidade, de independência em relação à burocracia universitária." (CONSELHO DE DIRETÓRIOS ACADÊMICOS, 1984, f.1-2).

Como se vê, há um crescimento na elaboração estudantil em torno do processo pelo qual passava a UFRGS, e é este segmento que tem formulações mais amplas retiradas em suas instâncias de discussão "oficiais", visando à ação na instituição. Entretanto, se é esta a diferenciação entre o segmento estudantil e os outros segmentos - o fato de que a vanguarda estudantil planejou organicamente sua intervenção no processo, enquanto os funcionários e professores não o fizeram - isto não determinou que o conjunto dos estudantes defendesse essas posições nas unidades, nem tampouco que os processos adquirissem o curso sugerido nas elaborações. Além disso, a própria compreensão que os estudantes tinham sobre o papel da Comissão Pró-Democratização não foi implementada, apesar da participação que tiveram nela.

A realização dos processos nas unidades, então, aconteceu de maneira bastante independente. O curso da campanha das "diretas" sofreu influências diversas, em cada local, e o seu nível de radicalidade dependeu da correlação de forças, dos interesses em jogo, da capacidade organizativa dos setores progressistas e dos conservadores, muitas vezes a cooptação surgindo como forma de aplacar o ímpeto de mudança que a comunidade apresentava.

A próxima seção preocupar-se-á em descrever, en-

tão, a referida campanha em cada unidade.

4.3 - Segunda Avaliação das "Diretas Já para Diretor!" na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Evolução do Movimento nas Unidades Seleccionadas

Nas páginas que se seguem, será analisado o movimento pelas "diretas" em seis das unidades da UFRGS, selecionadas previamente dentre as unidades onde houve aceitação, por parte da Congregação, da lista sêxtupla formulada pela comunidade acadêmica.

A seleção dessas unidades foi feita visando destacar processos diferenciados entre si, a partir de um critério de organização onde a particularidade é o elemento-chave.

Além dos níveis de abordagem mencionados na seção 4.1, procurar-se-á oferecer uma imagem geral de cada processo. O Quadro I apresenta uma descrição em conjunto dos processos ocorridos nas unidades seleccionadas, qual sejam: Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Educação, Faculdade de Odontologia, Faculdade de

Veterinária e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -
de ora em diante denominadas respectivamente de "Arquitetu-
ra", "FCE", "FACED", "Odontologia", "Veterinária" e "IFCH".

Os Quadros II e III trazem informações adicionais
que serão utilizadas quando necessário. Os Quadros I, II e
III podem ser encontrados ao final deste Capítulo.

4.3.1 - Faculdade de Arquitetura

Um entendimento mais amplo da campanha das "diretas"
na Arquitetura pode ser obtido se fizermos uma comparação
com as eleições realizadas em 1980, nessa Faculdade. Essa é,
aliás, a característica marcante da unidade: foi a única que
apresentou, para a gestão 1981/1984, um processo de escolha
de Diretor com participação direta da comunidade acadêmica.

O movimento pelas "diretas", em 1980, irrompeu rapi-
damente, por força de membros da Comissão de Ensino existen-
te na época, ligada ao Diretório Acadêmico. Esta Comissão
reunia setores avançados dos estudantes e dos professores.
Conquanto a Congregação já houvesse escolhido a lista sêxtu-
pla para a direção, professores e alunos enviaram-lhe um do-
cumento, solicitando que sustasse a decisão, visando uma con-
sulta mais ampla à comunidade. A justificativa era a de que,

a partir desta consulta, haveria um reforço na figura e nas funções executadas pelo Diretor. A Congregação aquiesceu caso os seis integrantes da lista expressassem por escrito sua concordância, ou seja, renunciassem à indicação de seu nome na lista, o que aconteceu.

A partir daí, muitas assembléias foram realizadas em poucos dias, com ampla participação dos segmentos, visando definir o processo e possibilitar o debate entre os onze candidatos inscritos.

Considerando aquele momento conjuntural, o movimento é uma soma de luta contra a ditadura e suas leis, aproveitando a "abertura" política, e contra o continuísmo, objetivando impedir a simples troca de elementos na direção, já anteriormente determinada.

Na Faculdade, havia lutas internas dentro dos Departamentos (em número de três) e entre eles. Dentre os onze candidatos que se apresentaram, cinco eram componentes da antiga lista sêxtupla, composta pela Congregação; mas destes somente dois ficaram entre os seis primeiros nomes escolhidos pela comunidade. Entretanto, o que marca o processo eleitoral é a vitória, alcançando o primeiro lugar, de um professor que havia sido expurgado em 1964.

O Quadro II traz a lista composta pela comunidade, aquela composta pela Congregação, e a respectiva opção do MEC. Apesar da concordância entre as duas listas, uma leitura das Atas da Congregação indica muitos votos divergentes, com a tentativa, inclusive, de incluir o nono nome votado, aliás, Vice-Diretor na época.

A votação por segmento foi considerada confidencial pela Comissão Eleitoral, motivo pelo qual não é possível verificar qual a distribuição de votos por candidato/segmento. Sabe-se, entretanto, que a candidata escolhida pelo MEC recebeu votos provindos majoritariamente do corpo docente, tendo obtido a sexta colocação na lista da comunidade.

Uma observação da campanha realizada em 1984 coloca a clara diferença entre os dois momentos. Em 1984, o que se salienta é a crise de poder, não havendo enfrentamentos maiores entre grupos. Ao desencadear-se o processo durante a greve, buscava-se motivar e trazer para a Faculdade membros da comunidade afastados do movimento (principalmente estudantes), mas a paralisação por um período tão longo, ao contrário disto, determinou o esvaziamento do processo. A eleição propriamente dita aconteceu em novembro, e lembremos o quanto a normalidade acadêmica foi alterada em virtude da greve, que comprimiu os períodos letivos. O movimento foi, assim,

caracterizado pelo esvaziamento, pela despolitização e pela parca participação nas assembleias gerais da comunidade.

Do ponto de vista dos agentes do processo, os professores progressistas, inclusive alguns que tinham participado como candidatos em 1980, negaram-se a envolver-se novamente no movimento, visto acreditarem desgastante e cooptativa uma eleição na qual a verdadeira preferência da comunidade não era respeitada pelo MEC. A vanguarda estudantil, sem força para alterar o quadro dentro da unidade, procurou reforçar os movimentos que estavam ocorrendo em outros locais, inclusive colaborando com a criação da Comissão Pró-Democratização da UFRGS. Os funcionários estavam interessados em garantir os ganhos sindicais obtidos na gestão que findava, buscando um candidato que melhor atendesse a suas reivindicações. Foi o grupo que apresentou a avaliação mais significativa do processo, apontando suas insuficiências.

Sem discussões amplas da comunidade, alguns textos pouco significativos (com excessão de um apresentado pelo Conselho de Funcionários da Arquitetura), um fato a lembrar é o surgimento de apenas quatro candidatos. Isto demonstra a inexistência de projetos mais claros que se enfrentassem na luta pelo poder. Frente à inexistência de uma disputa mais acirrada, não houve programas escritos, visto os candidatos

não necessitarem utilizar o programa como mais uma arma. Além disso, os quatro nomes demonstram a incipiência (e, até mesmo, a farsa) do processo, visto que a Congregação teria que completar a lista pela via tradicional. Ressalte-se que o Regimento Eleitoral condicionava a eleição à inscrição de pelo menos seis candidatos. Mas, pelo visto, tanto a Comissão Eleitoral quanto a comunidade resolveram desconsiderar esta circunstância, realizando a eleição e entregando à Congregação a lista com somente quatro nomes. Sobre isto, após avaliarem a fragilidade do processo eleitoral, dizem os funcionários que

"A resultante destas injunções manifestou-se de forma concreta na lista sêxtupla com apenas quatro nomes. Ressalta-se, ainda, que destes quatro, apenas dois legitimaram sua candidatura, expondo suas posições e pareceres ao plenário da primeira Assembléia de apresentação de candidatos.

"Por seu turno, a persistência de forma autoritária de representatividade, decorrente da própria estrutura da Universidade, redundou em obstaculização as tentativas de "redemocratização" a eleição da lista sêxtupla, uma vez que seu preenchimento parcial implicaria necessariamente a sua complementação por vias de representatividade restrita." (UFRGS, 1984b, f.2).

A desmobilização permitiu expedientes políticos pouco discutidos, tanto pela comunidade quanto pelos inter

sados: uma alteração substantiva no entendimento de paridade apresentado em 1980. Naquele ano, a fórmula de equalização de votos baseou-se no número de votantes de cada segmento. Em 1984, instituiu-se a punição sobre a categoria com menor participação, tomando-se como base para equalização o número de eleitores, o que faz as abstenções pesarem muito. Considerando-se que as abstenções acontecem em número muito maior entre estudantes, visto haver muitos estudantes matriculados que não frequentam as aulas, ocorreu uma desvalorização do voto desses.

A Tabela I nos oferece uma leitura da participação eleitoral dos segmentos, que é bastante pequena (45,6%). O percentual maior ocorre entre os funcionários, sendo este o segmento que lançou a candidatura do nome vencedor. Participação bastante restrita tem o corpo discente e, fazendo-se uma comparação com o movimento de 1980, mesmo sem conhecer o universo eleitoral daquele ano, é visível a diminuição do interesse estudantil em 1984, visto os votantes neste segmento serem 424 em 1980 e 221 em 1984 (para um universo de 583).

TABELA I

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 1984.

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	583	221	37,9	362	62,1
Funcionários	57	47	82,5	10	17,5
Professores	105	72	68,6	33	31,4
TOTAL	745	340	45,6	405	54,4

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão Eleitoral. Ata da Eleição para Composição da Lista Sêxtupla de Candidatos aos Cargos de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura. 1984.

Tentemos sumariar a exposição feita até então. Tomando-se a campanha das "diretas" na Arquitetura e o momento conjuntural, percebe-se a estreita relação com a greve, buscando a comunidade utilizar a campanha como uma das atividades de paralisação. Todavia, o movimento não teve grandes proporções, enquadrado no modismo do ano em relação às "diretas" e pretendendo a continuidade da tradição iniciada em 1980. O fato de não haver enfrentamentos políticos e ideológicos mais definidos diluiu o processo, e suas instâncias de organização igualmente foram frágeis. A Comissão Eleito-

ral formou-se para organizar a eleição propriamente dita, não havendo nenhum grupo ou organismo que assumisse a direção política do movimento, relacionando a discussão sobre poder com a crise da Universidade. O Regimento Eleitoral é quase uma cópia do Regimento de 1980. O nome majoritário (entre os três segmentos) surgiu como a melhor opção no quadro dos fracos debates sobre os rumos da Faculdade e a participação da comunidade em sua gestão. A lista para Vice-Diretor foi organizada mediante alteração nas colocações obtidas pelos candidatos à Direção (vide Quadro III), não adquirindo nenhuma importância no processo.

De um ponto de vista geral, o movimento caracterizou-se por sua incipiência e fragilidade, e mesmo chega a perder o sentido frente à experiência de 1980, concordando-se, assim, com o posicionamento dos funcionários:

"Assim sendo, a redemocratização do processo eleitoral para direção . . . só é viável mediante intensa mobilização da comunidade acadêmica, capaz de justificar nomes para a direção. Fora desta alternativa, resta a busca de transformação da estrutura ora vigente, passo indispensável e extremamente oportuno para a redemocratização da Universidade."
(UFRGS, 1984b, f.2).

4.3.2 - Faculdade de Ciências Econômicas

Muitas são as particularidades a serem resgatadas na FCE, única unidade na qual a Congregação permitiu o processo das "diretas" abertamente, sob a justificativa de estar seguindo a Recomendação 01/84 do Conselho Universitário da UFRGS, datada de 14 de agosto¹ daquele ano, na qual aquele órgão sugeria:

" . . . aos senhores Diretores, Vice-Diretores e Chefes de Departamentos, aos senhores professores e alunos integrantes de Conselhos Superiores e Congregações, e aos demais senhores professores, que na organização de listas ou na escolha direta de dirigentes universitários para cargos eletivos, não deixem de ouvir os corpos docente, discente e de funcionários, ou de considerar as suas manifestações, respeitadas as peculiaridades de cada Unidade ou Departamento."

Por outro lado, as reivindicações da comunidade em relação às "diretas" tiveram seu início quando o Diretório Acadêmico da Economia, Contábeis, Administração e Atuariais - DAECA - lançou, durante as matrículas (em fevereiro de 1984),

¹ Recomendação aprovada em reunião realizada alguns dias após o término da greve.

a campanha "Diretas Urgente: Pra Diretor e Presidente!". Esta campanha foi intensificada a partir da greve, com o somatório da participação dos funcionários e de professores progressistas.

O que chama a atenção, assim, é que o movimento pelas "diretas", na FCE, transformou-se, na prática, em dois processos, que correram em paralelo. Se estes processos encontraram-se ou não, na reta final, é uma questão que cabe ser analisada aqui.

Primeiramente, é necessário dar uma idéia da situação de cada segmento acadêmico, ao mesmo tempo em que tentar-se-á reconstituir o papel que ocuparam durante a luta pelas "diretas".

O corpo discente da Faculdade tinha, na ocasião, quase 3 mil componentes. Em geral, vários motivos determinam a dispersão deste grupo: o seu tamanho, o fato de receber aulas em cerca de 20 prédios, situados em dois campi diferentes, e o fato de a maioria absoluta dos estudantes serem, também, trabalhadores. Assim sendo, a relação que os estudantes mantêm com o DAECA é bastante fluida, paternal, deixando à vanguarda que sustenta politicamente a entidade a responsabilidade de defender os interesses estudantis. Essa entidade, a

pesar da postura acomodada de sua base, é forte e reconhecida por sua ação. Suas últimas diretorias têm se destacado por suas propostas claras em torno da transformação da Universidade e por apresentarem uma crítica uniforme à situação social como um todo. Em relação ao objeto desta pesquisa, o movimento acontecido na FCE foi o único cuja iniciativa remota partiu exclusivamente dos representantes do alunado.

De fato, um exame da imprensa editada pelo DAECA demonstra uma coerência entre as propostas apresentadas sobre as "diretas" e um projeto de democratização da Universidade, inclusive combinando a luta que ocorria na sociedade com uma discussão sobre a gestão da FCE. Os textos editados no "Jornaleco" e no "Boletim do DAECA" deixam explícito que a estratégia estabelecida pelo diretório acadêmico foi sofrendo ajustes em suas táticas, conforme a conjuntura foi se alterando e outros setores foram abraçando a campanha.

Desde o início, entretanto, o DAECA sabia que a idéia de eleger um único candidato a Diretor não teria condições de propagar-se na FCE, estabelecendo como meta a eleição, pela comunidade, de uma lista sêxtupla que seria referendada pela Congregação.² Derrotar o poder da Congregação, denunciada como órgão "biônico", tornou-se, então, o segundo objetivo. Um alegado caso de corrupção na Faculdade, que teria o

Diretor da gestão em curso como um dos envolvidos, era utilizado para demonstrar a que pode levar uma estrutura de poder autoritária. Por último, pensava-se que no processo de discussão a ser travado pela comunidade, seria possível explicitar as suas reivindicações e comprometer os candidatos com essas: a gestão de um novo Diretor significaria uma alteração na correlação de forças dentro da Faculdade.

Todavia, se destacamos aqui a iniciativa estudantil não esquecemos o impulso que outros setores deram ao movimento. Foi durante a greve, assim, que a campanha adquiriu um fôlego maior, à medida em que a comunidade acadêmica passou a enfrentar-se diretamente com a crise da Universidade e com a política educacional do regime. Os funcionários da FCE, neste momento, assumem um papel importante, aprimorando sua organização e aumentando seu nível de consciência. Passam a organizar debates, a relacionar-se com segmentos de outras unidades, e durante este contato dão-se conta da importância de procurar sustentar, também, um movimento de democratização visando às eleições diretas para o próximo Diretor da FCE. Rea-

² Apesar disso, o DAECA não deixou de explicitar os limites democráticos de uma eleição para lista sêxtupla. Em determinado momento, aliás, o Diretório chegou a propor eleições por chapas de seis nomes.

lizam, então, uma prévia, onde são indicados 46 nomes, o que, na prática, é o elemento desencadeador do processo. A partir daí, aumenta a pressão sobre o terceiro segmento em questão: os professores.

Aqui se coloca um fator também presente em outras unidades: como legalmente é aos professores que cabem os cargos dirigentes nas universidades, em geral este fato causa uma situação contraditória, pois é bastante difícil que os docentes abdicuem de seus privilégios em prol dos outros segmentos. Isto ocasiona uma disputa interna ao corpo docente, onde setores mais progressistas procuram convencer seus colegas da pertinência da democratização do poder. Na FCE, esta circunstância estava presente, e permaneceu assim até o final da greve, sem uma definição dos professores quanto a apoiar a campanha das "diretas".

Com o fim da greve, a universidade instituiu um novo calendário, reduzindo os períodos letivos. O reinício das aulas do 1º período deu-se a 13 de agosto e seu término em 22 de setembro. Em 13 de setembro, a Congregação da FCE decide seguir a Recomendação 01/84 do Conselho Universitário e realizar uma consulta à comunidade acadêmica quanto a seus candidatos a Diretor, não se comprometendo, entretanto, a acatar o resultado desta consulta (vide Anexo VIII). Desta forma, a

Congregação toma uma atitude que ocorre paralelamente às reivindicações da comunidade, o que, se por um lado é uma tentativa de cooptar o movimento, por outro não conseguiu diminuir a articulação dos setores que pleiteavam as "diretas". Para estes, a atitude da Congregação é uma demonstração de que estavam conquistando espaços.

Criada esta situação, "legalizando-se" o movimento, a Congregação instituiu uma comissão com três de seus membros para organizar a consulta. Neste momento, se intensifica o parallelismo dos processos. De parte de certos professores, tratava-se de enquadrar o movimento num perfil moderado, procurando evitar a articulação entre os segmentos e a possibilidade de vitória eleitoral de determinados candidatos. De parte de setores da comunidade, era preciso intensificar, com rapidez, o movimento a partir da volta às aulas no início de outubro, para garantir a elaboração de listas de reivindicações, a manutenção do processo por parte da Congregação, e, por último, mas não menos importante, a unificação das três listas eleitas pelos segmentos.

Efetivamente, o Regulamento Eleitoral (Anexo III), veiculado pela Comissão da Congregação após contatos com representantes dos funcionários, com o DAECA e com os Chefes dos Departamentos, representando os professores, não prevê u-

ma lista única da comunidade, obtida através de uma fórmula de equivalência dos votos, tal como se deu em outras unidades. Para o Regulamento - e para vários professores - seriam entregues à Congregação três listas de candidatáveis organizadas pelas três Comissões Eleitorais formadas para dirigir o pleito - cada uma em seu segmento -, candidatáveis estes vota dos dentre os "docentes da Universidade", o que poderia dar um total de seis até dezoito nomes, entre os quais o órgão co legiado máximo da FCE escolheria seis para compor a lista a ser entregue ao MEC.

Mas os funcionários, o DAECA e os professores interessados na realização do processo comunitário procuraram uti lizar o tempo que restava até o dia 7 de novembro, data da realização das eleições, para organizar a comunidade, buscando estabelecer canais diretos de pressão. Apresentaram-se dez candidatos, e houve dois debates da comunidade, o que, para a tradição de conservadorismo da unidade, significou um avanço bastante grande.

Ademais, os funcionários conseguiram realizar diver sos debates com os candidatos. A pauta de reivindicações apresentada por esta categoria aos candidatos incluía melhoria em suas condições de trabalho, treinamento, redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais em virtude da defasagem sa

larial, e sua participação efetiva nos órgãos colegiados e nas indicações dos cargos de chefia da unidade.

Quanto aos estudantes, o DAECA, como fez durante todo o processo, lançou documentos à comunidade nos quais esclarecia quem eram os membros da Congregação, quais as funções do Diretor e do Vice-Diretor, qual a importância, logo, de elegê-los, bem como apresentou um projeto para a Universidade, que foi entregue aos candidatos com a exigência de um posicionamento a respeito. Além disso, uma assembléia geral de estudantes, considerada vitoriosa pela diretoria do DAECA por ter conseguido paralisar um turno das aulas, retirou uma pauta de reivindicações que também foi apresentada aos candidatos. O seu conteúdo sintetizado é o seguinte:

1) melhoria da qualidade de ensino através de avaliação dos professores pelos alunos e contratação de novos professores;

2) mais verbas para a biblioteca, com participação da comunidade em sua gestão;

3) contra a dispersão das aulas em múltiplos prédios e contra a transferência da Faculdade para o Campus do Vale;³

³ Existe uma luta de resistência da comunidade univer

4) diversificação dos horários das disciplinas com aulas aos sábados, e institucionalização dos "cursos de férias";⁴

5) gestão democrática e paritária da FCE; e

6) que os candidatos acatem a vontade da comunidade expressa nas eleições, não aceitando a indicação da Congregação caso não estivessem entre os seis mais votados. (A ASSEMBLÉIA Geral dos Estudantes, 1984, p.8-9).

Aqui, é preciso explicitar os dois últimos pontos. No primeiro deles, precisamos falar da proposta lançada pelo corpo discente de criação de um "Conselho Diretor". Este seria paritário, com três representantes de cada segmento, e teria por funções acompanhar a gestão do Diretor eleito, executando as deliberações da Assembléia Geral da Faculdade. Os estudantes não se iludiam quanto à possibilidade de implementar este Conselho, mas o colocavam como uma reivindicação a ser

sitória contra a transferência dos cursos situados no Campus Central para o Campus do Vale. A comunidade alega que o Campus do Vale não tem infra-estrutura suficiente para abrigar todas as transferências que vêm sendo feitas nos últimos anos.

⁴ É dado o nome de "cursos de férias" ao período letivo especial, que geralmente ocorre nas férias de verão, sob regime intensivo, e que visa oportunizar aos alunos repetentes alcançar a seriação formal de seu curso.

alcançada mais tarde.

O segundo ponto é relativo à declaração que os candidatos deveriam assinar, comprometendo-se a não aceitar sua inclusão na lista da Congregação, caso não participassem da lista composta pela comunidade. Acontece que as alternativas encontradas pelos segmentos para subverter as determinações da Congregação partiam do trabalho conjunto das três Comissões Eleitorais. As comissões elaboraram essa "Declaração Pública", que lhes dava alguma segurança quanto à submissão dos candidatos à vontade da comunidade; e, além disso, criaram uma forma de unificar as três listas, o que não estava previsto no Regulamento Eleitoral. A fórmula criada pelas Comissões dava peso 1 aos professores, 1,5128 aos funcionários e 0,1864 aos alunos.

Observando-se a "lista consolidada" da comunidade, vê-se que, dentre os seis nomes, quatro deles estavam entre os candidatos defendidos pela diretoria do DAECA, que lançou um documento público colocando seu posicionamento a respeito. O candidato vencedor recebeu votação majoritária de funcionários e professores, mas recebeu a 6ª posição entre estudantes. Os quatro candidatos mais votados entre os estudantes foram efetivamente os indicados pela diretoria do DAECA. Infelizmente, maiores dados não poderão ser fornecidos em virtude

da não localização das Atas Eleitorais. Entretanto, o número de votantes foi de 78 para funcionários, 118 para professores e 633 para alunos, o que significa uma ampla participação para os primeiros, média para os docentes e baixa para os estudantes. A votação estudantil, apesar de pequena, foi considerada satisfatória, se tomarmos como comparação o número de votantes da última eleição para a diretoria do DAECA (gestão 83/84), que foi de 580 estudantes.

O episódio final deste processo é o relativo à reunião da Congregação que compôs a lista para Diretor. A reunião contou com a presença de 5 representantes de cada segmento. A Comissão da Congregação que organizou a consulta expôs os trâmites e resultados das eleições realizadas pela comunidade, bem como são entregues aos conselheiros, de parte dos membros da comunidade presentes, os documentos relativos à unificação das três listas. Ao que se sabe, outra proposta de fórmula para unificação das listas surgiu durante a reunião, o que alterou a composição da lista da comunidade. Além disso, muitos foram os votos divergentes, nulos e brancos. O resultado final foi a manutenção dos cinco primeiros nomes da lista da comunidade, com substituição do 6º pelo 8º nome mais votado por essa. (Aliás, coincidentemente, este 8º nome foi o único candidato que não assinou a declaração pública proposta pela comunidade.)

Por fim, vamos explorar o fenômeno do "paralelismo" dos processos referido anteriormente. Podemos considerar que o objetivo de determinados setores da hierarquia organizacional da FCE era acomodar o ímpeto de mudança apresentado pela comunidade, instituindo um processo de consulta quanto à preferência dessa em relação a candidatos para direção da Faculdade. Podemos admitir, também, que a comunidade só parcialmente viu sua vontade ser aceita pela Congregação, visto esta não ter respeitado a fórmula para unificação das três listas votadas. Aliás, cabe referir aqui, a título de exemplificação deste ponto, a forma de composição da lista para Vice-Diretor. O Regulamento Eleitoral não prevê a participação da comunidade na eleição deste cargo diretivo, e efetivamente o pleito não ocorreu. Entretanto, funcionários e alunos enviaram ao novo Diretor um documento no qual solicitavam que, para a composição da lista para Vice-Direção, fossem considerados os resultados da eleição direta para Diretor, compondo-se a lista conforme a ordem de colocação que os candidatos obtiveram, excluindo-se aqueles que não quisessem concorrer para Vice-Direção. De fato, a sugestão dos segmentos referidos foi aceita, mas novamente a ordem de colocação não foi respeitada integralmente.

Todavia, é preciso examinar o movimento à luz do nível de organização da comunidade anteriormente à greve, e, em

outro sentido, projetar suas perspectivas de atuação num outro momento histórico. Sob estes pontos de vista, percebe-se as limitações do processo como momentâneas, passíveis de serem superadas historicamente. Se o movimento pelas "diretas", assim, ocorreu a partir de iniciativas paralelas, o fato de a Congregação não ter composto integralmente a lista a ser enviada ao MEC conforme a lista apresentada pela comunidade não significa uma não aceitação desta ou uma desconsideração, mas, simplesmente, que a Congregação não apresenta uma postura homogênea, e que nela também se percebem agrupamentos políticos e ideológicos divergentes. Um elemento a corroborar o argumento quanto à aceitação da vontade da comunidade é a manutenção do terceiro nome da lista da comunidade, professor considerado um "anti-candidato", por suas posturas nitidamente radicais, reivindicando uma transformação total do modelo de Universidade vigente.

Desta forma, é possível afirmar que, apesar do paralelismo característico do movimento pelas "diretas" na FCE, a comunidade demonstrou sua capacidade organizativa, visando uma alteração na estrutura de poder da Universidade.

4.3.3 - Faculdade de Educação⁵

A mobilização ocorrida na FACED em torno das eleições para direção e vice-direção tem como questão central o agrupamento - e, mesmo, o auto-reconhecimento - da comunidade acadêmica visando alcançar uma forma de fazer sua vontade ser respeitada pelos setores conservadores da hierarquia organizacional da Faculdade e pelo MEC.

Efetivamente, tomando-se os processos eleitorais acontecidos em outras unidades, é possível afirmar que o movimento da FACED foi o mais avançado, em termos de nível de consciência coletiva alcançado por sua comunidade, traduzido, inclusive, por uma elaboração acerca do papel social de uma instituição que forma educadores. A par deste fato, além da contraposição entre a comunidade e a Congregação/MEC, subsistiu uma outra contraposição, qual seja, a tendência ao corporativismo, onde os segmentos buscaram obter maiores vantagens eleitorais em torno das questões da proporcionalidade do voto e de quem estaria apto a votar no processo. Estes dois pontos, então, deverão ser analisados com maior atenção.

⁵ Para um acompanhamento mais pormenorizado do processo acontecido na FACED, sugere-se a leitura de: SILVA, Tomaz Tadeu, 1985.

Na FACED, o direcionamento dos debates realizados durante a greve para a questão da próxima mudança de Diretor ocorreu semelhantemente a outras unidades. À medida em que a greve se alongava, a discussão mais genérica em torno da crise da Universidade e das questões pertinentes às reivindicações dos paredistas foi se orientando para as eleições diretas para Diretor e Vice-Diretor. A pressão conjuntural forneceu o cenário, mas o movimento não surgiu espontaneamente. Um grupo de professores preocupou-se em disseminar a proposta, visando que o movimento comunitário evitasse o processo tradicional de indicação de candidatos, que acreditavam viciado porque privilegiava a nomeação de determinados professores em consonância com a política educacional do MEC, e não de acordo com os interesses da comunidade acadêmica.

Conquanto o tema tivesse adquirido importância, o processo de discussão quanto à democratização desenvolveu-se de maneira rica, com grande participação comunitária (ver cronologia no Anexo VII). A formação da Comissão Eleitoral, em 28 de junho, representou a aceitação da idéia, pelos segmentos, de que a comunidade deveria unificar-se e procurar dirigir os debates através de representantes reconhecidos coletivamente. A Comissão foi composta por dois membros de cada segmento, mais um funcionário e uma professora do Colégio de Aplicação, órgão auxiliar da Faculdade. Este fato não signifi-

ca, entretanto, que tenha sido fácil e consensual o estabelecimento de regras de convivência coletiva. A comunidade universitária da FACED não se apresentava, naquele momento, como um corpo orgânico que congregasse os segmentos em torno de alianças táticas. Isto porque nenhum destes segmentos, até então, conseguira concretizar-se numa identidade social em torno de interesses próprios. A inexperiência democrática, o corporativismo e - um dado importante - a hierarquia de poder que surge a partir da associação entre saber e competência política, determinaram que os debates fossem polêmicos e que as decisões fossem tomadas de maneira bastante lenta.

O corpo técnico-administrativo talvez tenha sido o mais coeso em todo o processo de mobilização. Os funcionários tinham passado por um recente processo de organização, no período anterior à greve, através da criação de um Conselho de Funcionários, com representação de cada setor da Faculdade, fato este que lhes fornecia alguma homogeneidade de ação e lideranças já estabelecidas, apesar de sua imaturidade política.

Precisando o quadro estudantil, a diretoria do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação - DAFE - era inexperiencede e não tinha surgido como vanguarda numa situação de mobilização. Todavia, seus componentes tinham interesse em tor-

nar a entidade um elemento de canalização dos interesses estu
dantis, e compreenderam a importância do momento para os ru-
mos da Faculdade. Além de preocupar-se com a participação dos
estudantes de graduação, o DAFE tinha que contatar com os pós
graduandos, quase um quarto segmento dentro da unidade, com
uma forma de organização própria. Em consequência, o corpo
discente só passou a ter uma participação numérica maior na e
laboração comunitária sobre as "diretas" quando da volta às
aulas ao final da greve, e, mesmo assim, esta participação
foi interrompida porque o período de campanha eleitoral ocor-
reu praticamente durante as férias extraordinárias.

Do ponto de vista do corpo docente, o movimento per
mitiu o conhecimento interpessoal de seus membros, colocando
às claras as convergências e divergências que apresentavam,
politicamente, ideologicamente e, em consequência, quanto ao
entendimento sobre as ligações entre educação e sociedade. Po
de-se dizer que, até aquela ocasião, o conservadorismo era he
gemônico entre os professores, e que foram a greve e a campa-
nha das "diretas" que permitiram o agrupamento dos setores
mais progressistas.⁶

⁶ Esclarecida a postura de cada segmento, não será a-
bordada a situação particular do Colégio de Aplicação, visto
a participação deste setor não apresentar nenhuma caracterís-
tica especial, que viesse a alterar o conteúdo da análise que
está sendo feita.

A partir da formação da Comissão Eleitoral, e após a comunidade ter aprovado a proposta de trabalho daquela, as próximas doze assembléias gerais da Faculdade preocuparam-se em discutir os tópicos que viriam a conformar o Regulamento Eleitoral (Anexo IV). Trataremos, agora, das maiores divergências que surgiram nos debates.

Em primeiro lugar, houve uma polêmica muito grande em torno de quem poderia votar no pleito. Em virtude de a Faculdade dedicar-se a muitas atividades, na área de ensino, pesquisa e extensão, há muitas pessoas que participam da vida acadêmica sem possuir vínculo empregatício com a universidade ou serem alunos regulares da Faculdade. Além disso, o Colégio de Aplicação possui alunos de pré-primário e de 1º e 2º graus. Um grupo de membros da comunidade, principalmente alunos de pós-graduação, defendia que o voto deveria ser estendido a todo aquele que sofresse a ação da gestão da Faculdade. As discordâncias foram muito grandes, porque professores e funcionários, por permanecerem mais anos de vida na universidade do que outros personagens acadêmicos, não admitiam essa participação generalizada. O resultado da discordância foi a exclusão dos alunos do Aplicação, considerados imaturos para esse tipo de decisão, bem como de monitores, estagiários, bolistas, auxiliares de pesquisa, alunos de formação pedagógica, de especialização e de extensão, e qualquer pessoa que e-

xecutasse tarefas para a Faculdade, mas que não tivesse vínculo empregatício com a UFRGS.

Dentro desta linha de raciocínio, a questão da proporcionalidade do voto também ganhou destaque. Para os defensores do voto universal, cada pessoa considerada um eleitor deveria ter seu voto valorado em 1, isto é, os votos seriam computados a partir do universo eleitoral composto pelos professores e funcionários da FACED e do Colégio de Aplicação, e pelos alunos de graduação e pós-graduação a nível de mestrado e doutorado, conforme havia sido decidido anteriormente. Docentes e funcionários não aceitaram esta proposta, visto que, sob uma ótica corporativista, os estudantes, por seu maior número, decidiriam a eleição. A decisão final agrupou professores e funcionários do Colégio de Aplicação e da FACED, sob peso de 2/3, e alunos de graduação e de pós-graduação com peso de 1/3, apesar da insatisfação dos funcionários, que reivindicavam a paridade. A fórmula acordada para a apuração dos votos previa, ainda, a punição ao segmento que menos comparecesse ao pleito.

Todavia, se estas divergências se ligavam a táticas específicas de beneficiamento de determinado segmento - ou, talvez, interesse coletivo em não beneficiar nenhum segmento, buscando, a priori, uma igualdade de condições - a discor

dância em torno da forma de inscrição de candidatos caracterizava uma disputa pelo poder que acontecia transcorporação, e não entre elas, como nos casos anteriores. Para entendermos este fato, é preciso abrir uma nova cena na narração.

Considerando a estrutura de poder nas universidades, através da qual a comunidade universitária é mantida distante das decisões tomadas, a tendência subjacente é a de que a escolha dos dirigentes não atenda e/ou represente os interesses comunitários. Assim, os processos de democratização surgem como uma tentativa de alterar este estado de coisas. O projeto alternativo é uma estratégia de alteração. Do ponto de vista dos articuladores das "diretas" na FACED, que se tornou hegemônico entre a comunidade, tratava-se de evitar terminantemente que o MEC tivesse opções em desacordo com a escolha da maioria da comunidade. Como observou-se em outras unidades, a escolha do MEC nem sempre coincidiu com a preferência dos segmentos. Na FACED, a opção surgida para "burlar as regras do jogo" (como usualmente dizia-se) foi a eleição por chapas comprometidas com programas. A eleição ocorreria, então, em função dos programas veiculados pelas chapas, e qualquer nome escolhido pelo MEC seria bem recebido pela comunidade.

Entretanto, para um grupo de professores da unidade

com posições conservadoras, esta opção de eleição por chapas apresentava-se como uma submissão das convicções pessoais aos interesses do grupo, e acreditavam ser necessário alterar esta decisão da comunidade, pleiteando a inscrição individual. Conquanto o Regulamento Eleitoral já tivesse sido aprovado, contando com o quesito da inscrição por chapas, esse grupo solicitou revisão do Regulamento, o que só poderia acontecer caso 2/3 dos eleitores presentes à assembléia chamada especificamente para alterar o Regulamento resolvessem revogar o dispositivo. Ao que parece, esta convocação para a assembléia extraordinária, com tal pauta, acabou servindo para motivar mais a comunidade em torno do processo, e legitimá-lo. Dos 206 presentes à assembléia de 21 de agosto, 186 votaram pela manutenção da inscrição por chapas, e 20 votaram contra, sem nenhuma abstenção.

Na primeira reunião da Congregação pós-greve, realizada no dia seguinte, a comunidade iniciou um processo de "conquista do referendo" das "diretas" por parte da Congregação. A partir deste reunião e das outras cinco que lhe seguiram, a comunidade, através da Comissão Eleitoral, travou contato com a direção da Faculdade e com a Congregação, visando um entendimento com esta em torno do tema das eleições. No período subsequente à aprovação do Regulamento, o movimento pelas "diretas" preocupou-se em estabelecer um calendário e-

leitoral, onde se destacam as etapas de inscrição de chapas, campanha, votação e apuração dos votos, com divulgação dos resultados. Estes assuntos foram discutidos na Congregação, a fim de definir a postura desta quanto ao processo. O contato que a Comissão Eleitoral realizou com a Congregação foi formalizado através de documentos escritos. Dentro deste organismo, a luta pela democratização da Faculdade igualmente foi acirrada, acentuando-se a pressão dos membros progressistas sobre os membros conservadores, em prol do processo. Alguns membros que defendiam as "diretas" reivindicavam, também, que o voto da Congregação para a composição da lista sêxtupla fosse aberto, e não secreto, conforme orienta a legislação. A situação chegou a tal ponto que, mesmo que as normas orientassem a escolha por votação uninominal, com voto secreto e por escrutínios sucessivos, tornou-se necessário realizar uma votação para decidir o procedimento, vencendo, todavia, o voto secreto. Na última destas seis reuniões, que tratou da composição da lista sêxtupla, a Congregação optou pela manutenção da chapa da comunidade, sem votos divergentes, com somente votos em branco. Oito membros do organismo declararam seu voto pelas "diretas".

Como se vê, a mobilização da FACED em torno da democratização da unidade foi tão forte e homogênea que conseguiu neutralizar as divergências ideológicas em torno do te-

ma. A discussão comunitária alcançou uma posição consensual quanto à associação entre democracia e papel social da Faculdade voltado às necessidades da maioria da população. As reflexões da comunidade a este respeito podem ser conferidas nos documentos redigidos pelos membros da chapa única; após realizarem uma consulta aos segmentos. Tanto o texto apresentado quando da abertura da campanha eleitoral - "Idéias Básicas da Chapa Única da FACED" -, quanto o "Esboço de um Programa de Ação para 1985/1988" são desenvolvidos sobre três "princípios orientadores": (1) democratização e participação; (2) competência técnica e compromisso social; (3) serviço público e "coisa" pública; e solicitam a participação comunitária nas definições sobre a gestão da Faculdade. Diz o "Idéias Básicas da Chapa Única da FACED":

"Coerentes com essas idéias que refletem as posições assumidas pelos componentes da chapa, não estamos apresentando um programa. Nosso propósito é construir cooperativamente um plano de gestão. Para tal, é fundamental a participação de todos os professores, funcionários e alunos que fazem esta Casa e que desejam trabalhar conosco para que ela continue a crescer." (FERRARI et alii, 1985b, p.162).

E, o "Esboço de um Programa de Ação para 1985/1988":

"Na perspectiva de um projeto que se

constrói pela discussão e elaboração con juntas, as linhas de ação ou objetivos principais ora apresentados deverão ser complementados pela incorporação de novas decisões na medida da participação e do interesse dos professores, funcionários e alunos dispostos a se engajar numa proposta coletiva de trabalho." (FERRARI et alii, 1985a, p.165).

As propostas contidas nos textos têm como pressuposto a afirmação do papel crítico que tem de ter uma faculdade que forma educadores. O "Esboço de um Programa de Ação para 1985/1988" procura desmembrar as propostas genéricas contidas no "Idéias Básicas da Chapa Única da FACED". A realidade social é a origem e o fim do trabalho educativo, tornando-se necessário repensar os objetivos do ensino, da pesquisa e da extensão, objetivando "um conhecimento educacional comprometido com as necessidades da maioria do povo brasileiro." (FERRARI et alii, 1985a, p.164). O compromisso dos educadores que ali convivem deve ser sustentado e viabilizado através de uma prática democrática. Para que esta se efetive, é necessário que se repense as estruturas de poder da instituição, a fim de alcançar uma elaboração e um compromisso coletivos:

- "a.1 - estabelecer a Assembléia Geral como instância de definição das diretrizes básicas da instituição e das atividades de seus membros;
- "a.2 - redefinir a função de Direção e

dos órgãos colegiados da FACED no sentido de caracterizá-los, eminentemente, como organizadores e facilitadores dos processos decisórios e das rotinas administrativas que os acionam;

"a.3 - promover a participação de todas as categorias nos órgãos colegiados da FACED e da Universidade por representantes eleitos por via direta;" (FERRARI et alii, 1985a, p.163).

Além do mais, os autores não esquecem que a Faculdade não é um organismo independente, e sim que ela faz parte de um sistema organizacional caracterizado pelo funcionamento burocrático. Por isso, propõem eles:

"c.1 - aperfeiçoar o sentido de 'público', tanto no atendimento à população como na organização e desenvolvimento dos serviços internos da FACED. Este aperfeiçoamento envolve cuidado com o patrimônio público, presteza na realização do trabalho, e a percepção do sentido de corresponsabilidade na realização das atribuições e tarefas." (FERRARI et alii, 1985a, p. 164).

A conformidade dos interesses dos segmentos da FACED com a chapa para a direção⁷ da unidade e seu programa

⁷ O Regulamento Eleitoral previa, também, que o pro-

de ação pode ser auferida através dos resultados do pleito, realizado nos dias 10 e 11 de outubro. A Tabela II apresenta a participação dos segmentos na eleição. Percebe-se uma maior participação de funcionários e professores, secundarizada por uma média participação de alunos.

TABELA II

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Educação, UFRGS, 1984

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes (FACED)	436	261	59,9	175	40,1
Funcionários (FACED + Colégio de Aplicação)	66	63	95,5	3	4,5
Professores (FACED + Colégio de Aplicação)	162	148	91,4	14	8,6
TOTAL	664	472	71,1	192	28,9

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Comissão Eleitoral. Relatório dos Resultados da Eleição para Composição da Lista Sêxtupla para Diretor da FACED. 1984.

cesso de formulação da lista sêxtupla para Vice-Diretor dar-se-ia da mesma forma pela qual foi escolhida a lista para Diretor. O pleito foi realizado dias 28 e 29 de outubro, tendo se apresentado unicamente uma chapa.

Se compararmos estes dados com os contidos no Quadro I, verificaremos que a participação da comunidade da FACED só foi menor do que a da comunidade da Odontologia. E, apesar da discrepância numérica entre estudantes e demais segmentos na FACED, observa-se que em comparação com as outras unidades analisadas, a participação estudantil só foi superada, também, pela dos alunos da Odontologia.

Conquanto a sistemática de votação prevísse a votação na chapa e a ordenação dos seis nomes, conforme a preferência, uma leitura do Relatório da Comissão Eleitoral indica que a candidata vencedora recebeu maior número de votos nas duas urnas (urna 1 - professores e funcionários; urna 2 - alunos), e o candidato escolhido pelo MEC, o terceiro da lista, recebeu votação majoritária de estudantes, perdendo para a candidata vencedora, neste segmento, por uma diferença de apenas 4 pontos.

Além disso, percebe-se que, apesar do número de abstenções entre estudantes ser bem maior do que as abstenções dos professores e funcionários unificadamente, aquele segmento apresenta votos nulos e brancos na chapa em proporção muito menor do que professores e funcionários, o que indicaria uma conformidade maior de estudantes com a chapa e com o próprio processo, conforme indica a Tabela III.

TABELA III

Incidência de Votos Nulos e Brancos na Chapa Única para Diretor da Unidade - Faculdade de Educação, UFRGS, 1984

SEGMENTO	VOTANTES	VOTOS NA CHAPA ÚNICA	%	VOTOS NULOS E BRANCOS	%
Estudantes	261	252	96,6	9	3,4
Funcionários e Professores	211	186	88,2	25	11,8
TOTAL	472	438	92,8	34	7,2

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Comissão Eleitoral. Relatório dos Resultados da Eleição para Composição da Lista Sêxtupla para Diretor da FACED. 1984.

Em síntese, a mobilização comunitária pelas "Diretas Já para Diretor!" na FACED foi viabilizada pela conjuntura política da Universidade e do País, permitindo uma elevação considerável do nível de consciência dos membros da comunidade. A politização levou à unidade dos segmentos em torno das "diretas", num movimento inicialmente quase que espontâneo, fruto das circunstâncias, mas gradativamente organizado. A formação da Comissão Eleitoral representou um momento de superação das condições iniciais de aproximação dos segmentos. Sua representatividade e reconhecimento coletivo forneceram-lhe características de organismo de poder paralelo, através do qual a comunidade afirmava-se perante os órgãos de

direção da Faculdade.

Tanto mais a comunidade reconhecia-se na existência da Comissão Eleitoral, quanto se convencia da necessidade de travar novas relações com os órgãos dirigentes da unidade. Isto se esclarece, primeiro, na necessidade de provar a estes a legitimidade das eleições:

"ART. 15 - A apuração será procedida pela própria Comissão Eleitoral, iniciada logo após o encerramento do processo de votação, podendo ser acompanhada por membros integrantes da Congregação, Direção e demais órgãos colegiados, bem como representante de cada chapa." (Regulamento Eleitoral, Anexo IV, grifos nossos).

Segundo, na tentativa de rever o papel e a representatividade daqueles organismos, conforme explicam os textos "Idéias Básicas da Chapa Única da FACED" e "Esboço de um Programa de Ação para 1985/1988", em trechos citados anteriormente.

De fato, diferentemente do acontecido em outras unidades, o movimento na FACED projetava a ação participativa para além do processo eleitoral. "Foi antes de tudo a tentativa de se instaurar uma sistemática de manutenção do processo participativo durante todo o período de vigência dessa direção." (FISCHER, 1985, p.139)

Percebendo a intensidade do movimento, os setores retrógrados tiveram uma interferência incipiente, frente à redução do seu peso decisório dentro da Faculdade. Admitindo como superáveis, então, os entraves internos, a comunidade buscou uma alternativa para inviabilizar uma possível ação negativa de parte do MEC, instituindo a eleição por chapas. Contudo, sabia que a força do movimento encontrava-se em sua amplitude:

"Ocorreu, então, uma dupla ação para que a norma fosse superada: de um lado a fonte gerada nas assembleias gerais que motivava grande parte da comunidade, de outro, essa mesma fonte permitia a ação dos participantes de assembleias que agiam politicamente junto a alguns setores ainda não convencidos da mudança, tentando argumentar diante de posições pré-concebidas de resistência." (FISCHER, 1985, p.140).

É interessante pensar o que aconteceria caso o MEC não tivesse aceitado nenhum dos nomes da lista que lhe foi enviada. Teria a comunidade paralisado suas atividades até ser ouvida pelo Ministério, tal como aconteceu em outras universidades no país?

Por último, deve-se assinalar uma faceta do entendimento de democracia apresentado majoritariamente na FACED. Há uma tendência, no movimento universitário, e que se apre-

sentou na FACED, a exacerbar o corporativismo, desprezando o fato de que as propostas em torno de democracia e autonomia na Universidade existem em função de interesses mais globais, sob o ponto de vista político, e mais generalizados, em se tratando dos grupos envolvidos. Assim, quando se estabelece o voto proporcional por segmento, pressupõe-se equivocadamente que cada segmento votaria numa proposta única. É esta lógica que permite dispositivos como o da punição ao segmento que menos compareça à eleição, o que acaba por, invariavelmente, privilegiar a quantidade do voto, e não a opção política, isto é, a qualidade do voto. VEIGA-NETO, um dos autores da fórmula para correção de votos usada na FACED, analisando os resultados eleitorais, conclui que,

" . . . como está previsto na fórmula . . . , o segmento alunos ficou prejudicado, em sua expressão numérica final, justamente em decorrência de sua maior abstenção [na eleição], estatisticamente significativa;"

mas também que

" . . . a incidência de votos nulos e em branco foi significativamente maior no segmento professores e funcionários do que no segmento alunos." (VEIGA-NETO, 1985, p.112),

o que pode significar que os alunos votantes encontravam-se mais seguros da validade do processo do que professores e funcionários, isto é, fizeram sua opção política pelo projeto de gestão universitária apresentado.

Segue-se, então, a necessidade de aproveitar experiências como esta para aperfeiçoar o entendimento de democracia na Universidade.

4.3.4 - Faculdade de Odontologia

Dentre todos os processos analisados, o ocorrido na Odontologia apresenta a maior transparência, do ponto de vista da existência de embates ideológicos, que fazem aparecer dois grupos completamente distintos, originando uma campanha eleitoral com duas chapas antagônicas.

Segundo PIRES FILHO, foi uma empreitada bastante difícil a introdução do tema nos debates travados na Faculdade. Inicialmente, os dois segmentos grevistas realizavam reuniões em separado, e, quanto ao corpo docente,

" . . . ficou patente de parte de alguns professores, a intenção de garantir que não houvesse trabalho conjunto com as de

mais categorias assim como que as discussões se limitassem a assuntos exclusivamente relacionados à greve, chegando a haver claras referências a que o tema Escolha de Dirigentes não deveria se constituir em objeto de debates, já que era da competência da Congregação da Casa." (PIRES FILHO, 1984a, f.6).

Após diversas tentativas de que a escolha da direção se tornasse parte da pauta de discussões, por iniciativa de professores progressistas ligados ao Centro de Pesquisa em Odontologia Social (CPOS, um órgão auxiliar da Faculdade), foi possível unificar a até então inexistente comunidade acadêmica, à revelia dos discordantes. A representante da ADUFRGS na Faculdade, o presidente da Associação dos Funcionários da Odontologia e a presidente do Diretório Acadêmico Othon Silva - DAOS - convocaram, então, professores, funcionários e alunos para a primeira Assembléia Geral Conjunta dos três segmentos. À esta assembléia, ocorrida no mês de junho, seguiram-se várias outras, nas quais a preocupação foi apreciar as propostas surgidas para a realização de eleições alternativas para a direção e vice-direção da unidade.

Procurando-se situar, então, a estratégia do grupo que apresentou a proposta, vê-se que os professores progressistas desejavam propagandear idéias de transformação dentro do circuito acadêmico, ampliando o seu espaço na Faculdade e

os quase inexistentes espaços democráticos, com o que concor-
davam setores do corpo docente e dos funcionários. A greve e
as "Diretas Já para Presidente!", bem como os movimentos pe-
las "diretas" que estavam ocorrendo em outras unidades foram
utilizados como justificativa para que a campanha das "dire-
tas" fosse desenvolvida na Odontologia.

A comunidade demonstrou um esforço de organização
ao erigir, como sua direção, as entidades de representação de
cada segmento, que elaboraram um documento orientador do pro-
cesso. Duas circunstâncias esclarecem, contudo, as limitações
que sofreu a campanha em seu transcorrer. A primeira delas é
relativa ao papel que ocupou a Congregação. O movimento reali-
zado na Odontologia foi pautado do início ao fim pelo respei-
to ao legalismo, que se personificava no organismo Congrega-
ção. Conquanto as entidades representantes da comunidade hou-
vessem proposto que a Congregação indicasse um de seus mem-
bros para presidir a Comissão Eleitoral, essa não aceita a
proposta e, ao contrário, considerando esta situação "ile-
gal", sugere que a comunidade escolha ela mesma o membro da
Congregação que iria presidir os trabalhos. Da mesma forma, a
até o nome do projeto elaborado pela comunidade sofreu mudan-
ças, para não infringir a legislação: de "Proposta para alte-
ração no Processo de formulação da lista sêxtupla com vistas
à escolha da Direção da Faculdade" a "Proposta para participa

ção da Comunidade acadêmica na escolha da lista sêxtupla para apontar o Diretor da Faculdade".

A segunda circunstância limitadora refere-se ao recuo, de parte da comunidade, frente às pressões dos grupos conservadores, da decisão de escolher um único candidato, materializador da preferência coletiva, substituindo a idéia pela de eleição de uma lista sêxtupla. Ao que parece, apesar de este fato ter diminuído a radicalidade do processo, a alternativa encontrada de eleição por chapas garantiu, ao menos, que se identificassem os diferentes grupos com seus projetos particulares, o que não aconteceria caso a forma de eleição escolhida fosse uma mera ordenação de 6 nomes, sem referência programática.

Examinando-se o documento assinado pelas entidades dirigentes, observa-se que convivem, lado a lado, idéias questionadoras com idéias que aceitam a estrutura de poder vigente na instituição universitária. Na "Justificativa" do referido documento, as entidades denunciam o autoritarismo de nossa sociedade e de nosso sistema educacional, onde a lista sêxtupla para dirigentes universitários é um democratismo que serve para encobrir o autoritarismo referido. Valendo-se dos acontecimentos conjunturais, há referências à positividade das eleições diretas como experiência de educação para a democra-

cia. O documento assinala a distorção numérica na representação dos segmentos na Congregação, e que a despolitização do processo leva a uma falta de compromisso e de respaldo por parte dos dirigentes escolhidos.

Todavia, apesar de os autores dizerem que o atual processo de escolha de dirigentes de unidades

"5 - Ao favorecer articulações e decisões circunscritas e distanciadas das bases da comunidade universitária, induz que na indicação de prováveis futuros dirigentes sejam valorizados muito mais critérios de ordem subjetiva e pessoais do que qualificações que se identifiquem com as reais potencialidades para posicionarem-se e atuarem em consonância com os anseios e necessidades manifestas por essa comunidade;" (PROPOSTA para alteração no processo de formulação da lista sêxtupla com vistas à escolha da Direção da Faculdade, 1984, f.2);

preocupam-se em seguida a esclarecer que

". . . as tentativas de mudá-lo . . . não caracterizam um movimento de rebeldia ou conturbação da ordem instituída . . . [nem] objetivam estabelecer um poder paralelo e competitivo às Congregações mas, ao contrário, apresentam-se como contribuição a sua função coordenadora de mecanismos educativos e administrativos, de tal forma que, cada vez mais, estabeleça-se consequência entre a posição desses Órgãos e a vontade da maioria da comunidade, para qual estão voltadas suas deliberações;"

(PROPOSTA para alteração no processo de formulação da lista sêxtupla com vistas à escolha da Direção da Faculdade, 1984, f. 3).

Talvez esta atitude contraditória, que identifica o autoritarismo, a farsa e o favorecimento de determinados grupos na hierarquia organizacional da Universidade brasileira, para em seguida reconhecer e legitimar a Congregação enquanto organismo que tem "função coordenadora de mecanismos educativos e administrativos", não querendo "conturbar a ordem instituída"; talvez, esta atitude ocorra, dizíamos, como uma tática visando ganhar espaços: ". . . a Proposta em suas limitações representa a conquista mínima, no momento, viável de ser alcançada." (PROPOSTA para alteração no processo de formulação da lista sêxtupla com vistas à escolha da Direção da Faculdade, 1984, f.3).

Vencidos, então, os obstáculos, primeiro, o relativo à agregação dos segmentos acadêmicos em torno da possibilidade de eleições para a direção e, segundo, o reconhecimento do processo em curso por parte da Congregação da Casa, vejamos qual o conteúdo das propostas veiculadas pelas duas chapas que se formaram.

"A Chapa 1" é formada pelo setor conservador dos

professores, encabeçada pelo Vice-Diretor da Faculdade na época. O programa da chapa - curiosamente escrito na 1ª pessoa do singular - arrola de maneira muito vaga elementos a serem "melhorados" pela próxima direção, em se tratando de questões de ensino, pesquisa, prestação de serviços à comunidade, racionalização e reequipamento administrativos, recursos para a Biblioteca. Questões relativas à participação da comunidade são abordadas somente em dois momentos: quando sugere que os alunos indiquem representantes para discutirem problemas acadêmicos com os Regentes de Disciplinas; e quando diz que a luta por representação dos funcionários no Conselho Departamental merecerá o esforço da direção, no sentido de viabilizá-la (VALE, 1984).

O lançamento da "Chapa 2 - Pela Democracia" foi feito ao final do prazo estabelecido para inscrição de chapas, pela diretoria do DAOS e pela Associação dos Funcionários. Ao que se sabe, as tentativas de formação de uma ampla chapa de oposição aos conservadores não se concretizaram, visto determinados professores negarem-se a participar de uma articulação com professores considerados "de esquerda"; por outro lado, aqueles setores tampouco conseguiram formar uma chapa sozinhos. Assim sendo, a Chapa 2 surgiu, conforme documento assinado pelo DAOS e pela Associação de Funcionários, porque ". . . a existência apenas de um grupo concorrente eliminava

a possibilidade de se estabelecer um processo mais rico e construtivo de discussão em torno das questões prioritárias da Unidade.". Além disso, as diretorias denunciam o processo de formação da Chapa 1, que ". . . caracterizava uma concreta segregação dos setores dos funcionários e estudantes . . .", e mencionam os princípios que embasavam a Chapa 2: seu caráter participativo e democrático; o fato de garantir ". . . o direito de participação dos funcionários e estudantes, não como meros objetos, mas como agentes . . ."; e o fato de ter por base ". . . não interesses pessoais, mas um programa de trabalho cuja pauta respondesse a questões identificadas pela própria comunidade." (INFORME do Diretório Acadêmico Othon Silva e Associação dos Funcionários da Faculdade de Odontologia da UFRGS, 1984).

O "Programa de Trabalho" da chapa "Pela Democracia" apresenta propostas gerais e específicas. As propostas gerais são uma declaração de princípios,⁸ que vêm a definir as pro-

⁸ "Nosso ponto de partida é de total identificação com a luta pela democratização da Faculdade e da Universidade. Entendemos que a solução de nossos problemas - de professores, estudantes e funcionários - passa necessariamente pela conquista da democracia. Nossa compreensão de democracia abrange a participação de todos os segmentos da comunidade universitária na gestão da Instituição através de representantes eleitos pelos representados, assim como o livre acesso da população à Universidade, seja pela extinção de obstáculos de

postas específicas, onde se destacam a redefinição do modelo de formação profissional, fazendo com que o conteúdo do ensino se identifique com as necessidades da população e não ". . . com as conveniências das elites econômicas . . ."; a ampliação da participação da comunidade acadêmica nas decisões tomadas na Faculdade; e a melhoria das condições de trabalho, de ensino, aprimoramento profissional para funcionários e circulação de informações no âmbito da unidade (PIRES FILHO, 1984b).

Se aparentemente o fato de ter o apoio de estudantes e funcionários indicaria uma melhor oportunidade eleitoral para a chapa "Pela Democracia", os números indicam a vitória da Chapa 1. Primeiramente, examinemos os resultados da eleição. A Tabela IV apresenta a participação da comunidade da Odontologia.

ordem econômico-financeira que impedem o acesso à educação superior, seja pela extensão à toda a população dos benefícios representados pelo avanço do conhecimento científico e tecnológico." (PIRES FILHO, 1984b, f.1)

TABELA IV

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Odontologia, UFRGS, 1984

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	442	319	72,2	123	27,8
Funcionários	79	76	96,2	3	3,8
Professores	78	77	98,7	1	1,3
TOTAL	599	472	78,8	127	21,2

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE ODONTOLOGIA. Comissão Eleitoral. Ata da Eleição para Diretor da Faculdade de Odontologia. 1984.

Tomando-se a participação total dos segmentos, em relação às outras unidades selecionadas (vide Quadro I), o resultado de 78,8% indica a maior participação desta comunidade. Estudantes e professores fizeram o maior percentual, também, na Odontologia, do que em outras unidades, e funcionários só foram vencidos em sua participação pelos funcionários do IFCH.

As Tabelas V e VI trazem, respectivamente, os votos por chapa e os pontos por elas obtidos. Para compreendê-las, é preciso saber que o Regimento Eleitoral, em sua tentativa

de tornar paritário o voto dos três segmentos, estabeleceu um fator de ponderação através do qual o voto estudantil adquiriu o valor 0,1764705, o voto dos funcionários 0,9873417, e o de professores valor 1. O interessante, contudo, é observar a porcentagem de votos de cada chapa.

TABELA V

Distribuição dos Votos por Chapa - Faculdade de Odontologia, UFRGS, 1984

SEGMENTO	TOTAL DE VOTANTES NAS CHAPAS	VOTOS NA CHAPA 1	%	VOTOS NA CHAPA 2	%
Estudantes	310	104	33,5	206	66,5
Funcionários	72	37	51,4	35	48,6
Professores	72	51	70,8	21	29,2
TOTAL	454	192	42,3	262	57,7

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE ODONTOLOGIA. Comissão Eleitoral. Ata da Eleição para Diretor da Faculdade de Odontologia. 1984.

Os estudantes votaram em maioria na Chapa 2, o que, no cômputo geral, não foi muito significativo, visto o reduzido peso do seu voto. O corpo de funcionários dividiu sua preferência eleitoral, votando quase meio a meio em cada chapa.

E os professores votaram majoritariamente na Chapa 1, o que determinou a sua vitória, já que o voto dos docentes tinha o maior peso.

TABELA VI

Pontos Obtidos por Chapa, através da Aplicação do Fator de Ponderação - Faculdade de Odontologia, UFRGS, 1984

SEGMENTO	CHAPA 1	CHAPA 2
Estudantes	18,4	36,4
Funcionários	36,5	34,6
Professores	51,0	21,0
TOTAL	105,9	92,0

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE ODONTOLOGIA. Comissão Eleitoral. Ata da Eleição para Diretor da Faculdade de Odontologia. 1984.

Causa curiosidade o fato de o DAOS e a Associação de Funcionários terem dado seu apoio à Chapa 2, e um número significativo de membros destes segmentos terem se posicionado pela Chapa 1. Isso pode indicar que a divisão ideológica, na Faculdade, ocorreu transcorporaçãõ. Além disso, fica evidente um fenômeno comum a outras unidades: o reconhecimento

parcial de diretorias de entidades (e, mesmo, das próprias entidades) representativas pelos seus representados. No caso do DAOS, por exemplo, sabe-se que a diretoria foi bastante impulsionada, em sua ação, por um grupo de alunos, não pertencentes à diretoria, mas bastante atuantes no movimento universitário, sem os quais o segmento discente não teria apresentado uma contribuição tão ativa no processo de democratização daquela Faculdade. Em relação ao corpo docente, a influência da ADUFRGS em seu meio é pequena, visto o conservadorismo naquele segmento. O resultado eleitoral alcançado por ambas as chapas era o esperado.

Resta-nos, agora, narrar os acontecimentos da reunião da Congregação que elegeu as listas sêxtuplas para Diretor e Vice-Diretor.⁹ Nela não houve nenhum tipo de enfrentamento, sendo que havia membros da Congregação a favor da chapa dos conservadores e membros a favor da outra chapa. Em consequência, talvez, do resultado do pleito eleitoral, todos os membros votaram na chapa preferida pela comunidade, sem votos divergentes, com somente votos em branco. Os defensores da demo

⁹ A lista para vice-direção foi composta por alteração na ordem dos nomes, conforme se vê no Quadro III, não havendo uma eleição específica para o Vice-Diretor.

cratização da unidade, mesmo tendo sido derrotados na eleição, respeitaram a vontade do corpo acadêmico. Por último, o MEC escolheu o primeiro nome da lista que lhe foi enviada.

Pelo exposto, fica clara a característica essencial do movimento pelas "diretas" na Odontologia. Diferentemente de outras unidades, lá a disputa pelo poder adquiriu um duplo sentido. De parte dos setores conservadores, era necessário manter seu domínio já estabelecido, e após as frustradas tentativas de evitar que o tema da eleição para Diretor ocupasse o espaço aberto pela greve, tratava-se de participar do processo, buscando dirimir-lhe a amplitude e conquistar a legitimidade através da vitória eleitoral. Para os grupos progressistas, o momento conjuntural deveria ser aproveitado para veicular uma proposta de transformação da Universidade, reivindicando sua democratização, ampliar sua parcela de poder na Faculdade, e contribuir para a elevação do nível de consciência da comunidade.

Acredita-se, assim, que a vitória da Chapa 1 não trouxe alterações à estrutura de poder e à hierarquia naquela unidade, bem como não ampliou o nível de participação da comunidade acadêmica nas decisões tomadas na Faculdade.

4.3.5 - Faculdade de Veterinária

O processo visando alterar a forma de elaboração da lista sêxtupla para Diretor na Veterinária começou antes mesmo do período de greve, quando a "Comissão de Professores Preocupados" - criada em dezembro de 1983 - elaborou um questionário, distribuído entre o corpo docente no mês de março seguinte, no qual indagava sobre a pertinência de mudar-se o processo de composição da lista, e, caso positivo, quais as novas formas de compô-la. A maioria absoluta de respondentes optou por uma eleição direta por parte da comunidade; entretanto, a proporcionalidade proposta por eles dava um peso muito grande ao corpo docente, e reduzidíssimo aos demais segmentos.

Em seguida, estudantes e funcionários também começaram a sua organização. Uma assembléia geral de estudantes decidiu igualmente pela eleição direta, mas diferentemente dos professores, concluiu pela pertinência do voto universal, enquanto os funcionários optaram pela paridade.

Considerando a unanimidade dos três segmentos em torno da necessidade das "diretas", a atitude subsequente foi a criação da "Comissão Comunitária Paritária", organismo que

passou a dirigir o movimento da unidade pelas "diretas". Toda via, esta concordância não impediu que os membros da comunidade mantivessem uma postura de enfrentamento coletivo. A luta pelo poder, na Veterinária, traduziu-se não na disputa dos fa voráveis contra os desfavoráveis às "diretas", mas numa disputa pela vitória eleitoral, inicialmente com características corporativistas, mas que num segundo momento identificou-se com uma luta entre grupos ("feudos", conforme um membro da comunidade), situados em diferentes corporações. A unicidade destas duas contradições - disputas entre corporações e dentro delas -, então, é a questão central do processo de democratização desenvolvido nessa Faculdade, na qual nos detemos.

Como já foi dito, o movimento pelas "diretas" na Ve terinária começou antes da greve, sendo a única das unidades analisadas onde a comunidade encetou as discussões mesmo sem ter começado a paralisação. A criação da Comissão Comunitária significou um esforço de organização dos segmentos; estes bus caram efetivar uma elaboração que, ao mesmo tempo que diag nosticasse e levantasse propostas de solução para os problemas da Faculdade, servisse de alicerce para os programas que os candidatos apresentassem à comunidade. As várias plenárias re alizadas pela comunidade levantaram pontos como a reduzida participação do corpo acadêmico nas decisões tomadas na unida

de, a burocratização das atividades dos organismos colegiados, a falta de circulação de informações, a deficiência de espaço físico e de recursos humanos, as relações entre ensino, pesquisa, extensão e administração, bem como a falta de integração entre o Pós-Graduação, a Faculdade e o Hospital de Clínica Veterinária, este último um órgão auxiliar da Faculdade, para o qual se propunham "diretas" para a composição da lista tríplice para a direção, a ser referendada pelo Conselho Diretor do Hospital. As questões propriamente "de ensino" obteriam solução através de reformulações curriculares e dos regimentos da Faculdade, do Hospital e dos Departamentos. A ampliação da participação dar-se-ia através das reformulações dos regimentos instituindo "diretas" para todos os cargos dirigentes e representação dos funcionários nos colegiados. Outros pontos relativos à situação deste segmento tratavam da melhoria geral de suas condições de trabalho (UFRGS, 1984c).

Além da discussão propriamente programática, a comunidade dedicou-se a discutir as condições de realização do pleito, materializadas no Regulamento Eleitoral, sobretudo no aspecto já mencionado da proporcionalidade do voto. O início da greve intensificou as discussões, e foi nesse momento que a questão da proporcionalidade adquiriu maior ênfase. Este aspecto será melhor compreendido a partir de uma explicitação da situação de cada segmento e das relações que mantinham en-

tre si.

O corpo de funcionários apresentou o posicionamento mais uniforme. Sem um Conselho ou Associação a nível da Veterinária, o que havia era um representante da ABSURGS na Faculdade, aliás membro da Comissão Comunitária. Defendendo o segmento a proposta de paridade, seu interesse no processo situava-se a nível da melhoria de suas condições de trabalho e de representação.

Entre os professores, a situação era bem mais complexa. Frente à posição obtida pelo questionário de participação majoritária deste segmento num processo de eleições diretas, a Comissão de Professores Preocupados resolveu chamar uma reunião de professores, buscando revisar essa posição. A reunião foi realizada a portas fechadas, e seus resultados foram a legitimação da referida Comissão como representante dos docentes no movimento, bem como a revisão da proporcionalidade estipulada anteriormente, optando os professores pela paridade. Considerando o conservadorismo do corpo docente da Veterinária, é possível que este recuo deva-se a uma avaliação mais precisa do nível de interesse que estavam tendo os demais segmentos no processo; deva-se a uma percepção de que funcionários e alunos não estavam querendo meramente referendar o processo dos professores, através de uma participação

minoritária.

Tendo em vista que professores e funcionários escolheram o voto paritário, a decisão estudantil, tomada à época das aulas, de voto universal, colocava-se como um entrave à unidade do movimento pelas "diretas". O raciocínio dos defensores do voto universal era o de que a disputa primária no processo dava-se entre os segmentos; logo, os estudantes, por tanto tempo colocados distantes das decisões, por seu maior número teriam condições de decidir o pleito através do voto universal. Se este fato à primeira vista parece ser uma contradição que surge entre as corporações, uma observação mais atenta demonstra que o voto universal foi pleiteado visando não o beneficiamento de determinada corporação, mas, efetivamente, o beneficiamento de determinado grupo que estava recrutando bases de apoio nos três segmentos. Pelo que se soube, um setor dos professores com influência sobre um setor dos estudantes incentivou estes últimos a defenderem o voto universal, porque com a força eleitoral daí advinda aquele grupo teria preponderância nas eleições. Contudo, membros da diretoria do Diretório Acadêmico da Faculdade de Veterinária - DAFV - compreenderam a gravidade deste fato. Para eles, o momento eleitoral era só um episódio no processo de democratização da unidade, e a manutenção da proposta de universalidade do voto poderia acabar por inviabilizar o processo. Taticamen

te, então, o voto paritário representava o acordo mínimo entre os segmentos para que as eleições se realizassem, e tratava-se, logo, de revisar, como fizeram os docentes, a posição tomada anteriormente. Mas como fazê-lo em meio a greve, com o pequeno número de estudantes presentes às atividades desenvolvidas na Faculdade? Foi necessário convocar uma assembléia geral de estudantes por carta, assembléia na qual, com muita dificuldade, o setor mais progressista dos estudantes conseguiu suspender a decisão anterior e levar o segmento a optar pela paridade.

As polêmicas acirradas, entretanto, não se esgotaram aí, ocorrendo tanto dentro das instâncias de discussão da comunidade como fora delas. Em primeiro lugar, outro problema surgiu, apesar de a paridade ter sido finalmente assumida pelos três segmentos. Paridade sobre o número de votantes ou de eleitores? Foi bastante difícil chegar a uma posição de consenso, já que o corporativismo exacerbado levava cada segmento a considerar o outro um opositor em potencial, não havendo uma identificação precisa da necessidade de unificação da comunidade para contrapor-se aos regimentos autoritários, aos organismos de decisão com reduzida participação comunitária, e ao próprio Ministério da Educação. A fórmula de equalização dos votos, elaborada pela Comissão Comunitária, buscou um "meio termo" para o impasse: em vez de tomar-se o universo to

tal dos segmentos para obter os índices de correção, estipulou-se o valor de 70% de cada universo, mesmo que algum segmento mobilizasse menos de 70% de seu universo. Este aspecto diminuiu o peso das abstenções passíveis de ocorrer entre o corpo discente (vide Regulamento Eleitoral - Anexo V):

Em segundo lugar, as pressões executadas por determinados grupos sobre parcelas dos segmentos tiveram continuidade, até o final do pleito. Acontece que, basicamente, constituíram-se duas articulações objetivando a vitória no pleito, organizadas a partir de interesses de ordem pessoal, e não por divergências políticas e/ou ideológicas. Estas duas articulações usaram de todos os meios possíveis para convencer os eleitores, inclusive campanhas de difamação contra determinados candidatos ou membros da comunidade que não se dispusessem a ingressar em alguma das articulações. Conquanto a eleição propriamente dita se realizasse por escrutínios sucessivos, em seis dias letivos consecutivos, sendo cada posição da lista votada em cada dia, as articulações organizaram chapas de seis nomes, algumas vezes sem consultar determinados candidatos sobre o seu desejo de participar da chapa, o que levou a que candidatos estivessem presentes nas duas chapas que surgiram, ou que fizessem declarações públicas desmentindo a inclusão de seu nome em alguma das chapas. (Lembremos que as articulações propunham nomes tanto para a direção da

Faculdade quanto para a do Hospital de Clínica Veterinária.)

Visto já termos adiantado que o pleito realizou-se em turnos, seria preciso explicitar as diferentes compreensões que surgiram em torno do nível de radicalidade que deveria adquirir a proposta alternativa de sucessão de Diretores, para, em continuidade, narrarmos os resultados de tão conturbada campanha eleitoral.

A posição que se tornou hegemônica, sustentada majoritariamente pelos docentes, acreditava que era preciso adequar-se aos regulamentos, escolhendo a lista sêxtupla e reivindicando o referendo por parte da Congregação. Um outro setor, com características mais progressistas, agrupado em torno do Diretório Acadêmico, defendia a escolha de um único nome, tanto para a Faculdade quanto para o Hospital, esperando que a mobilização da comunidade constituísse mecanismos de pressão suficientes para, ao menos, criar impasses na sucessão. Este grupo esperava que a Comissão Comunitária fosse mantida após a eleição, caracterizando-se como um órgão de poder paralelo, fiscalizador das ações dos Diretores eleitos, e seu colaborador. Para o setor progressista, então, a eleição era um momento de agitação política onde questionar-se-ia o poder dentro da Faculdade, em pleno vigor da ditadura militar. Mas esta compreensão não conseguiu implantar-se no meio acadêmi-

co. De fato, esta discussão ocorreu em conjunto com a questão do peso dos segmentos na eleição, e acabou sendo por ela dirimida, visto as dificuldades que o setor progressista teve de divulgar sua concepção do processo democrático travado na Veterinária.

Dentro deste quadro, a disputa centralizou-se a nível da vitória no primeiro turno eleitoral, que conformaria o primeiro nome da lista sêxtupla enviada à Congregação. A campanha eleitoral propriamente dita, realizada no período posterior à greve, contou com debates e programas escritos. Dentre os programas coletados, não há nenhum que apresente uma análise mais abrangente da situação de crise pela qual passava a Universidade, e qual o papel de sua democratização para a alteração deste quadro, assim como muitos programas não possuem proposta de gestão mais acabadas. Alguns são bastante reticentes e destacam características de cunho pessoal do candidato. O caráter reduzido da elaboração comunitária sobre a Universidade, a carência de reflexão sobre o modelo universitário, enfim, o conservadorismo que predominou no movimento pelas "diretas" na Veterinária podem ser percebidos através deste trecho do programa do candidato vencedor do primeiro turno eleitoral para a direção da Faculdade:

"O mais importante não é alterar ou criar

estatutos ou regimentos, pois eles já existem; o que precisamos sim é nos conscientizarmos do que deveremos fazer para melhorar; mexer na burocracia não muda nossas cabeças, pois as pessoas continuam no mesmo lugar e com o mesmo pensamento." (SILVA, Nilton Rogério S. da, 1984, p.5).

Os resultados do pleito indicam que, efetivamente, os segmentos (e as articulações) jogaram mais peso no 1º turno eleitoral. As Tabelas de VII a XII apresentam a participação comunitária nos seis turnos. Ao lado da participação maior dos segmentos no 1º turno (63,5%), transparece uma gradativa diminuição do comparecimento eleitoral (45,8% no 6º turno). A Tabela XIII traz a média de participação nos 6 turnos.

TABELA VII

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, 1º Turno

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	509	284	55,8	225	44,2
Funcionários	79	73	92,4	6	7,6
Professores	62	56	90,3	6	9,7
TOTAL	650	413	63,5	237	36,5

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE VETERINÁRIA. Comissão Executiva Eleitoral. Ata da Eleição Paritária para Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS e lista tríplice para Diretor do Hospital de Clínica Veterinária. 1984.

TABELA VIII

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, 2º Turno

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	509	276	54,2	233	45,8
Funcionários	79	73	92,4	6	7,6
Professores	62	52	83,9	10	16,1
TOTAL	650	401	61,7	249	38,3

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE VETERINÁRIA. Comissão Executiva Eleitoral. Ata da Eleição Paritária para Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS e Lista Tríplice para Diretor do Hospital de Clínica Veterinária. 1984.

TABELA IX

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, 3º Turno

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	509	225	44,2	284	55,8
Funcionários	79	72	91,1	7	8,9
Professores	62	50	80,6	12	19,4
TOTAL	650	347	53,4	303	46,6

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE VETERINÁRIA. Comissão Executiva Eleitoral. Ata da Eleição Paritária para Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS e Lista Tríplice para Diretor do Hospital de Clínica Veterinária. 1984.

TABELA X

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, 4º Turno

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	509	209	41,1	300	58,9
Funcionários	79	74	93,7	5	6,3
Professores	62	50	80,6	12	19,4
TOTAL	650	333	51,2	317	48,8

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE VETERINÁRIA. Comissão Executiva Eleitoral. Ata da Eleição Paritária para Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS e Lista Tríplíce para Diretor do Hospital de Clínica Veterinária, 1984.

TABELA XI

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, 5º Turno

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	509	182	35,8	327	64,2
Funcionários	79	71	89,9	8	10,1
Professores	62	50	80,6	12	19,4
TOTAL	650	303	46,6	347	53,4

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE VETERINÁRIA. Comissão Executiva Eleitoral. Ata da Eleição Paritária para Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS e Lista Tríplíce para Diretor do Hospital de Clínica Veterinária. 1984.

TABELA XII

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, 6º Turno

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	509	177	34,8	332	65,2
Funcionários	79	74	93,7	5	6,3
Professores	62	47	75,8	15	24,2
TOTAL	650	298	45,8	352	54,2

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE VETERINÁRIA. Comissão Executiva Eleitoral. Ata da Eleição Paritária para Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS e Lista Tríplice para Diretor do Hospital de Clínica Veterinária, 1984.

TABELA XIII

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Faculdade de Veterinária, UFRGS, 1984, Média dos 6 Turnos

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	509	225,5	44,3	283,5	55,7
Funcionários	79	73	92,4	6	7,6
Professores	62	51	82,3	11	17,7
TOTAL	650	349,5	53,8	300,5	46,2

FONTE: UFRGS/FACULDADE DE VETERINÁRIA. Comissão Executiva Eleitoral. Ata da Eleição Paritária para Lista Sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS e Lista Tríplice para Diretor do Hospital de Clínica Veterinária, 1984.

Além desses dados, as Atas Eleitorais indicam a vitória de uma das chapas em todas as seis colocações, e a tentativa realizada pela outra articulação de fazer vitorioso em algum dos turnos o primeiro nome da segunda chapa, votando a articulação massivamente nesse nome.

Quanto à postura de cada corporação, percebe-se, em cada turno, que funcionários e estudantes votaram majoritariamente na chapa vencedora, havendo, ainda, uma porcentagem considerável de votos dados a outros candidatos. Entre os professores, o quadro se altera levemente, havendo uma disputa maior (proximidade de votos) entre os candidatos da chapa vitoriosa e o candidato da outra articulação, que foi também bastante votado em cada turno.

Buscar-se-á, agora, destacar alguns dos elementos apresentados no transcorrer deste relato. Pelo que se observou, a elaboração comunitária sobre os problemas da Faculdade, examinados nas plenárias realizadas antes e durante a greve, não obteve uma resposta programática satisfatória por parte dos candidatos. A orientação subjetivista que os programas apresentam, em sua maioria, revelam a disputa pelo poder pessoal (ou grupal, se considerarmos as articulações formadas), e não a defesa de projetos políticos mais claros para a Faculdade.

A Comissão Comunitária Paritária cumpriu um papel importante para a realização do processo, na medida em que seus membros, possivelmente os indivíduos mais politizados do movimento, serviram como mediadores entre as corporações durante a mobilização. A intenção subjacente de que a Comissão permanecesse após o processo eleitoral existia entre setores da comunidade. O pleito eleitoral propriamente dito foi organizado e acompanhado por uma Comissão Executiva Eleitoral, que, conforme reza o Regulamento, deveria apresentar os resultados eleitorais diretamente à Comissão Comunitária, reconhecida, como se vê, como organismo representante da comunidade. Contudo, a Comissão Comunitária dissolveu-se após as eleições, demonstrando que o entendimento apresentado por alguns membros da Faculdade não era hegemônico entre os segmentos, capazes de dar sustentação política àquele organismo. Neste sentido, a disposição de certos setores de criar uma situação de impasse caso o MEC não escolhesse o primeiro nome da lista igualmente não se efetivou, tendo o Ministério escolhido o terceiro nome.

Na Congregação, não houve problemas em torno do respeito à vontade comunitária. A lista da comunidade foi aprovada sem alterações, não obstante a ocorrência de votos em branco.¹⁰ Duas hipóteses podem ser levantadas para explicar o referendo da Congregação, já que sua negativa era prevista no i

nício do processo, principalmente por aqueles que propunham a eleição de um único nome.¹¹ A primeira delas refere-se à absorção gradativa que aquele órgão colegiado teve do processo. Aliás, a própria comunidade e a Comissão Comunitária acabaram por desistir da idéia de solicitar uma reunião da Congregação para discutir o tema das "diretas", visando que o processo adquirisse um tal estado de adiantamento a ponto de aquela não poder negá-lo. De fato - eis a segunda hipótese -, a composição do organismo também contribuiu para um parecer favorável: era composta por somente oito membros, o Diretor, o Vice-Diretor, um membro titular, dois representantes dos professores adjuntos, dois representantes dos professores assistentes e um representante discente. Além de o número de membros ser muito pequeno, podendo a comunidade exercer uma pressão maior sobre o organismo, dos oito membros cinco eram representantes de segmentos, e o único membro com mandato vitalício (o titular) foi um dos candidatos à direção.

¹⁰ A lista para Vice-Diretor, obtida por alterações na composição da lista para Diretor (vide Quadro III), foi aprovada pela Congregação com votos divergentes e em branco.

¹¹ Visto não acreditar que a Congregação aceitasse o processo, este setor julgava que a eleição de um único nome apresentaria um conteúdo mais radical de contraposição às regras autoritárias vigentes no sistema universitário.

Por último, é preciso retificar uma consideração feita anteriormente sobre a inexistência de embates ideológicos durante o processo na Veterinária. Na realidade, é possível afirmar que os enfrentamentos ideológicos não existiram ao nível do caráter oportuno das "diretas", pois se contrários ao movimento houve, estes não manifestaram sua opinião a título de impedi-lo. Todavia, em se tratando do entendimento quanto ao papel das "diretas", nítidas foram as divergências ideológicas entre os que situavam o movimento como uma forma de contestação à hierarquia de poder na Universidade, e os que participaram do movimento visando exclusivamente a manutenção ou o alcance de parcelas de poder na unidade.

4.3.6 - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A pretensão que se tinha ao tomar-se o IFCH para exame era verificar se o fato de esta unidade estar voltada para a teorização sobre o homem e sua atividade sócio-política ofereceria ao movimento pelas "diretas" alguma nuance especial. Entretanto, apesar de o Instituto destacar-se em sua elaboração teórica sobre a sociedade; apesar de fornecer ao movimento universitário e aos movimentos sociais em geral muitos quadros políticos, provindos dos três segmentos; e, apesar de, em outro momento histórico, quando do regime militar,

ter sofrido o expurgo de muitos dos seus professores, o IFCH não apresentou, na campanha das "diretas", uma crítica mais acabada às relações de poder na Universidade, não aprofundou uma discussão sobre o papel desta na sociedade, principalmente naquele momento conjuntural, enfim, não desenvolveu uma atividade de vanguarda intelectual que seria própria de uma unidade cujo conhecimento veiculado é a filosofia e as ciências ditas "humanas".

A própria obtenção de dados foi bastante difícil, pois a comunidade não se preocupou em documentar o processo. Algumas informações, então, não são precisas. Sabe-se, por exemplo, das funções da Comissão Eleitoral, organismo paritário que elaborou o Regulamento Eleitoral e coordenou a campanha. Todavia, não foram obtidas informações mais seguras quanto às tarefas de uma Comissão Paritária que aparentemente coordenou o processo de discussão da comunidade durante a greve.

Na realidade, o IFCH congrega quatro cursos diferentes, incluindo-se (na época) dois cursos a nível de Mestrado, o que colaborou para a dispersão de interesses em torno de sua direção. Cada curso corresponde a um departamento e, dentre os sete candidatos inscritos, quatro pertenciam ao maior departamento, e os demais a cada um dos outros três. Em 1984,

um desses cursos tinha sua sede no Campus Central da universidade, enquanto os outros três sediavam-se no Campus do Vale, distantes cerca de 15 km um do outro. A possibilidade de conformar uma comunidade acadêmica, assim, dificulta-se bastante, e os integrantes dos segmentos reagiram mais por interesses corporativos ou particulares do que em virtude de uma generalização do debate comunitário.

Não tendo sido possível realizar assembléias representativas entre os estudantes, sua pressão no processo foi bastante pequena, reduzindo-se os participantes estudantes a representantes de entidades e pessoas geralmente mais envolvidas no movimento universitário. Contudo, existia uma idéia de que com o desenvolvimento da campanha se conseguiria a agregação do corpo discente. Mas a Tabela XIV nos demonstra o reduzido comparecimento deste segmento à eleição, aliás a menor presença apresentada pelos discentes nas unidades selecionadas (vide Quadro I). Uma leitura, também, das "Fichas de Apuração por Categoria", organizadas pela Comissão Eleitoral, indica que os votos dos alunos foram bastante diversificados, não havendo uma ordenação de nomes homogênea, ao contrário, tendo vários candidatos recebido maior número de votos para a primeira colocação.

TABELA XIV

Participação Eleitoral da Comunidade Acadêmica na Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor de Unidade - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1984

SEGMENTO	ELEITORES	VOTANTES	%	ABSTENÇÕES	%
Estudantes	994	325	32,7	669	67,3
Funcionários	37	37	100	---	---
Professores	124	101	81,4	23	18,6
TOTAL	1155	463	40,0	692	60,0

FONTE: UFRGS/INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. Comissão Eleitoral. Fichas de Apuração da Eleição para Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1984.

Há um documento escrito por estudantes chamado "A Transformação da Universidade e sua Democratização" que, dentre os textos coletados, possui um teor mais radical. Ele aponta o movimento de sucessão presidencial como característico do momento político, cujo eixo é a contestação ao arbítrio instalado no país há duas décadas. Na Universidade, a greve de docentes e funcionários permite uma reflexão sobre a estrutura universitária, e provoca as campanhas por sua democratização. Entretanto, no caso da UFRGS e do IFCH, a opção por uma eleição dos dirigentes pela comunidade não leva a uma transformação institucional, e daí porque os autores propõem formas para democratizar a gestão do Instituto, entre as

quais encontra-se a formação de um Conselho Diretor paritário, órgão de poder paralelo no qual se assentaria, também, o Diretor eleito. Não desapareceriam, obviamente, os órgãos colegiados relacionados ao Instituto, mas o Diretor se submeteria às decisões do Conselho Diretor, e procuraria efetivar suas sugestões visando uma democratização do Instituto (ALENCAR & SOUZA, 1984). Ao que parece, esta proposta polemizou bastante os debates, mas nenhum compromisso formal foi obtido de parte dos candidatos.

Quanto aos funcionários, apresentaram um documento no mês de setembro, intitulado "Subsídios ao Programa da Comissão de Professores, Alunos e Funcionários pró-democratização do IFCH",¹² no qual pleiteiam melhorias em suas condições de trabalho, cursos de atualização profissional, circulação de informações sobre o funcionamento e as atividades universitárias e participação de 1/5 nos órgãos colegiados da unidade (UFRGS, 1984d). Como se vê, são reivindicações de caráter corporativo, não havendo nenhuma referência à questão universitária como um todo. Do ponto de vista de sua participação eleitoral, entretanto, percebe-se (Tabela XIV) que tiveram 100%

¹² Não há notícias de que o referido Programa tenha sido escrito.

de presença à eleição, porcentagem que não foi alcançada por nenhum outro segmento em nenhuma das unidades selecionadas. Além disso, observando-se as "Fichas de Apuração por Categoria", conclui-se que votaram em massa numa chapa, definindo a eleição. A chapa vencedora do pleito só não foi idêntica à chapa votada pelos funcionários porque alteraram-se as posições do 5º e do 6º nomes, por uma diferença de 0,04 pontos obtidos.

Em virtude do desinteresse do corpo discente e da pequena pressão passível de ser feita pelos funcionários (em número de 37), pode-se dizer que a eleição ocorreu porque o corpo docente aquiesceu. Porém, entre os professores, aconteceu um fenômeno semelhante ao dos alunos, em se tratando da preferência do voto: existe uma dispersão do voto, não tendo este segmento votado em uma chapa. De fato, os professores agruparam-se em torno de candidatos, da mesma forma que fizeram os alunos; contudo, parece que o entendimento de qual era a melhor proposta para a Direção do Instituto foi radicalmente oposta entre os dois segmentos: o candidato mais votado para a 1ª posição entre os professores obteve a 5ª posição entre os alunos, enquanto o candidato mais votado entre estes obteve a 6ª posição entre os professores.

A preferência por candidatos diferentes, dentro do

corpo docente, se expressa, também, pela votação realizada na Congregação. Apesar de o resultado dos escrutínios ter eleito uma lista semelhante à votada pela comunidade, cada escrutínio apresenta muitos votos divergentes, além de brancos e nulos.

Em suma, chama a atenção o baixo nível de elaboração que o debate sobre a estrutura de poder na Universidade adquiriu no IFCH. O direito atribuído à Congregação, pela legislação em vigor, de compor a lista sêxtupla, foi aceito pela comunidade, que só reivindicou ser ouvida por aquela. À medida em que não lutou pela eleição de um único nome, a comunidade também referendou a fórmula comumente utilizada de eleição de 6 nomes para escolha, entre estes, do Diretor da unidade pelo Ministro da Educação.

Enfrentamentos ideológicos e políticos foram minimizados, prevalecendo as disputas em torno de interesses pessoais e corporativos. Poucos programas de gestão apresentados pelos candidatos puderam ser coletados, inclusive porque alguns candidatos não divulgaram de forma escrita suas idéias, não sendo possível fazer uma análise mais equitativa, então, dessas idéias. Apesar de que aos professores teria sido possível hegemonizar e direcionar o movimento, pois, como se viu, os funcionários têm um peso numérico muito reduzido, e os alu

nos tiveram baixa participação, isto não aconteceu, identificando-se naquele segmento uma motivação menor do que a esperada em relação ao processo.

Por último, cabe lembrar o entendimento de paridade apresentada no Regimento Eleitoral. Se bem que os funcionários tenham sido os grandes beneficiados com a fórmula utilizada - 1 voto de funcionário equivaleu a 8,8 votos de alunos - não houve preocupação em exigir participação compulsória, o que prejudicaria os discentes, instituindo a punição ao segmento que menos votasse, visto a normalização entre os resultados de cada segmento ter sido feita sobre o número de votantes, e não de eleitores.

QUADRO I

Descrição dos Processos Alternativos de Formulação da Lista Sêxtupla para Diretor - Unidades Seleccionadas, UFRGS, 1984.

UNIDADES QUESTÕES	FACULDADE DE ARQUITETURA	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	FACULDADE DE ODONTOLOGIA	FACULDADE DE VETERINÁRIA	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
1. Formulação da lista sêxtupla em 1980	Eleição direta e paritária pela comunidade, com ampla participação. Iniciativa: grupo de professores e Diretório Acadêmico. Lista ratificada pela Congregação.	Indicação de 3 nomes pelos professores de cada um dos 3 Departamentos. Iniciativa: Direção. Dos 9 nomes, a Congregação escolheu 6.	Indicação de 2 nomes pelos professores de cada um dos 3 Departamentos. Iniciativa: Direção. Lista ratificada pela Congregação.	Professores Assistentes e Adjuntos elegeram uma lista de 6 nomes, ratificada pela Congregação.	Processo tradicional.	Indicação de 10 nomes pelos professores dos 4 Departamentos, conforme proporção. Iniciativa: representante da ADUFRGS. Congregação não reconheceu o processo.
2. Origem da proposta alternativa	Proposta original disseminada pela comunidade.	Diretório Acadêmico lança a campanha "Diretas Urgente pra Diretor e Presidente".	Grupo de professores.	Grupo de professores.	Grupo de professores. Constituição da "Comissão de Professores Preocupados".	Proposta original disseminada pela comunidade.
3. Momento em que ocorreu a iniciativa, em relação ao período de greve de funcionários e docentes.	Durante a greve.	Antes da greve.	Durante a greve.	Durante a greve.	Antes da greve.	Durante a greve.
4. Momento em que ocorreu a eleição, em relação ao período de greve de funcionários e docentes.	Após a greve. (20.11.84)	Após a greve. (6-7.11.84)	Após a greve. (11.10.84)	Após a greve. (13.11.84)	Após a greve. (10-17.9.84)	Após a greve. (07-08-11.84)
5. Coordenação geral do processo.	Comissão Eleitoral	Comissão designada pela Congregação.	Comissão Eleitoral	ADUFRGS/Odonto, Diretório Acadêmico Othon Silva e Associação dos Funcionários da Odonto.	Comissão Comunitária Paritária.	Comissão Eleitoral.
6. Instâncias de discussão da comunidade.	Assembléias gerais deliberativas.	Plenárias não deliberativas.	Assembléias gerais deliberativas.	Assembléias gerais deliberativas.	Plenárias não deliberativas.	Assembléias gerais deliberativas.
7. Debates candidatos/comunidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
8. Características da Comissão Eleitoral.	Paritária, 9 membros indicados em assembléia geral da comunidade.	1 Comissão Eleitoral por segmento, indicada por seus pares, ligadas à Comissão da Congregação.	Paritária, 8 membros, indicados por seus pares (inclui representantes do Colégio de Aplicação da Faculdade).	7 membros, dois por segmento, indicados por seus pares mais 1 escolhido pela comunidade para representar a Congregação.	Paritária, 9 membros indicados por seus pares. Ligada à Comissão Comunitária Paritária.	Paritária, (?) membros, indicados em assembléia geral da comunidade.
9. Funções da(s) Comissão(ões) Eleitoral(is).	Funções executoras do processo eleitoral propriamente dito, e elaboração do regimento eleitoral.	Funções executoras do processo eleitoral propriamente dito, em cada segmento.	Coordenação da discussão da comunidade acadêmica, e elaboração do regimento eleitoral e funções executoras do processo eleitoral propriamente dito.	Funções executoras do processo eleitoral propriamente dito.	Funções executoras do processo eleitoral propriamente dito.	Elaboração do regimento eleitoral e funções executoras do processo eleitoral propriamente dito.
Regimento Eleitoral.	Da Comissão Eleitoral à aprovação da comunidade acadêmica.	Da Comissão da Congregação aos segmentos.	Da comunidade acadêmica à Comissão Eleitoral e desta comunidade para aprovação final.	Das entidades coordenadoras do movimento à aprovação da comunidade acadêmica.*	Da Comissão Comunitária Paritária à aprovação da comunidade acadêmica.	Da Comissão Eleitoral à aprovação da comunidade acadêmica.
Forma de votação.	Em indivíduos, até 6 nomes da lista de candidatos.	Em indivíduos, até 6 nomes entre os professores da Universidade.	Em chapas de 6 nomes, com ordenação por ordem de preferência/1 chapa.	Em chapas de 7 nomes/duas chapas.	Em indivíduos, em 6 turnos de votação.	Em indivíduos, até 6 nomes da lista de candidatos.
Proporcionalidade.	Paridade	O Regulamento Eleitoral não prevê a forma de unificação das 3 listas.	2/3 para professores e funcionários e 1/3 para estudantes.	Paridade.	Paridade.	Paridade.
Participação eleitoral do segmento dos estudantes.	37,9%	Sem dados.	59,9%	72,2%	44,2%	32,7%

QUADRO II

Listas Sêxtuplas para Diretor: da Comunidade Acadêmica, da Congregação, e Respectivas Escolhas do MEC - Unidades Seleccionadas, UFRGS.

UNIDADE	LISTA DA COMUNIDADE	LISTA DA CONGREGAÇÃO	OPÇÃO DO MEC
Faculdade de Arquitetura - 1980	A B C D E F	A B C D E F	F
Faculdade de Arquitetura - 1984	A B C D	A B C D E F	A
Faculdade de Ciências Econômicas - 1984	A B C D E F	A B C D E H	A
Faculdade de Educação - 1984	A B C D E F	A B C D E F	C
Faculdade de Odontologia - 1984	A B C D E F	A B C D E F	A
Faculdade de Veterinária - 1984	A B C D E F	A B C D E F	C
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - 1984	A B C D E F	A B C D E F	A

QUADRO III

Processos de Formulação da Lista Sêxtupla para Vice-Diretor -
Unidades Selecionadas, UFRGS, 1984

UNIDADE	FORMULAÇÃO DA LISTA SÊXTUPLA PARA VICE-DIRETOR	FORMA DE COMPOSIÇÃO DAS LISTAS QUANDO DA VINCULAÇÃO DOS PROCESSOS	
		DIRETOR	VICE-DIRETOR
FACULDADE DE ARQUITETURA	Por alteração na composição da lista para Diretor.	A B C D E F	B A C D E F
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	O Regulamento Eleitoral não prevê forma de composição da lista para Vice-Diretor.	---	---
FACULDADE DE EDUCAÇÃO	Em processo independente do processo de formulação da lista para Diretor.	---	---
FACULDADE DE ODONTOLOGIA	Por alteração na composição da lista para Diretor.	A B C D E F	B C D E F G
FACULDADE DE VETERINÁRIA	Por alteração na composição da lista para Diretor.	A B C D E F	B A C D E F
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	Em processo independente do processo de formulação da lista para Diretor.	---	---

5 CONCLUSÕES

O objetivo geral deste trabalho era o de fazer uma análise das visões conflitantes, hoje, em torno do tema "reestruturação da Universidade brasileira" e, mais especificamente, do processo de democratização que vêm sofrendo as instituições de ensino superior, principalmente as estatais. Neste capítulo, apresentaremos uma síntese da pesquisa teórica e da pesquisa empírica realizadas, para, logo em seguida, levantar alguns aspectos que podem ser tomados em consideração quando da realização de outros processos de democratização.

O termo "democratização" da Universidade foi utilizado com o entendimento de que esta instituição vem sofrendo pressões de parte da comunidade universitária e de determinados segmentos sociais, visando a que ela altere sua estrutura de poder, permitindo que, na sucessão dos cargos dirigentes da Universidade e na tomada de decisões que nela se realiza, os segmentos universitários adquirissem uma maior participação.

Percebia-se também que, se a produção teórica existente a respeito da democratização da Universidade ainda se encontra num nível embrionário, isto se deve ao fato de

que esta produção sofre determinações dos processos democráticos concretos que vêm acontecendo no país. Por outro lado, a elaboração teórica pode tornar-se uma fonte de informações para os movimentos de democratização. A possibilidade e a profundidade de uma análise sobre democratização da Universidade, então, ficam restritos à passagem do tempo que com certeza viabilizará exames mais acurados.

Duas certezas iniciais embasavam a análise: a primeira, que não há democracia sem espaço social conquistado, e isto significa inserir as lutas universitárias no conjunto de transformações que vêm ocorrendo no país; a segunda, que há diferentes entendimentos de democracia, conforme os interesses de grupos sociais internos e externos à Universidade, o que, portanto, leva à necessidade de não perder de vista as propostas apresentadas por estes grupos.

Além disso, adquiriu-se consciência de que, em virtude da rapidez com que ocorrem os fatos neste momento histórico que se sucede ao regime ditatorial, os elementos pesquisados quanto à questão "Universidade" podem meramente levantar idéias que apontem para tendências em relação a este tema, buscando traçar-se o esboço de um quadro a ser complementado.

Neste sentido, estas impressões iniciais passaram a ser trabalhadas com o objetivo de redigir um referencial teórico que sustentasse a abordagem a ser tomada quando da pesquisa empírica. A Universidade foi compreendida como uma das instituições da sociedade capitalista, ocorrendo em torno desta instituição uma disputa por sua hegemonia, da qual participam diferentes frações de classe. A produção e a reprodução de conhecimento e de mão-de-obra intelectualizada para a manutenção do capitalismo convivem lado a lado com a crescente proletarização do trabalho intelectual, e com a defasagem dos conhecimentos produzidos e da habilitação profissional, em relação às necessidades do capitalismo. Torna-se necessário, então, frequentemente reestruturar a Universidade, até porque a contestação provinda de professores, funcionários e alunos universitários, assim como dos setores excedentes aos bancos da instituição, precisa ser contida.

A luta por democracia e autonomia, logo, torna-se central na Universidade, revelando (ou escondendo) o jogo de interesses em torno de posições hegemônicas na Universidade. Via de regra, três grandes visões têm se destacado na disputa por democracia e autonomia na Universidade. Uma visão conservadora, para a qual nem ao menos se colocam em questão a divisão de poder na Universidade e a relação que esta mantém com o Estado. Uma visão liberal, que hegemoniza as compreensões

sobre o papel da Universidade, e para a qual a Universidade tem que ser autônoma a fim de poder produzir conhecimento visando o "bem-estar social". Para os liberais, o poder na Universidade deve ser dividido entre aqueles que demonstrem competência técnico-científica. E, por último, uma visão progressista, que situa a instituição universitária como um aparato hegemônico do Estado sob o capitalismo, que produz ciência conforme as necessidades que este sistema de produção tenha, e onde a democracia só surge como uma conquista através da qual poder-se-ia tentar contrapor às posições dominantes um projeto de Universidade na qual o conhecimento produzido servisse aos setores explorados da população.

Assim sendo, percebe-se que a compreensão do que se seja a Universidade delimita a visão que se tenha a respeito de sua autonomia e democracia. Além disso, à medida em que as diferentes posições se embatem buscando imprimir à instituição o perfil desejado, as proposições referentes aos mecanismos de democratização podem revelar reflexos mais gerais da luta de classes. Especificamente nas instituições que se mobilizam por autogestão, considerando-se a Universidade um aparato hegemônico do Estado, não é possível falar-se em autonomia da Universidade, e sim procurar aferir como a autonomia ocorre na Universidade, isto é, onde e por quem será exercido o poder. Os diferentes grupos que lutam por democratização da Universida-

de têm interesses e objetivos diferenciados nesta luta, e cabe examiná-los tanto referenciando-os à disputa pelo poder que acontece na sociedade, quanto buscando compreender como se dá esta disputa dentro dos muros da Universidade.

Restava, então, para a construção do referencial teórico, estabelecer uma caracterização da Universidade brasileira, em se tratando do atual modelo. Observou-se que a Universidade saída da Reforma Universitária de 1968 teve suas modificações orientadas pelas necessidades do capitalismo em sua fase monopolista, com suas exigências de formação de técnicos em grande escala e com poucos gastos. Um sistema tecnocrático dotou a instituição de uma certa agilidade, através da não duplicação de meios para mesmos fins, introduzindo, entre outros pontos, a organização por departamentos, com o fim do regime de cátedra, o vestibular unificado e classificatório, os cursos de pequena duração. Quanto à organização política dos segmentos acadêmicos, a lei da Reforma Universitária (5540/68) e outras que lhe seguiram, tornaram ilegais as estruturas de organização estudantis, como UNE e UEE's, instituindo a participação do corpo discente em diretórios acadêmicos, e criando dispositivos para punição de funcionários, professores e estudantes que não concordassem com as determinações governamentais. Em consequência, a onda de autoritarismo e repressão que assolou a Universidade brasileira acabou por

privar-nos de grandes cérebros, por motivos políticos e/ou ideológicos.

A crise econômica que acometeu o país após o período do chamado "Milagre Brasileiro" atingiu também o ensino superior. Os profissionais formados não encontram emprego, e o Governo não tem mais condições de sustentar as universidades públicas. A expansão desenfreada do ensino pago de nível superior, incentivada pelo Governo visando "desafogar" a procura de vagas, precisa ser sustada, com o impedimento de criação de novos cursos, de modo a diminuir o número de diplomados sem ocupação. Do ponto de vista da sustentação das universidades públicas, o Governo incorre num corte de verbas que atinge até mesmo os salários de seus servidores e compromete a qualidade da produção acadêmica, ao mesmo tempo em que procura dotar as instituições de ensino superior de novas formas jurídicas que permitam ao Estado desvencilhar-se da sustentação daquelas.

Conquanto o movimento popular comece a reorganizar-se na segunda metade da década de 70, por todo o país, o movimento universitário também surge, buscando contrapor-se aos projetos de reestruturação universitária apresentados pelo regime, e elaborar propostas que atendam às suas reivindicações, tanto trabalhistas quanto às referentes à sua forma de

organização, e à estrutura e funcionamento da Universidade. A UNE é reconstruída e são criadas a ANDES e a FASUBRA. Gradativamente, ao lado da participação na democratização da sociedade brasileira, a recém surgida "comunidade universitária" defende pontos em comum para um novo projeto de Universidade, qual sejam, a gratuidade do ensino, e a autonomia e democracia da instituição.

Todavia, a reflexão que os universitários vêm desenvolvendo, até mesmo por sua incipiência, não permite que se tenha um quadro preciso das diversas compreensões existentes. Em geral, em relação à democratização, objeto desta pesquisa, podemos dizer que a comunidade a entende como uma ampliação de sua participação nas decisões tomadas na Universidade, bem como o direito à eleição por via direta dos cargos dirigentes dessa. Contudo, as tendências ideológicas que subsistem por trás das propostas que têm surgido em cada local, são pouco claras, assim como não são claras as relações que as propostas para a Universidade têm com os diferentes projetos para o país, neste momento conjuntural.

De fato, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira passa por um processo controlado de transição da ditadura militar para um regime civil com hegemonia burguesa, percebe-se a profusão de diferentes projetos para a Universidade. Na

sociedade civil e dentro de cada instituição universitária, quando se fala de democracia, múltiplas são as propostas quanto à participação da comunidade nas eleições dos cargos dirigentes, ou de proporcionalidade dos segmentos para a eleição direta desses cargos, ou quanto à composição dos órgãos colegiados; e, até mesmo, se esta estrutura de representação doada à Universidade está conforme aos interesses da comunidade que nela trabalha e estuda. O nível de democracia interna à Universidade depende do ponto de vista dos grupos que nela convivem ou nela têm interesses; e aqui confrontam-se as visões conservadora, liberal e progressista.

Tentemos sintetizar, agora, os objetivos do estudo, para, em seguida, referenciar-se à pesquisa propriamente empírica. Já que, pelo exposto, a pesquisadora sentia-se atraída pelas relações de poder na Universidade, e, em particular, por sua estrutura organizacional, acabou optando por analisar um processo de democratização específico. Considerando o recente movimento por eleições diretas para Diretor de unidade na UFRGS, acontecido a partir da greve geral de docentes e funcionários das Instituições de Ensino Superior Federais Autárquicas, em 1984, a pesquisadora julgou que, a partir da análise do referido movimento, seria possível levantar alguns pontos referentes à luta por democracia na Universidade.

Além da análise apresentada no Capítulo 4, procurar-se-á, a título de conclusão, apresentar os elementos resultantes da pesquisa empírica. Em primeiro lugar, tratemos das questões propostas na "Abordagem" (seção 4.1).

Em relação ao surgimento das "diretas" nas unidades da UFRGS, constatou-se que as circunstâncias da conjuntura, na qual se pleiteava democratização da sociedade através de eleições por via direta para a Presidência da República, tiveram uma interferência imediata, canalizada através da greve. Em algumas unidades, o movimento foi proposto antes da greve, concretizando-se durante a paralisação. Em outras, foi o movimento grevista que suscitou a campanha das "diretas".

Quanto às iniciativas das propostas, averiguou-se que elas não necessariamente provinham de setores nitidamente "de esquerda", surgindo a partir da compreensão primária, apresentada pela comunidade, da importância de ter dirigentes comprometidos com suas causas, e não mandatários do MEC. Este aspecto adquire muita relevância, pois em torno do grau de radicalidade das propostas em discussão situa-se o principal fenômeno de interesse da pesquisadora. Podemos dividi-lo em duas partes: o nível de democracia interna alcançado pelo movimento, entendido como a capacidade que tiveram os segmentos de erigir um processo participativo isento e com igualdade de

condições para todos; e as conseqüências que a experiência teve para a construção de um projeto de transformação da Universidade, e, em especial, da UFRGS.

Falando-se da "primeira parte", é possível encontrar experiências muito variadas; às vezes, o mais importante foi a luta contra a Congregação, ou contra os setores conservadores, dirimindo-se a importância da disputa entre corporações; às vezes, preponderou a luta entre os segmentos como reflexo do embate entre grupos, às vezes o embate foi essencialmente transcorporativo; outras vezes, ainda, a disputa foi entre corporações e ao mesmo tempo contra a Congregação...

Quanto à segunda parte, dependendo da compreensão de democracia que a comunidade desenvolveu durante o processo, a elaboração de propostas para a unidade adquiriu um delineamento maior. Via de regra, preponderaram confrontos mais primários, visto que os setores progressistas, presentes em todas as unidades, tiveram dificuldade em disseminar a sua compreensão de que o importante nas "diretas" não era a busca de poder para as corporações tomadas separadamente, ou a mera eleição de uma lista sêxtupla a ser referendada pela Congregação. O importante, sim, segundo os progressistas, era lutar contra os regimentos autoritários, inibidores de canais democráticos, porque sem democracia não há espaço para a discus-

são de projetos para a Universidade, só a imposição do projeto da classe dominante.

Aqui, e em segundo lugar, começam a introduzir-se questões que ultrapassaram as previsões da pesquisadora, e que foram auscultadas a partir da análise global das experiências. Relembremos que, no "Quadro Teórico-Metodológico" (Capítulo 2), foram apresentadas três visões de autonomia e democracia na Universidade: a conservadora, a liberal e a progressista. Todavia, na análise realizada no Capítulo 4 ("O Processo em Análise") há referências constantes a somente duas destas visões: a conservadora e a progressista. Acontece que a visão liberal apresentou-se, nas unidades analisadas, como o fiel da balança, às vezes pendendo para um lado, às vezes para o outro, dando a tônica aos processos, de modo que os liberais tiveram de ser agrupados junto a um dos dois grupos, dependendo das circunstâncias.

De fato, neste momento por que passa a Universidade brasileira, os liberais não só são hegemônicos, quanto numericamente majoritários. Os liberais, na UFRGS, conseguiram perceber a importância do movimento pelas "diretas" para fornecer um novo fôlego à situação da universidade, pobre em iniciativas de qualquer gênero, científicas, artísticas, culturais. A postura conservadora estava anulando o papel que a

UFRGS poderia ter na sociedade gaúcha. Mas não poderiam permitir que o movimento ganhasse nuances muito radicais, razão pela qual foi preciso enquadrar o movimento no "modismo" das "diretas", com conceitos de democracia e participação sem referências concretas a quais tipos de mudança estas experiências levam; foi preciso, também, isolar o conteúdo das propostas dos progressistas, estes sim solicitando democracia para a transformação radical da Universidade e da sociedade, aliando-se a eles para controlá-los. Um exemplo disso é a centralidade da luta das comunidades acadêmicas contra as Congregações; as comunidades limitaram-se a festejar a anuência das Congregações em relação aos nomes propostos pelos segmentos, em vez de posicionar-se pela escolha do Diretor da unidade, também contra a figura das Congregações, mas primordialmente contra o MEC. Isto é: realizou-se não uma "eleição", mas uma consulta. O importante, para os liberais, era alterar o grupo no poder.

Assim sendo, em relação aos objetivos existentes quanto à alteração no sistema de formulação da lista sêxtupla, pode-se dizer que majoritariamente eles oscilaram entre a necessidade de acomodar o ímpeto de mudança da comunidade acadêmica, e o desejo de promover mudanças que se adequassem ao caráter conservador das mudanças que vinham ocorrendo na sociedade, onde se pleiteava maior nível de participação. Pro

postas mais radicais, que buscassem aumentar o nível de consciência e mobilização da comunidade visando uma transformação da função da Universidade na sociedade, não lograram êxito, a pesar de terem sido defendidas com veemência pelos setores "de esquerda" que, inclusive, preocuparam-se em denunciar a intenção dos liberais e conservadores em reduzir as proporções dos movimentos.

Neste sentido, é possível dizer que houve um projeto hegemônico percorrendo todas as unidades? Cremos que não houve uma atividade planejada, nem pelos liberais. Talvez estes (representados pelo Reitor da universidade), só tivessem procurado garantir que elementos nitidamente de "esquerda", ou que discordassem claramente de seu projeto, não chegassem à direção. E até adequaram-se às "diretas", porque isso tornou-se uma forma de legitimar os eleitos, desde que estes atendessem ao critério acima. Realmente, se pensarmos um pouco veremos que fenômeno semelhante ocorreu na luta pelo poder que se dava na sociedade brasileira.

Esta não transparência do(s) projeto(s) hegemônico(s) pode ser percebida, também, na questão dos programas de gestão. Em geral, as comunidades agruparam suas reivindicações em plataformas oferecidas aos candidatos. Embora estas apresentem uma miscigenação de idéias, em virtude de coexisti

rem propostas meramente de beneficiamento de algum(ns) segmento(s) e propostas relativas a modificações na estrutura e no funcionamento da unidade, elas são bem mais homogêneas do que os programas elaborados pelos candidatos. A maioria dos programas analisados é pobre em formulações, limitam-se a levantar pontos sem uma sistematização de idéias, e, principalmente, sem dizer de que forma o candidato pretendia executar suas propostas. Majoritariamente não se destacam, neles, projetos para as unidades que sejam reflexos de um projeto mais amplo.¹

Em terceiro lugar, e por último, gostaríamos de enumerar pontos para a reflexão dos leitores em torno dos processos de democratização que vêm acontecendo nas universidades brasileiras.

1) Sobre os "mecanismos de democratização". Salienta-se a necessidade de rever a questão das fórmulas de proporcionalidade, o voto por corporação, o voto universal, a elei-

¹ Aqui, cabe uma ressalva: foge a esta caracterização o plano de gestão apresentado pela chapa concorrente às "diretas" para Diretor na Faculdade de Educação, que não só apresenta uma visão (progressista) de Universidade, quando destaca de que forma concretizar-se-ia este projeto, e ainda conclama a comunidade a unificar-se para realizá-lo (vide FERRARI et alii, 1985a e 1985b).

ção direta de indivíduos ou de listas sêxtuplas, e, neste último caso, a inscrição por intermédio de chapas ou inscrição individual.

Quanto ao voto proporcional por segmento, a experiência tem demonstrado as suas falhas. Há a supervalorização do voto dos funcionários, e o desprestígio do voto estudantil. O pressuposto é que os estudantes, por seu maior número, definiriam as eleições. Na realidade, (1) este é o segmento menos mobilizável (até mesmo estatisticamente); (2) é aquele que menos interesses tem a defender, visto não obterem prestígio pessoal ou melhorias de condições de trabalho, tal como professores e funcionários. Por outro lado, esta falta de interesses de ordem pessoal (só de ordem política e/ou ideológica) pode determinar que os votantes alunos tenham uma postura mais séria quanto à eleição propriamente dita, isto é, apesar do grande número de abstenções, o número de votos nulos ou brancos pode apresentar-se proporcionalmente pequeno; os estudantes têm maior grau de liberdade para definirem-se por propostas.

Já os funcionários, por serem a categoria funcional mais vilipendiada pelo sistema e por seus colegas professores (até mesmo), experienciam o momento democrático como a primeira possibilidade de influência que têm, e daí sua agregação.

É preciso exercer este direito conquistado e garantir ganhos sindicais, caso contrário a categoria sofrerá esta abstenção por vários anos. Por outro lado, visto sua situação ainda inferior na hierarquia universitária e seu baixo nível de consciência, é mais fácil que os funcionários sofram pressões para posicionar-se por determinada proposta ou candidato, com medo de represálias e visando favorecimentos. O corpo docente é o segmento que mais contradições internas possui, visto serem reservados por lei, aos professores, os cargos dirigentes da Universidade. Assim, os professores progressistas frequentemente confrontam-se com seus próprios colegas, considerando-se que os grupos "conservador" e "liberal" procuram manter seus membros nos cargos hierárquicos da instituição.

Enquanto se trate de eleições diretas, o voto universal significará um avanço na compreensão de democracia, no momento em que a experiência democrática torne visível ao conjunto da comunidade que seus membros agrupam-se em torno de determinados projetos, e que a opção por um destes projetos só contingentemente é feita por corporações, considerando-se que as divergências político-ideológicas verificam-se dentro mesmo de qualquer dos segmentos, e não entre eles.

Sobre a eleição por via direta de um indivíduo ou de uma lista sêxtupla (para atender aos regimentos), a opção

por uma delas vai depender da correlação de forças em jogo. É claro que os setores mais conservadores vão forçar a implantação da segunda proposta, porque ela significa uma submissão às regras dominantes, isto é, o processo acontece mas dentro de certos limites. É claro, também, que os progressistas frequentemente vão tentar levar o processo para a radicalização, pleiteando a escolha de uma só pessoa. Caso a comunidade optasse pela segunda proposta, erigindo como opositor, então, a Congregação (ou o órgão colegiado apto a cumprir a tarefa de redigir as listas), precisaríamos convir que esta postura também seria fruto do específico estado de politização em que se encontraria a comunidade. No contexto da UFRGS, por exemplo, é inegável que as Congregações colocavam-se como obstáculos concretos aos processos de democratização. Então, uma alternativa aos progressistas seria forçar a composição da lista sêxtupla da comunidade por intermédio de chapas (como aconteceu nas Faculdades de Educação e Odontologia), porque existindo diferentes chapas há um confronto de projetos mais evidente. Passada esta experiência, é possível que a comunidade busque formas mais avançadas de manifestação da sua vontade, ao dar-se conta de que o sistema de escolha por lista sêxtupla não garante as preferências, desiludindo o eleitorado e os candidatos.

2) Sobre o corporativismo. Complementando-se o que

foi dito a pouco, a luta entre os segmentos não interessa aos setores progressistas, porque dela podem utilizar-se os conservadores para dividir o movimento por democracia. A disputa real não acontece entre os segmentos, mas entre aqueles que querem dividir o poder e aqueles que querem mantê-lo. O sistema de punição ao segmento que menos vote, além disso, significa uma compreensão já institucionalizada de obrigação do voto, que deve ser superada porque esse dispositivo não garante a efetiva participação coletiva, só prejudicando aqueles que querem manifestar sua vontade.

3) Sobre as estruturas de poder: "oficiais" e "paralelas". Tomando-se o exemplo da UFRGS, sempre que a comunidade erigiu a Congregação como o organismo ao qual contrapor-se, esta atitude adquiriu um duplo significado: de respeito e de rebeldia. De respeito, porque julgava-se primordial fazer reconhecer-se pelos "canais oficiais". E de rebeldia, porque queria-se sujeitar a Congregação à vontade da comunidade, forçando-a a travar com esta um compromisso explícito. Todavia, os acontecimentos demonstraram que, mesmo que mantivessem as sugestões da comunidade, as Congregações obedeceram aos processos usuais, de escrutínios sucessivos, secretos e uninominais. Em nenhum local, os membros da Congregação se dispuseram a meramente referendar os seis nomes como um todo.

Neste sentido, percebe-se o quanto o mecanismo de eleição direta para os órgãos dirigentes, sem discutir-se a reestruturação do poder na Universidade, pode tornar esta experiência muito limitada. Pode-se dizer, mesmo, que há uma subversão da discussão sobre o poder. A eleição torna-se o auge da democracia. Dentro desta visão de representação, não há espaço para a representação direta. Logo, se não houver mudanças na estrutura de gestão e na forma de representação, a experiência democrática tende a reduzir-se aos pleitos.² A normalidade acadêmica acaba por retrair a participação, e justificar a acomodação.

A partir dessa constatação, é possível que os setores progressistas busquem o questionamento da própria democracia representativa, introduzindo uma discussão sobre a estrutura da Universidade: seus órgãos de gestão, seu conteúdo de classe, a participação democrática da sociedade civil e do Estado na Universidade, assim, o sentido de sua autonomia.

² Daí porque, em movimentos com estágios mais altos de elaboração e politização, a comunidade deve buscar superar estes limites, promovendo "estatuintes universitárias", com eleição de delegados por segmento, visando a redação de novos estatutos e regimentos para as instituições, a serem referendados pela comunidade como um todo. A este respeito, vide o processo acontecido na PUC/SP (PACHECO FILHO & MICHELETTO, 1981).

Propostas como as lançadas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, por exemplo, de criação de um Conselho Diretor, têm um significado importante na elucidação das estruturas universitárias: os estudantes apontavam para novas formas de gestão e de controle de gestão. Entretanto, o poder paralelo não se sustenta indefinidamente; ou se avança ou se recua.³

Na Faculdade de Veterinária, a intenção de manter a Comissão Comunitária Paritária não se efetivou, porque a normalidade do sistema acabou dissolvendo a estrutura paralela. Além disso, mesmo que formas alternativas de gestão se mantenham após as eleições, com o transcorrer do tempo elas necessariamente serão barradas pela estrutura e pelo funcionamento administrativo da universidade, ou por entraves não institucionais, mas que se apresentam como fazendo parte do jogo de interesses - o jogo democrático é um jogo de interesses. Ou, uma terceira possibilidade, até que intervenções provindas do Estado introduzam mais uma versão autoritária de gestão da Universidade.

Assim, ao trabalharmos a divisão do poder na Uni-

³ "Historicamente, é sabido que toda a situação de duplo poder é uma situação transitória. Ou a gente avança ou recua." (GARCIA, 1982, p.71)

versidade que busca autonomia e democracia, é preciso não esquecer os limites da participação em nossa sociedade, e entender essas reivindicações não como uma caracterização ideal de Universidade, a qual fosse possível chegar dentro do modo de produção capitalista, através da luta incontinenti; mas sim entendê-las enquanto lutas de transição. As classes exploradas da sociedade disputando a hegemonia de mais uma instituição dominada pelas classes opressoras.

Ao finalizar este trabalho, é preciso dizer que a pesquisa empírica realizada demonstrou que a riqueza de um estudo que se intencione a acontecimentos em movimento só pode ser apreendida por uma multivariabilidade de técnicas de pesquisa, e através de uma abordagem dialética, que se preocupe em captar o maior número de percepções possível.

Para uma apreensão mais exata dos fenômenos estudados, seria necessário continuar a análise, vendo a implantação dos programas dos Diretores e as conseqüências da democratização, sob o ponto de vista de outras atividades democráticas: participação da comunidade na gestão e no controle de verbas, ampliação da participação dos segmentos nos órgãos colegiados, eleições em outros órgãos dirigentes, entre outras coisas. Além disso, ratifica-se a necessidade de examinar as disputas que vêm ocorrendo, a nível nacional, em torno do ensino

superior, dentro e fora da comunidade universitária. Muitos grupos políticos, hoje, representando diferentes interesses de classe, têm apresentado propostas para a Universidade, e urge uma caracterização destas propostas. Isto é: é preciso ultrapassar os limites do caminho traçado, e ampliar a pesquisa.

ANEXO I

Unidades Universitárias e Departamentos de Ensino e Pesquisa

da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unidades Universitárias e Departamentos de Ensino e Pesquisa

da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ÁREA I - CIÊNCIAS EXATAS

- ESCOLA DE ENGENHARIA

ENG. 1 - Deptº de Engenharia Civil

ENG. 2 - Deptº de Materiais

ENG. 3 - Deptº de Engenharia Mecânica

ENG. 4 - Deptº de Engenharia Elétrica

ENG. 5 - Deptº de Engenharia de Minas

ENG. 6 - Deptº de Metalurgia

ENG. 7 - Deptº de Engenharia Química

ENG. 8 - Deptº de Engenharia Nuclear

- FACULDADE DE AGRONOMIA

AGR. 1 - Deptº de Zootecnia

AGR. 2 - Deptº de Fitotecnia

AGR. 3 - Deptº de Solos

- FACULDADE DE ARQUITETURA

ARQ. 1 - Deptº de Arquitetura

ARQ. 2 - Deptº de Urbanismo

ARQ. 3 - Deptº de Expressão Gráfica

- FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ECO. 1 - Deptº de Ciências Administrativas

ECO. 2 - Deptº de Ciências Econômicas

ECO. 3 - Deptº de Ciências Contábeis e Atuariais

- INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS ALIMENTOS

ITA. 1 - Deptº de Ciência dos Alimentos

ITA. 2 - Deptº de Tecnologia dos Alimentos

- INSTITUTO DE FÍSICA

FIS. 1 - Deptº de Física

FIS. 2 - Deptº de Astronomia

- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

GEO. 1 - Deptº de Geografia

GEO. 2 - Deptº de Geologia

GEO. 3 - Deptº de Mineralogia e Petrologia

GEO. 4 - Deptº de Paleontologia e Estratigrafia

GEO. 5 - Deptº de Geodésia

- INSTITUTO DE MATEMÁTICA

MAT. 1 - Deptº de Matemática Pura e Aplicada

MAT. 2 - Deptº de Estatística

- INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS

IPH. 1 - Deptº de Hidromecânica e Hidrologia

IPH. 2 - Deptº de Obras Hidráulicas

- INSTITUTO DE QUÍMICA

QUI. 1 - Deptº de Química Inorgânica

QUI. 2 - Deptº de Química Orgânica

QUI. 3 - Deptº de Físico-Química

ÁREA II - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

- ESCOLA DE ENFERMAGEM

ENF. 1 - Deptº de Enfermagem Médico-Cirúrgica

ENF. 2 - Deptº de Enfermagem Materno-Infantil

ENF. 3 - Deptº de Assistência e Orientação Profissional

- ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EFI. 1 - Deptº de Desportos

EFI. 2 - Deptº de Ginástica e Recreação

- FACULDADE DE FARMÁCIA

FAR. 1 - Deptº de Produção de Matéria-Prima

FAR. 2 - Deptº de Produção e Controle de Medicamentos

FAR. 3 - Deptº de Análises

- FACULDADE DE MEDICINA

- MED. 1 - Deptº de Medicina Interna
- MED. 2 - Deptº de Pediatria e Puericultura
- MED. 3 - Deptº de Cirurgia
- MED. 4 - Deptº de Patologia
- MED. 5 - Deptº de Medicina Preventiva, Saúde Pública e Medicina do Trabalho
- MED. 6 - Deptº de Oftalmologia e Otorrinolaringologia
- MED. 7 - Deptº de Ginecologia e Obstetrícia
- MED. 8 - Deptº de Psiquiatria e Medicina Legal

- FACULDADE DE ODONTOLOGIA

- ODO. 1 - Deptº de Cirurgia e Ortopedia
- ODO. 2 - Deptº de Odontologia Conservadora
- ODO. 3 - Deptº de Odontologia Preventiva e Social

- FACULDADE DE VETERINÁRIA

- VET. 1 - Deptº de Clínica Médica
- VET. 2 - Deptº de Medicina Veterinária Preventiva
- VET. 3 - Deptº de Patologia e Clínica Cirúrgica

- INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS

- BIO. 1 - Deptº de Bioquímica
- BIO. 2 - Deptº de Botânica
- BIO. 3 - Deptº de Fisiologia, Farmacologia e Biofísica

- BIO. 4 - Deptº de Zoologia
- BIO. 5 - Deptº de Ciências Morfológicas
- BIO. 6 - Deptº de Microbiologia
- BIO. 7 - Deptº de Genética

ÁREA III - FILOSOFIA E CIÊNCIAS DO HOMEM

- FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

- BIB. 1 - Deptº de Biblioteconomia e Documentação
- BIB. 2 - Deptº de Comunicação

- FACULDADE DE DIREITO

- DIR. 1 - Deptº de Ciências Penais
- DIR. 2 - Deptº de Direito Privado e Processo Civil
- DIR. 3 - Deptº de Direito Público e Filosofia do Direito
- DIR. 4 - Deptº de Direito Econômico e do Trabalho

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO

- EDU. 1 - Deptº de Estudos Básicos
- EDU. 2 - Deptº de Ensino e Currículo
- EDU. 3 - Deptº de Estudos Especializados

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

- HUM. 1 - Deptº de Filosofia

HUM. 2 - Deptº de Psicologia

HUM. 3 - Deptº de História

HUM. 4 - Deptº de Ciências Sociais

ÁREA IV - LETRAS E ARTES

- INSTITUTO DE ARTES

ART. 1 - Deptº de Artes Dramáticas

ART. 2 - Deptº de Artes Visuais

ART. 3 - Deptº de Música

- INSTITUTO DE LETRAS

LET. 1 - Deptº de Letras Clássicas e Vernáculas

LET. 2 - Deptº de Línguas Modernas

LET. 3 - Deptº de Linguística e Filologia

ANEXO II

"Regulamento Eleitoral II"
Faculdade de Arquitetura, 1984

REGULAMENTO ELEITORAL II

Art. 19 - A eleição para composição de 2 (duas) listas sextuplas de candidatos aos cargos de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a ser submetida à apreciação da Congregação.

Art. 20 - É condição para a realização das eleições um número mínimo de seis candidatos inscritos.

Da Comissão Eleitoral

Art. 30 - A Comissão Eleitoral, indicada em Assembléia Geral da Unidade, deve ser constituída por 9 (nove) membros, 3 (três) representantes de cada categoria - professores, funcionários e alunos.

Parágrafo Único - os candidatos não podem fazer parte da Comissão Eleitoral.

Art. 40 - A Comissão Eleitoral se extinguirá automaticamente ao completar seus encargos.

Dos Eleitores

Art. 50 - São eleitores:

- a) Todos os alunos regularmente matriculados no curso de Graduação da Faculdade de Arquitetura e nos cursos de pós-graduação ofertos pelos Departamentos da Unidade.
- b) Todos os funcionários lotados na Unidade e seus Departamentos com exceção dos estagiários.
- c) Todos os professores lotados nos Departamentos de Arquitetura, Urbanismo e Expressão Gráfica.

Parágrafo 1º - os alunos da unidade que também pertençam a categoria de professores, deverão votar segundo esta última categoria;

Parágrafo 2º - os alunos da Unidade que também pertençam a categoria de funcionários deverão votar segundo esta última categoria;

Parágrafo 3º - os professores da Unidade que também pertençam a categoria de funcionários deverão votar segundo a primeira categoria mencionada;

Parágrafo 4º - é vedado o voto por procuração.

Dos Candidatos

Art. 60 - Os candidatos deverão se inscrever junto à Comissão Elei-

toral até às ----- horas do dia -----

Parágrafo único - somente serão consideradas aceitas as inscrições dos candidatos que estejam acompanhadas de autorização dos mesmos, por escrito.

Art. 7º - A Comissão Eleitoral, terminadas as inscrições, imediatamente divulgará os nomes que concorrem as eleições.

Das Eleições

Art. 8º - As eleições serão realizadas em secção eleitoral única, localizada no saguão principal da Faculdade de Arquitetura com abertura dos trabalhos às 9 (nove) horas e encerramento às 21 (vinte uma) horas.

Art. 9º - Haverão 3 (três) urnas na Secção Eleitoral, uma para cada categoria funcional.

Art. 10º - O voto é facultativo e o Sufrágio Universal, secreto e direto em cédula única.

Parágrafo 1º - O eleitor deverá assinar a lista de presença perante a mesa, para sua identificação.

Parágrafo 2º - O eleitor não alfabetizado fará uma declaração de voto aos membros da Comissão Eleitoral que estejam como mesários, em recinto reservado, que será registrado na cédula eleitoral, e posteriormente depositada, pelo eleitor na urna correspondente a sua categoria funcional.

Art. 11º - O voto deverá ser atribuído até 6 (seis) nomes da lista de candidatos constantes na cédula.

Parágrafo único - caso houverem apenas 6 (seis) candidatos inscritos, o processo de votação deverá ser efetivado no sentido de determinar a ordem de preferência dos candidatos.

Art. 12º - O Processo Eleitoral será acompanhado desde a abertura dos trabalhos até o encerramento da votação por pelo menos 3 (três) Membros da Comissão Eleitoral.

Da Apuração

Art. 13º - A apuração será procedida pela própria Comissão Eleitoral iniciada logo após o encerramento do processo de votação.

Parágrafo único - os trabalhos de apuração não serão interrompidos até sua conclusão.

Art. 14º - Aberta as urnas, a Comissão Eleitoral verificará se o número de cédulas corresponde ao número de votantes.

Parágrafo único - a incoincidência entre o número de votantes e o número oficial de cédulas nas urnas não se constituirá em motivo da nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada.

Art.15º - Serão nulas as cédulas:

- a) que não corresponderem ao modelo oficial;
- b) que não estiverem autenticadas através de rubrica de um dos membros da Comissão Eleitoral.

Art.16º - Serão nulos os votos:

- a) que assinalarem mais de 6 (seis) nomes;
- b) quando a assinalação não estiver no local próprio, tornando duvidosa a manifestação de vontade do eleitor;
- c) os votos dados a candidatos que não estejam regularmente inscritos.

Art.17º - Na apuração, os votos serão considerados equitativamente por categoria, da seguinte forma:

$$\frac{\text{Nº Alunos Matriculados}}{\text{Nº Total Funcionários}} = X$$

$$\frac{\text{Nº Alunos Matriculados}}{\text{Nº Total Professores}} = Y$$

O Resultado da apuração será:

$\text{Nº de votos dos alunos} + \text{Nº votos funcionários} \cdot X + \text{Nº votos dos professores} \cdot Y = \text{Total de votos apurados.}$

Art.18º - Concluída a apuração, a Comissão Eleitoral registrará e divulgará o resultado final do total de votos apurados, encaminhando a lista eleita à Congregação.

Art.19º - Serão considerados aptos para compor as listas sextuplas, os candidatos que obtiverem a maioria dos votos válidos.

Parágrafo 1º - a lista sextupla para Diretor deverá ser ordenada de forma decrescente segundo as quantidades dos votos obtidos pelos candidatos;

Parágrafo 2º - o segundo colocado na lista mencionada no parágrafo primeiro deste artigo, encabeçará a lista sextupla para Vice-Diretor, passando o candidato a diretor para segundo lugar, permanecendo os demais em suas colocações;

Parágrafo 3º - no caso da votação ser realizada conforme o Parágrafo único do Art.11º, os votos obtidos pelos candidatos deverão ser ordenados conforme o número de votos

obtidos pelos mesmos de forma decrescente. Assim o primeiro colocado será aquele que obtiver o maior número de votos para a primeira posição; o segundo colocado será o que obtiver o maior número de votos para a segunda posição; e assim por diante até a sexta colocação.

Art.209 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

ANEXO III

"Projeto de Regulamento 1984"

Faculdade de Ciências Econômicas, 1984

PROJETO DE REGULAMENTO 1984

I DA PARTICIPACAO

Serao considerados eleitores para a eleicao, conforme Recomendacao numero 01/84, do Conselho Universitario da UFRGS:

a) todos os docentes, vinculados a um dos tres Departamentos que integram a Faculdade;

b) todos os funcionarios com atividades desenvolvidas permanentemente na Unidade - funcionarios do Quadro Permanente, da Tabela Permanente, da Tabela Especial, de Convenios e funcionarios cedidos de outras Unidades/Instituicoes - cuja frequencia se expedida pela Faculdade;

c) todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de Graduacao de Administracao (de Empresas e Publica), de Ciencias Economicas e nos de Pos-Graduacao em Administracao, Economia, Economia Rural e Sociologia Rural.

II DOS CANDIDATOS

Podem ser votados todos os docentes da Universidade com excecao do atual Diretor por nao ser permitido reeleicao.

III DA COMISSAO ELEITORAL

Cada segmento a ser consultado tera a sua respectiva Comissao Eleitoral, composta por representantes escolhidos pelo respectivo segmento integrante da Faculdade.

PARAGRAFO UNICO

A Comissao Eleitoral de cada segmento sera composta de minimo de 1 (um) Presidente e 2 (dois) secretarios.

IV DA REALIZACAO DA ELEICAO

A eleicao sera realizada para todos os segmentos a dia 07 de novembro de 1984, das 08:00 as 21:00 horas em local a ser determinada pelas Comissoes Eleitorais.

V DA CEDULA DE VOTACAO

A cedula de votacao sera confeccionada em modelo padrao para os tres segmentos, composta de 6 (seis) linhas horizontais, onde os votantes colocarao, em ordem de preferencia, os nomes de seus candidatos.

VI DA DISTRIBUICAO DAS CEDULAS

Cada votante identificar-se-a e recebera a cedula de votacao rubricada por dois componentes de sua mesa eleitoral, comprovando sua presenca pela assinatura aposta na lista em poder da comissao, onde conste seu nome como habilitado a votar.

VII DA CONTAGEM DOS VOTOS

- a) Os votos serao considerados por linha.
- b) para efeito de avaliacao de preferencia, serao atribuidos graus de um (1) a seis (6) aos indicados, em ordem inversamente proporcional a da listagem feita pelos votantes.
- c) Em caso da cedula apresentar repeticao de um ou mais nomes, sera considerado somente o que ocorrer em primeiro.
- d) Sera considerado nulo o voto que apresentar rasuras ou outro sinal qualquer que o identifique.
- e) O voto totalmente em branco sera considerado nulo.

VIII DA APURACAO

Cada segmento consultado apurara o seu resultado separadamente, apos o termino do prazo de votacao, atraves de suas respectivas Comissoes, na Sala de Professores.

ix do encaminhamento

Do resultado obtido sera lavrada uma Ata pela Comissao Eleitoral de cada segmento, contendo as seguintes informacoes:

- a) A lista sextupla em ordem de preferencia;
- b) numero de pontos obtidos por cada candidato;
- c) numero de votos apurados, nulos e brancos;
- d) numero total de votantes da Unidade;
- e) numero de votantes;
- f) numero de abstencoes.

RAGRAFO UNICO

A Ata sera assinada pelos componentes da Comissao Juradora, a qual podera ser a mesma que realizar a eleicao e encaminhada a Comissao designada pela Congregacao.

ANEXO IV

"Regulamento Eleitoral para Eleição dos Membros que Comporão
a Lista Sêxtupla para o Cargo de Direção e Vice-Direção da
Faculdade de Educação - Exercício 85/89-"

Faculdade de Educação, 1984

**REGULAMENTO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS QUE
COMPORÃO A LISTA SÊXTUPLA PARA O CARGO DE DIREÇÃO E
VICE-DIREÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO.**

— EXERCÍCIO 85/89 —

Art. 1º — A eleição para a composição de duas listas sêxtuplas de candidatos aos cargos de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a serem submetidas à Congregação, será realizada em dois turnos, conforme calendário estabelecido pela Comissão Eleitoral.

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 2º — A Comissão Eleitoral, indicada em Assembléia Geral da Faculdade, será constituída por 8 (oito) membros, dois representantes de cada segmento da Faculdade, professores, alunos e funcionários, e dois representantes (um professor e um funcionário) do Colégio de Aplicação.

Parágrafo único — Os candidatos não podem fazer parte da Comissão Eleitoral.

Art. 3º — A Comissão Eleitoral se extinguirá, automaticamente, ao completar-se o processo eleitoral.

DO REGISTRO E INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 4º — Os candidatos aptos a concorrerem ao cargo de diretor e vice-diretor serão aqueles integrantes da Carreira do Magistério Superior, conforme decreto nº 85.487, de 11/12/80.

Art. 5º — Os candidatos serão registrados em chapas, com seis nomes cada uma, listados em ordem alfabética.

As chapas deverão ser inscritas junto à Comissão Eleitoral.

Parágrafo único — Somente serão consideradas aceitas as inscrições de chapas com a assinatura, pelo menos, dos seis candidatos inscritos e acompanhadas das respectivas cartas de compromisso de aceitação do cargo, se eleitos.

Art. 6º — O prazo de inscrição das chapas para Diretor e Vice-Diretor ocorrerá de acordo com o calendário estabelecido pela Comissão Eleitoral.

Art. 7º — A Comissão Eleitoral, terminadas as inscrições, divulgará, em Assembléia Geral específica para tal fim, as chapas que concorrerão às eleições.

DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 8º — O início da campanha eleitoral dar-se-á em Assembléia Geral, convocada pela Comissão Eleitoral, quando os candidatos deverão apresentar o programa de sua chapa.

Parágrafo único — As demais atividades relativas à campanha eleitoral ficarão a cargo das chapas inscritas.

DOS ELEITORES

Art. 9º — O universo eleitor de cada segmento será assim definido:

a) Todos os professores integrantes dos 3 (três) Departamentos da Faculdade de Educação, com vínculo na UFRGS e em efetivo exercício nesta Faculdade, em atividade de pesquisa, ensino, extensão ou administração;

b) Todos os funcionários, com vínculo na UFRGS e em efetivo exercício nesta Faculdade. Não se incluem: bolsistas-trabalho e pessoas pagas por serviços prestados sem vínculo empregatício;

c) Todos os alunos do Curso de Graduação em Pedagogia e de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), regularmente matriculados no semestre. Não se incluem monitores, estagiários, bolsistas e auxiliares de pesquisa que não se enquadrem na condição de alunos de graduação e pós-graduação como anteriormente definido.

Da mesma forma não se incluem alunos de formação pedagógica, de especialização e de extensão;

d) Todos os professores e funcionários do Colégio de Aplicação, com vínculo na UFRGS e em efetivo exercício no Colégio de Aplicação. Não se incluem os alunos do Colégio.

§ 1º — Professores, funcionários e alunos incluídos em mais de um segmento, deverão, no prazo de até 10 (dez) dias antes da votação, optar junto à Comissão Eleitoral, pela categoria em que desejarem ser listados como eleitores. Não será permitida a inclusão de qualquer nome em mais de uma lista de eleitores.

Os não optantes terão seu enquadramento decidido por sorteio, realizado pela Comissão.

§ 2º — É vedado o voto por procuração.

§ 3º — É permitido o voto por correspondência, devidamente acompanhado de carta assinada pelo eleitor e endereçada e recebida pela Comissão Eleitoral até a véspera da votação.

§ 4º — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

DAS ELEIÇÕES

Art. 10 — As eleições serão realizadas em Secção Eleitoral única, em local a ser divulgado pela Comissão Eleitoral, com abertura dos trabalhos às 9 horas e encerramento às 20 horas dos dias determinados pela Comissão Eleitoral.

Art. 11 — Haverá 2 (duas) urnas na Secção Eleitoral, uma para os segmentos de professores e funcionários da Faculdade e do Colégio e uma para os alunos da Faculdade.

Art. 12 — O voto é facultativo, secreto e direto em cédula oficial, sendo obrigatória a identificação do votante à Secção Eleitoral.

Art. 13 — O voto deverá ser atribuído unicamente a uma das chapas constantes na cédula.

Parágrafo único — O processo de votação deverá ser efetivado no sentido de determinar:

- 1) a chapa de preferência do eleitor;
- 2) a ordem de preferência do eleitor em relação aos candidatos da mesma chapa, ordenando-os de 1º a 6º (primeiro a sexto).

Art. 14 — O processo eleitoral será dirigido desde a abertura dos trabalhos até o encerramento da votação por, pelo menos, 3 (três) membros da Comissão Eleitoral.

DA APURAÇÃO

Art. 15 — A apuração será procedida pela própria Comissão Eleitoral, iniciada logo após o encerramento do processo de votação, podendo ser acompanhada por membros integrantes da Congregação, Direção e demais órgãos colegiados, bem como representante de cada chapa.

Art. 16 — Serão nulas as cédulas:

- a) que não corresponderem ao modelo oficial;
- b) que não estiverem autenticadas através de rubrica de um dos membros da Comissão Eleitoral.

Art. 17 — Serão nulos os votos:

- a) que assinalarem mais de uma chapa;
- b) quando a assinalação não estiver no local próprio, tornando duvidosa a manifestação da vontade do eleitor;
- c) dados a candidatos que não estejam regularmente inscritos.

Parágrafo único — A falta de ordenação ou ordenação duvidosa ou repetida não implicará em anulação do voto.

Art. 18 — Não se constituirá em motivo de anulação da eleição se o número de votos em branco for superior ao número de votos recebidos pela chapa vencedora.

Art. 19 — A apuração dos votos se dará em dois momentos:

- 1) apuração das chapas para determinar a chapa vencedora;
- 2) ordenação dos candidatos da chapa vencedora.

Art. 20 — Será considerada vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos, de acordo com a seguinte forma:

a) Professores e funcionários da Faculdade de Educação e Colégio de Aplicação participarão com o peso (p) de 2/3.

b) Alunos da Faculdade de Educação participarão com o peso (p) de 1/3.

Parágrafo único — O número final de votos de cada chapa será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$N = p_1 \frac{V_1 P_1 T}{E_1} + p_2 \frac{V_2 P_2 T}{E_2} \text{ onde:}$$

Os índices 1 e 2 referem-se aos Grupos de eleitores descritos nas alíneas a e b.

N = número final de votos de cada chapa;

p = peso diferencial de cada um dos Grupos, segundo alíneas a e b deste artigo;

V = votos na urna por chapa;

p = presença de eleitores em cada um dos Grupos de votantes;

E = total de eleitores em cada um dos Grupos de votantes;

T = total geral de eleitores..

Art. 21 — Determinada a chapa vencedora através do processo descrito no Art. 20, proceder-se-á à determinação da ordem dos candidatos nesta chapa, de acordo com o seguinte procedimento:

a) Para aplicação do procedimento descrito neste artigo serão considerados somente os votos da chapa vencedora obtida pelo processo descrito no artigo anterior, conservada a separação pelos dois Grupos de eleitores. Isto é, somente serão considerados os votos dados à chapa vencedora *globalmente*, independentemente do fato de a chapa ter vencido ou não em um dos dois Grupos de eleitores particularmente.

b) As ordenações atribuídas pelos eleitores, a cada candidato, receberão uma pontuação de 1 a 6, na ordem inversa daquela atribuição, isto é, à ordem primeira corresponderá a 6 pontos, à ordem segunda corresponderá 5 pontos, e assim por diante. Aos candidatos não ordenados ou com ordenação repetida, será atribuído o peso mínimo.

c) O número final de pontos de cada candidato será obtido através da fórmula descrita no parágrafo único do Artigo 20, obedecidas as ponderações descritas nas alíneas a e b daquele artigo. Os candidatos serão ordenados em ordem de preferência segundo o número de pontos assim obtidos, isto é, obterá o primeiro lugar o candidato que tiver alcançado o maior número de pontos e assim por diante.

Art. 22 — A Comissão Eleitoral ao concluir a apuração:

a) registrará e divulgará em Assembléia o resultado final do total de votos apurados;

b) encaminhará as listas sêxtuplas eleitas para diretor e vice-diretor da FACED à Congregação, devidamente ordenadas em ordem decrescente dos valores obtidos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 — Os prazos referentes ao desenvolvimento do processo eleitoral serão estabelecidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 24 — Este regulamento só poderá ser alterado em Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim, e qualquer alteração só será efetuada se aprovada por dois terços dos eleitores presentes à Assembléia.

Parágrafo único — As propostas de alteração deste Regulamento deverão ser encaminhadas, por escrito, à Comissão Eleitoral até 3 (três) dias após sua divulgação a todos os segmentos da Faculdade.

Porto Alegre, 12 de agosto de 1984.

A COMISSÃO ELEITORAL:

Professores: Cícero Marcos Teixeira e Neusa Junqueira Armellini

Funcionários: Helena Osório Lehnem e João Carlos Bonotto

Alunos: Helena Beatriz Carvalho (Graduação) e Sonia Mara Moreira Ogiba (Pós-Graduação).

Colégio de Aplicação: Maria Delourdes Maciel (Professora) e Irene Ferreira de Carvalho (Funcionária)

ANEXO V

"Regulamento Eleitoral"

Faculdade de Veterinária, 1984

REGULAMENTO ELEITORAL

Art. 1º - A eleição para a composição de duas (2) listas sêxtuplas de candidatos ao cargo de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Veterinária e uma (1) lista triplíce de candidatos ao cargo de Diretor do Hospital de Clínicas Veterinárias, a ser submetida à Congregação e ao Conselho Diretor, respectivamente, realizar-se-á nos dias 10, 11, 12, 13, 14 e 17 de setembro de 1984.

§ Único - Terão direito a participar de todas as etapas do processo, professores, alunos e funcionários, na proporção de 1/3 para cada categoria.

CAPÍTULO I - DA COMISSÃO EXECUTIVA ELEITORAL

Art. 2º - A Comissão Executiva Eleitoral será constituída de nove (9) membros, três (3) representantes de cada categoria, indicado por seus pares.

§ 1º - Os candidatos não poderão fazer parte da Comissão Executiva Eleitoral.

§ 2º - Esta Comissão Executiva Eleitoral elegerá um Presidente que coordenará os trabalhos.

Art. 3º - Compete à Comissão Executiva Eleitoral:

- a) cumprir e fazer cumprir este regulamento;
- b) receber as inscrições dos candidatos, atribuir-lhe um número por sorteio e divulgar seus nomes na forma e dentro do prazo estabelecido neste regulamento;
- c) confeccionar as cédulas para a votação;
- d) providenciar na divulgação do local, horário e forma da votação;
- e) estabelecer as urnas no local da votação, de modo a assegurar o caráter secreto do voto;
- f) conduzir o processo de votação e apuração, de acordo com as normas neste regulamento;
- g) encaminhar em ata à Comissão Comunitária Paritária o nº de votantes e votos obtidos pelo(s) candidato(s) para divulgação dos resultados;
- h) convocar mesários quantos forem necessários;

CAPÍTULO II - DOS ELEITORES

Art. 4º - São eleitores:

- a) Todos os alunos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Ve-

terinária e os Residentes do Hospital de Clínicas Veterinárias;

b) Todos os funcionários lotados na Faculdade de Veterinária e Hospital de Clínicas Veterinárias ; com vínculo empregatício com a UFRGS.

c) Todos os professores lotados no Departamento de Clínica Médica (VET 1), no Departamento de Medicina Veterinária Preventiva (VET 2) e no Departamento de Patologia e Clínica Cirúrgica (VET3).

CAPÍTULO III - DOS CANDIDATOS

Art. 5º - Podem ser candidatos os professores lotados nos três Departamentos da Faculdade de Veterinária, res salvando o que preceitua a legislação em vigor.

Art. 6º - A inscrição dos candidatos será feita por escrito junto à Comissão Executiva Eleitoral, na pessoa de seu presidente.

§ Único - A inscrição far-se-á mediante assinatura em um formulário próprio.

Art 7º - O encerramento das inscrições dar-se-á às 17:30 horas do dia 31 de agosto de 1984.

Art 8º - A Comissão Executiva Eleitoral, na medida em que forem feitas as inscrições, divulgará os nomes que concorrem às eleições.

§ Único - A cada candidato será atribuído um número, através de sorteio, sendo que o maior número se rá o equivalente ao número de candidatos.

Art 9º - Os candidatos se comprometem a apresentar suas plataformas em reuniões públicas conjuntas das três (3) categorias e/ou à apresentação de plataforma por escrito para fins de ampla divulgação entre a comunidade.

CAPÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 10 - As eleições serão realizadas em secção eleitoral única.

Art. 11 - As eleições serão em seis (6) turnos consecutivos, com apuração dos votos logo após cada turno, sendo que o nome do eleito imediatamente divulgado.

§ Único - Turnos:

a) O primeiro turno para a escolha do primeiro no-

me da lista sêxtupla para a Faculdade de Veterinária e o primeiro nome da lista tríplice para o Hospital de Clínicas Veterinárias será realizado no dia 10 de setembro das 9 às 17 horas.

b) O segundo turno para a escolha do segundo nome da lista sêxtupla para a Faculdade de Veterinária e o segundo nome da lista tríplice para o H.C.V. será realizado no dia 11 de setembro, das 9 às 17 horas.

c) O terceiro turno para a escolha do terceiro nome da lista sêxtupla para a Faculdade de Veterinária e o terceiro nome da lista tríplice para o H.C.V., será realizado no dia 12 de setembro, das 9 às 17 horas.

d) O quarto turno para a escolha do quarto nome da lista sêxtupla para a Faculdade de Veterinária, será realizado no dia 13 de setembro, das 9 às 17 horas.

e) O quinto turno para a escolha do quinto nome da lista sêxtupla para a Faculdade de Veterinária, será realizado no dia 14 de setembro, das 9 às 17 horas.

f) O sexto turno para a escolha do sexto nome da lista sêxtupla para a Faculdade de Veterinária, será realizado no dia 17 de setembro, das 9 às 17 horas.

Art. 12 - Haverá no mínimo três (3) urnas na Seção Eleitoral, uma para cada categoria, em cada eleição.

Art. 13 - O voto é facultativo, secreto e direto em cédula única.

§ 1º - O eleitor deverá assinar a lista de presença e apresentar documento de identificação perante a mesa.

§ 2º - Após identificação, o votante receberá uma (1) cédula oficial rubricada, uma para cada eleição (H.C.V.-F.V.), que deverá ser colocada na respectiva urna pelo eleitor, com a indicação de seu candidato.

Art. 14 - Em cada eleição, o voto deverá ser atribuído a apenas um (1) candidato em cada turno, nominalmente e/ou através de seu número.

§ Único - Se houver incoincidência entre o nome e o número do candidato, será considerado somente o nome.

Art. 15 - A lista de candidatos ficará afixada na cabine eleitoral para melhor orientação do eleitor.

Art. 16 - O processo eleitoral será acompanhado, desde a abertura dos trabalhos até seu encerramento, por, pelo menos, um (1) representante de cada categoria, pertencentes a Comissão Executiva Eleitoral.

Art. 17 - É vedado o voto por procuração.

CAPÍTULO V - DA APURAÇÃO

Art. 18 - A apuração será procedida pela Comissão Executiva Eleitoral, iniciada logo após o encerramento do processo de votação de cada turno.

§ Único - Os trabalhos de apuração não serão interrompidos até a sua conclusão.

Art. 19 - Abertas as urnas, a Comissão Executiva Eleitoral verificará se o número de cédulas corresponde ao número de votantes.

§ Único - Acincoincidência entre o número de votantes e o número de cédulas nas urnas não se constituirá em motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada.

Art. 20 - Serão nulas as cédulas:

- a) que não corresponderem ao modelo oficial;
- b) que não estiverem autenticadas através de rubrica de 2 dos membros da Comissão Executiva Eleitoral.

Art. 21 - Serão nulos os votos:

- a) que assinalarem mais de um nome ou número;
- b) ilegível, tornando duvidosa a manifestação da vontade do eleitor;
- c) dados a professores que não estejam regularmente inscritos como candidatos.

d) que assinalarem o nome do candidato eleito em escrutínio anterior;

e) rasurados ou que contenham qualquer outro conteúdo que não o número e/ou nome do candidato;

Art. 22. - Todas as categorias participarão com peso igual (1/3) na apuração dos resultados, conforme segue:

$$\frac{70\% \text{ do universo total de alunos}}{70\% \text{ do universo total de funcionários}} = X$$

$$\frac{70\% \text{ do universo total de alunos}}{70\% \text{ do universo total de professores}} = Y$$

O resultado da apuração será obtida através da seguinte fórmula:

(nº de votos dos alunos) + (nº de votos dos funcionários . X) + (nº de votos dos professores . Y) = total de votos aprovados.

§ 1º - No caso de qualquer das categorias mobilizar seus eleitores com votação acima dos valores previamente estipulados (70%), far-se-á a correção de índices (fatores de correção) após o escrutínio, preservando-se a proporção de 1/3.

§ 2º - No caso de uma ou mais categorias não atingirem o universo mínimo pré-fixado no artigo 22, o índice permanecerá com os mesmos valores, isto é, sem correção após o escrutínio.

Art. 23 - É considerado apto a compor as listas sêxtupla e tríplice os candidatos que obtiver a maioria dos votos válidos em cada escrutínio.

Art. 24 - Concluídas as apurações, a Comissão Executiva Eleitoral registrará em ata os resultados finais dos votos apurados, encaminhando-a a Comissão Comunitária Paritária.

§ 1º - A lista sêxtupla para Diretor da Faculdade de Veterinária e a lista tríplice para Diretor do Hospital de Clínicas Veterinárias deverá ser ordenada segundo o resultado obtido em cada turno subsequente.

§ 2º - O segundo colocado na lista mencionada no parágrafo primeiro deste artigo encabeçará a lista sêxtupla para Vice-Diretor da Faculdade de Veterinária, passando o candidato a Diretor para o segundo lugar, permanecendo os demais em suas colocações:

Diretor	Vice-Diretor
A	B
B	A
C	C
D	D
E	E
F	F

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - É vedada a propaganda eleitoral no recinto da votação.

Art. 26 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Executiva Eleitoral.

Aprovado em 21 de agosto de 1984.

MCD.

ANEXO VI

"Regulamento Eleitoral"

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COMISSÃO ELEITORAL
REGULAMENTO ELEITORAL

A Comissão Eleitoral do IFCH, em reunião realizada no dia 22 de outubro de 1984, às 15 horas, promoveu esta reunião final do Regulamento Eleitoral para a Direção do IFCH, conforme deliberação da Assembléia Geral da Comunidade Acadêmica do Instituto, realizada no dia 18 p. p.

DA ELEIÇÃO:

A eleição será direta, secreta e paritária, correspondendo a cada categoria, 1/3 do Colégio Eleitoral.

Será realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 1984, em duas seções eleitorais, localizadas uma na Secretaria do Departamento de Psicologia, no prédio 25 (Antiga Faculdade de Filosofia), das 9 h às 20 horas e outra nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no prédio D do Campus do Vale, das 9 h às 17 horas.

Em cada seção eleitoral haverá uma urna para cada categoria.

São Eleitores:

- a) Os alunos matriculados nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação - nível de mestrado - do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;
- b) Os professores lotados e em efetivo exercício nos Departamentos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;
- c) Os funcionários lotados e em efetivo exercício no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Não será permitido o voto por procuração.

Os eleitores que pertencerem a mais de uma categoria, deverão optar por uma delas junto à Seção Eleitoral na qual é votante.

Os eleitores deverão votar na Seção Eleitoral instalada junto à sede do Departamento em que estiver lotado.

Na cédula de votação, o eleitor indicará seis nomes dentre os candidatos inscritos, por ordem de preferência.

Se um mesmo nome constar mais de uma vez no mesmo voto, este será anulado.

DA APURAÇÃO:

Será constituída uma Sub-Comissão Apuradora, formada por representantes indicados pela três categorias, facultando-se aos candidatos indicarem representantes para acompanharem os trabalhos da mesma.

Caberá à Comissão Eleitoral a coordenação da apuração.

A apuração será realizada no dia 09 de novembro de

A Sub-Comissão apuradora fará o contagem dos pontos atribuídos a cada candidato, computando pontos de acordo com a posição na cédula eleitoral (1º colocado: 6 pontos, 2º: 5, 3º: 4, 4º: 3, 5º: 2, 6º: 1).

DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

Concluído o processo de apuração, a Comissão Eleitoral registrará os resultados em ata e divulgará os mesmos, ordenando de forma decrescente a lista dos candidatos, segundo os índices por eles obtidos.

DO ENCAMINHAMENTO DA LISTA SEXTUPLA:

Será dado um prazo de 24 horas após a divulgação dos resultados, para apresentação de recursos junto à Comissão Eleitoral, após o que, a lista sextupla será encaminhada à Direção do TCE/Região do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MECANISMOS DE APURAÇÃO:

A partir da ficha de apuração temos condições de estabelecer o nº de pontos obtidos pelos candidatos em cada uma das categorias. Entretanto, como varia o número de votantes de uma categoria para outra, precisamos tornar comparáveis os resultados obtidos em cada uma das categorias.

Indicaremos, através de um exemplo hipotético, de que forma isto pode ser feito:

Vamos supor, em primeiro lugar, que tenham votado 30 funcionários, 70 professores e 250 alunos. Neste caso, o nº. máximo de pontos que poderia ser obtido pelos candidatos será respectivamente:

- votantes na categoria funcionários $30 \times 6 = 180$
- votantes na categoria professores $70 \times 6 = 420$
- votantes na categoria alunos $250 \times 6 = 1500$

OBS: O número máximo de pontos representaria a indicação como primeiro da lista, de um mesmo nome, por todos os cidadãos da categoria.

Com base neste número máximo de pontos possível por categoria, é simples proceder à normalização que permite a comparação dos dados (resultados). Basta tomar os pontos do candidato como uma percentagem do nº máximo de pontos possível da categoria, anteriormente calculado: $\frac{\text{Pontos do candidato na categoria}}{\text{Nº máximo de pontos na categoria}} \times 100$

Nº máximo de pontos na categoria

Imaginemos agora, 3 candidatos (A, B e C) e imaginemos também um número qualquer de pontos obtidos por eles em cada uma das categorias:

I. Categoria dos funcionários: (máximo de 180 pontos)

A pontuação dos candidatos entre os funcionários seria a seguinte:

MS

[Handwritten signatures]

B : 100

C : 50

Portanto:

A : 150

$$\frac{\quad}{180} \times 100 : 83,3$$

180

B : 100

$$\frac{80}{180} \times 100 : 55,5$$

C : 50

$$\frac{30}{180} \times 100 : 27,7$$

IX. Categoria dos professores: (máximo de 420 pontos)

A pontuação dos candidatos entre os professores seria:

A : 300

B : 200

C : 90

Portanto:

A : 300

$$\frac{300}{420} \times 100 : 71,4$$

420

B : 200

$$\frac{200}{420} \times 100 : 47,6$$

C : 90

C : 90

$$\frac{90}{420} \times 100 : 21,4$$

420

XIII. Categoria dos alunos (máximo de 1500 pontos):

A pontuação entre os alunos, dos candidatos, seria:

A : 1200

B : 1500

C : 200

Portanto:

A : 1200

$$\frac{1200}{1500} \times 100 : 80$$

1500

B : 1500

$$\frac{1500}{1500} \times 100 : 100$$

1500

C : 200

$$\frac{200}{1500} \times 100 : 13,3$$

1500

O índice total de pontos de cada um dos candidatos corresponderia ao somatório das três categorias, como segue:

$$A (83,3 + 71,4 + 80) : 234,7$$

$$B (55,5 + 47,6 + 100) : 203,1$$

$$C (27,7 + 21,4 + 13,3) : 62,4$$

Assim o resultado final nos daria a seguinte classificação: 1º lugar: candidato A; 2º lugar: candidato B; 3º lugar: candidato C.

Estes cálculos serão feitos para todos os candidatos e a lista sextupla será constituída pelos seis primeiros colocados.

ANEXO VII

"Cronograma do Processo Eleitoral Desenvolvido na FACED"

Faculdade de Educação, 1984

GREVE	PROCESSO ELEITORAL	
	COMISSÃO ELEITORAL	REGULAMENTO ELEITORAL
15/5	28/6	09/7
<ul style="list-style-type: none"> Discussão e reflexão sobre o processo de democratização na Universidade - FACED 	<ul style="list-style-type: none"> Constituição da Comissão Eleitoral Definição de princípios e etapas de trabalho Levantamento de temas básicos para discussão Definição de normas de funcionamento das assembleias Palestras de pessoas-fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Discussão e elaboração do regulamento eleitoral com a participação da Comunidade em Assembleias Aprovação do regulamento eleitoral em Assembleia

PROCESSO ELEITORAL PROPRIAMENTE DITO		1984	
FACED		CONGREGAÇÃO	REITORIA-MEC
11/10	17/10	31/10	14/11
<ul style="list-style-type: none"> Inscrição de candidatos para compor a lista sêxtupla de diretor Campanha Eleitoral Votação pela Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> Apuração dos votos Divulgação dos resultados para Vice-Diretor Encaminhamento à Direção e Congregação 	<ul style="list-style-type: none"> Votação Apuração Divulgação dos resultados para Vice-Direção Encaminhamento à Direção e Congregação 	<ul style="list-style-type: none"> Eleição da lista sêxtupla para Diretor e Vice-Diretor Indicação do Diretor da FACED Posse do Diretor Indicação do Vice-Diretor Posse do Vice-Diretor
26/9			
<ul style="list-style-type: none"> Inscrição de candidatos para compor a lista sêxtupla para Vice-Diretor. Campanha eleitoral 			

ANEXO VIII

"Diagrama do Processo de Eleição da Lista Sêxtupla para Di-
retor da Faculdade de Ciências Econômicas"

Faculdade de Ciências Econômicas, 1984

COMISSÃO ELEITORAL

COMISSÃO ELEITORAL

SEGMENTOS CONSULTADOS

DESIGNA COMISSÃO

ELABORA ASSENTO
ELEITORAL

NORMAS / PROCEDIMENTOS

ELABORA LISTA
SÉXTUPLA

REALIZA
CONSULTA

TÉCNICOS
ADMINISTRATIVOS

DISCENTES

DOCENTES

ENCAMINHA LISTA
AO REITOR

VOTA

VOTA

VOTA

FINAL

ENCAMINHA
CONGREGAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

- 1 ACHAERANDIO, Luis. La autonomia de las universidades. Cultura de Guatemala, Guatemala, 5(3):11-39, sep./dic. 1984.
- 2 ACONTECIMENTOS de maio de 68. Contra-Cena, Porto Alegre (1): 3-16, maio 1982.
- 3 ALENCAR, Álvaro & SOUZA, Walter. A transformação da Universidade e sua democratização. Porto Alegre, 1984. 3f.
- 4 ALGUNS aspectos da correlação dos poderes na Universidade; debate. Problemas Brasileiros, São Paulo, 16(182): 23-8, dez. 1979.
- 5 ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3. ed. Lisboa, Presença, 1980. 120p.
- 6 ANDRÉ, Marli E. D. A. Estudo de Caso: seu potencial na educação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (49):51-4, maio 1984.
- 7 A ASSEMBLÉIA geral dos estudantes. Boletim do DAECA, Porto Alegre, :8-9, nov. 1984.
- 8 ATCON, Rudolph P. Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira. Rio de Janeiro, MEC/DES, 1966. 124 p.
- 9 BERNARDES, Américo. Professores e funcionários das Universidades; um balanço da greve. Em Tempo, São Paulo, 7(192):6, ago. 1984.
- 10 BERNARDES, Américo & FLORES, Magda. Greve. Em Tempo, São Paulo, 7(191):10, jul. 1984.
- 11 BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. Qualitative research for education; an introduction to theory and methods. Boston, Allyn and Bacon, 1982. 253p.
- 12 BOLETIM DO DAECA. Porto Alegre, nov. 1984.
- 13 BOLETIM DO DAECA. Porto Alegre, nov. 1984. n. extra.
- 14 BOLETIM DO DAECA. Porto Alegre, set. 1984.
- 15 BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional para Re formulação da Educação Superior. Uma nova política para a educação superior; relatório final. Brasília, Ipiranga, 1985. 119p.
- 16 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. Relatório. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 50(111):119-75, jul./set. 1968.

- 17 BRUYNE, Paul de et alii. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais; os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. 251p.
- 18 BUARQUE, Jorge. O movimento operário nas ditaduras do Cone Sul. Perspectiva Internacional, São Paulo (8/9):22-30, dez. 1984.
- 19 CARVALHO, Guido I. de. Ensino superior; legislação e jurisprudência. 2. ed. Rio de Janeiro, s. ed., 1969. 489p.
- 20 CHAGAS, Carlos. A guerra das estrelas (1964/1984); os bastidores das sucessões presidenciais. 3. ed. Porto Alegre, L&PM, 1985. 325p.
- 21 CHAUI, Marilena. A democracia como conquista. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE, 1., Porto Alegre, 1982. Caderno. Porto Alegre, DCE/UFRGS, 1982. p.1-7.
- 22 _____. Pensando numa democracia universitária. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE, 1., Porto Alegre, 1982. Caderno. Porto Alegre, DCE/UFRGS, 1982. p.98-103.
- 23 _____. Sábios e sabidos, uma discussão ociosa. Folhetim, São Paulo (452):8-11, set. 1985.
- 24 CONSELHO DE DIRETÓRIOS ACADÊMICOS. Resoluções sobre as eleições diretas para diretores na UFRGS; reunião realizada em 29 de agosto de 1984. Porto Alegre, DCE/UFRGS, 1984. 2f.
- 25 CUNHA, Luiz Antônio. Brasil - Autonomia universitária: de saños conceptuales y políticos. In: ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Departamento de Asuntos Educativos. Autonomía universitaria: tensiones y esperanzas. Washington, 1986. p.61-73. Serie Universidad, 1.
- 26 _____. Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil. Forum educacional, Rio de Janeiro, 5(2): 3-28, abr./jun. 1981.
- 27 _____. O "Milagre Brasileiro" e a política educacional. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1., Porto Alegre, 1982. Revista. Porto Alegre, UEE/RS, 1982. p.52-61.
- 28 _____. A reforma da Universidade Brasileira vista de dentro. Educação e Sociedade, São Paulo, 5(15):75-88, ago. 1983.
- 29 _____. A Universidade crítica; o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983. 260p.
- 30 DIA 21 de julho: mais de 130 entidades sindicais convocam greve geral. Em Tempo, São Paulo, 6(174):2-10, jul. 1983.

- 31 DIRETAS já; trabalhadores não aceitam a rendição. Em Tempo, São Paulo, 7(190):2-9, jun. 1984.
- 32 DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1981. 814p.
- 33 DURHAM, Eunice R. A crise da democracia na Universidade. Ciência Hoje, São Paulo, 3(13):54-7, jul./ago. 1984.
- 34 EDITORIAL. Boletim da Comunidade Universitária da UFRGS, Porto Alegre (2):1-2, nov. 1984.
- 35 EM debate as "Reformas". Visão, São Paulo, 50(5):12-3, mar. 1977.
- 36 ESTÁ tudo de acordo? As questões que sobraram depois que a paz metalúrgica foi assinada para a região do ABC. Veja, São Paulo (558):103-7, maio 1979.
- 37 FÁVERO, Maria de L. A. Relações de poder e democratização da Universidade. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 64(148):295-300, set./dez. 1983.
- 38 _____. A Universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977. 102p.
- 39 _____. Universidade: poder e participação. Educação e Sociedade, São Paulo, 5(16):42-61, dez. 1983.
- 40 _____. Universidade & Poder; análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980. 205p.
- 41 FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Reestruturação da Universidade; documento-base aprovado na Reunião do Conselho de Representantes em 15 e 16 de julho de 1983. Salvador, 1983. 19p.
- 42 FERNANDES, Florestan. A universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. 257p.
- 43 FERRARI, Alceu R. et alii. Esboço de um programa de ação para 1985/1988. Educação e Realidade, Porto Alegre, 10(1):162-65, jan./abr. 1985.
- 44 _____. Idéias básicas da chapa única da FAGED. Educação e Realidade, Porto Alegre, 10(1):159-62, jan./abr. 1985.
- 45 FERRAZ, Francisco. Momentos decisivos. Jornal da UFRGS, Porto Alegre (2):2, abr. 1986.
- 3 46 FERREIRA, Márcia Ondina V. Democratização da Universidade: processo, conquista, ruptura institucional. Educação e Realidade, Porto Alegre, 10(1):149-58, jan./abr. 1985.
- 47 FERREIRA, Nilda Teves. Algumas reflexões sobre o Estado e a autonomia universitária. In: TUBINO, Manoel J. G.; org.

- A universidade ontem e hoje. São Paulo, IBRASA, 1984. p. 160-9.
- 48 FISCHER, Nilton Bueno. Eleições na FAGED: inauguração de um movimento participativo. Educação e Realidade, Porto Alegre, 10(1):139-44, jan./abr. 1985.
- 49 FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 3. ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. 142p.
- 50 FUNDAÇÕES; as eleições de reitor. Boletim da ANDES, Florianópolis, 3(19):11, out. 1984.
- 51 GARAUDY, Roger. A Revolta dos Estudantes e a Revolução. Contra-Cena, Porto Alegre (1):27-39, maio 1982.
- 52 GARCIA, Marco Aurélio. Democratização da universidade: a experiência chilena. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1., Porto Alegre, 1982. Revista. Porto Alegre, UEE/RS, 1982. p.62-75.
- 53 GIANNOTTI, José A. Contra a demagogia; entrevista a Mário Sérgio Conti. Veja, São Paulo (885):3-6, ago. 1985.
- 54 _____. A douta incompetência. Folhetim, São Paulo (453):4-5, set. 1985.
- 55 _____. O mérito do poder e o poder do mérito. Folhetim, São Paulo (445):6-8, ago. 1985.
- 56 _____. Notas intempestivas sobre a questão da Universidade. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE, 1., Porto Alegre, 1982. Caderno. Porto Alegre, DCE/UFRGS, 1982. p.8-18.
- 57 _____. A Universidade e a crise. Novos Estudos Cebrap, São Paulo (10):32-41, out. 1984.
- 58 _____. Universidade em ritmo de barbárie. São Paulo, Brasiliense, 1986. 113p.
- 59 GOÊS, Moacyr de. Voz Ativa. In: CUNHA, Luiz Antônio. O golpe na educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. p.7-34.
- 60 GRACIANI, Maria Stela Santos. O ensino superior no Brasil; a estrutura de poder na Universidade em questão. Petrópolis, Vozes, 1982. 164p.
- 61 GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 244p.
- 62 GREVE: mais de 2 milhões e meio pararam. Em Tempo, São Paulo, 6(175):2-11, jul. 1983.
- 63 A GREVE dos 84 dias. Boletim da ANDES, Florianópolis, 5(20):2, fev. 1985.

- 64 INFORME do Diretório Acadêmico Othon Silva e Associação dos Funcionários da Faculdade de Odontologia da UFRGS. Porto Alegre, 1984. 1f.
- 65 JARA, Oscar. Concepção dialética da educação popular. CEPIS, São Paulo (2):3-34, maio 1985.
- 66 JORNALECO. Porto Alegre, fev. 1984.
- 67 LOWY, Michel. Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários; a evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo, Lech, 1979. 320p.
- 68 MAAR, Wolfgang Leo. Autonomia universitária; uma questão de prática democrática. Educação e Sociedade, São Paulo, 7(22):20-7, set./dez. 1985.
- 69 _____. O carrasco da universidade. Folhetim, São Paulo (448):8-9, ago. 1985.
- 70 MANDEL, Ernest. Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes. Lisboa, Antídoto, 1979. 160p.
- 71 MARTINS, Carlos Benedito. Ensino pago: um retrato sem retoques. São Paulo, Global, 1981. 211p.
- 72 _____. Privatização: a política do Estado autoritário para o ensino superior. In: SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE, 2., Porto Alegre, 1983. Caderno. Porto Alegre, UEE/RS, 1983. p.23-39.
- 73 MARX, Karl. El método de la economía política. In: _____. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971. vol.1. p.20-30.
- 74 OLIVEN, Arabela C. Expansão do ensino superior: democratização ou cooptação. Educação Brasileira, Brasília, 2(4):51-75, 1º sem. 1980.
- 75 ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Departamento de Asuntos Educativos. Autonomía universitaria: tensiones y esperanzas. Washington, 1986. 174p. Serie Universidad, 1.
- 76 ORTIZ, Renato. Fundações, autarquias e reforma administrativa. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE, 1., Porto Alegre, 1982. Caderno. Porto Alegre, DCE/UFRGS, 1982. p. 50-8.
- 77 PACHECO FILHO, A. & MICHELETTO, N; org. Uma experiência democrática: o caso PUC/SP. São Paulo, Cortez, 1981. 117 p.
- 78 PIMENTA, Aluísio. Universidade; a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis, Vozes, 1984. 127p.
- 79 PINTO, Álvaro Vieira. A questão da universidade. São

- Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986. 102p.
- 80 PIRES FILHO, Fernando M. Eleição de dirigentes: o processo em andamento na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984. 10f.
- 81 PIRES FILHO, Fernando M. et alii. Programa da Chapa 2 - Pela Democracia; processo eleitoral de formulação da lista sêxtupla com vistas à escolha da Direção da Faculdade de Odontologia da UFRGS. Porto Alegre, 1984. 2f.
- 82 POERNER, Artur José. O poder jovem; história da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 381p.
- 83 PORTANTIERO, Juan C. Estudiantes y política en América Latina 1918-1938: el proceso de la reforma universitaria. México, Siglo XXI, 1978.
- 84 POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 368p.
- 85 PROPOSTA para alteração no processo de formulação da lista sêxtupla com vistas à escolha da Direção da Faculdade; e laborada pela Associação dos Docentes UFRGS/Odontologia, Diretório Acadêmico Othon Silva e Associação dos Funcionários da Odontologia. Porto Alegre, 1984. 7f.
- 86 RAMOS, Armando Octávio. Alguns aspectos da correlação dos poderes na Universidade. Problemas Brasileiros, São Paulo, 16(182):19-22, dez. 1979. Palestra realizada em reunião do Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política, em 8 Nov. 1979.
- 87 REFORMAS constitucionais: nada além do superficial. Visão, São Paulo, 52(6):16-8, mar. 1978.
- 88 RODRIGUES, Neidson. Autonomia X universidade: uma questão política. Educação & Sociedade, São Paulo, 4(11): 5-24, jan. 1982.
- 89 ROMANO, Roberto. Autoridade e poder na vida acadêmica. Fôlhetim, São Paulo (504):3-5, out. 1986.
- 90 ROSAS, Edvaldo. Servidores em movimento; entrevista a Luci Ayala. Em Tempo, São Paulo, 6(166):10, fev. 1983.
- 91 SANFELICE, José Luís. Movimento estudantil - a UNE na resistência ao Golpe de 64 - Antecedentes; Parte 1: início da década de 60: a UNE e a Reforma Universitária. Reflexão, Campinas, 10(31):146-67, jan./abr. 1985.
- 92 _____ . Movimento estudantil - a UNE na resistência ao Golpe de 64; Parte 2: início da década de 60: a presença da UNE nos acontecimentos políticos. Reflexão, Campinas, 10(32):119-33, maio/ago. 1985.

- 93 SANTOS, José Vicente T. & SCHMIDT, Isaura. As experiências de democratização do poder universitário na UFRGS. Porto Alegre, ADUFRGS, 1980. 10f.
- 94 SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis 5540/68 e 5692/71. In: GARCIA, Walter E., org. Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil/Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1978. p.174-94.
- 95 _____. Ensino público e algumas falas sobre universidade. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984. 110p.
- 96 SEGANFREDDO, Sonia. UNE - instrumento de subversão. Rio de Janeiro, GRD, 1963. 134p.
- 97 SEMINÁRIO DE DIRETAS PARA DIRETOR NA UFRGS, Porto Alegre, 1984. Resoluções. O Barco é o Mesmo; informativo dos estudantes da UFRGS, Porto Alegre (3):2-3, jun.1984.
- 98 SGUISSARDI, Waldemar. A crise do poder na UFSCar - descaminhos de um modelo? Educação & Sociedade, São Paulo, 7 (21):53-82, ago. 1985.
- 99 SILVA, Hélio. O poder militar. Porto Alegre, L&PM, 1984. 565p.
- 100 SILVA, Nilton Rogério S. da. Plataforma eleitoral com vistas à eleição direta para Diretor na Faculdade de Veterinária da UFRGS. Porto Alegre, 1984. 7f.
- 101 SILVA, Tomaz Tadeu, org. Eleições e participação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; suplemento especial. Educação & Realidade, Porto Alegre, 10(1):71-165, jan./abr. 1985.
- 102 SILVA, Verã & AQUINO, Luís. Os servidores públicos e a questão democrática: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985. 73p. Trabalho apresentado à disciplina Seminário IV de Sociologia.
- 103 SINGER, Paulo. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985. p.VII-XXXIII.
- 104 THIOLENT, Michel J. M. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (49): 45-50, maio 1984.
- 05 TRABALHADORES: o teste, até o fim do ano. Visão, São Paulo, 53(2):26-9, jul. 1978.
- 06 TRAGTEMBERG, Maurício. Os caminhos da democratização da Universidade. Tecendo à Manhã, Volta Redonda, 2(1):3, mar. 1985.

- 107 TRIPODI, Tony. Análise da pesquisa social; diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981. 338p.
- 108 A UNEF propõe. Contra-Cena, Porto Alegre (1):42-7, maio 1982.
- 109 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Diretório Central de Estudantes - Livre. Quem tem medo da democracia na UFSCar? São Carlos, 1983. 6f.
- 110 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto. Porto Alegre, 1983. 74p.
- 111 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário. Recomendação nº 01/84. Porto Alegre, 1984. 1f.
- 112 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Conselho de Funcionários. Processo eleitoral para a indicação da Direção da Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 1984. 3f.
- 113 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Veterinária. Comissão Comunitária Paritária. Circular; problemas levantados pela comunidade acadêmica e propostas de solução para a situação da Faculdade de Veterinária e do Hospital de Clínica Veterinária. Porto Alegre, 1984. 3f.
- 114 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Comissão de Funcionários. Subsídios ao Programa da Comissão de Professores, Alunos e Funcionários pró-democratização do IFCH. Porto Alegre, 1984. 1f.
- 115 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Planejamento. A Reforma Universitária; pressupostos gerais e implantação na UFRGS. Porto Alegre, 1979. 137p.
- 116 UNIVERSIDAD MAYOR DE "SAN ANDRES". Autonomia, co-gobierno y educacion popular en la universidad. La Paz, 1983. 42 f. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional de Educacion Popular. Piracicaba, UNIMEP, 1983.
- 117 VALE, José Dorneles Freitas et alii. Programa da Chapa 1; processo eleitoral de formulação da lista sêxtupla com vistas à escolha do Diretor da Faculdade de Odontologia da UFRGS. Porto Alegre, 1984. 9f.
- 118 VASCONI, Tomás & RECA, Inês. Universidade e poder. Porto Alegre, Setor Jovem Metropolitano - MDB, 1979. 46p. (Textos & Debates, 9).
- 19 VEIGA, Laura da. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964). Educação e Sociedade, São Paulo, 4(11):25-71, jan. 1982.

- 120 VEIGA, Laura da. Reform of the Brazilian university: the university and the question of hegemony (1954-1968). Stanford, School of Education, Stanford University, 1981. 496p. Tese dout.
- 121 _____. Reforma Universitária na década de 60: origens e implicações político-institucionais. Ciência e Cultura, São Paulo, 37(7): 86-97, jul, 1985. Suplemento.
- 122 _____. Universidade alternativa ou alternativas universitárias; 1ª parte. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1., São Paulo, 1980. Anais. São Paulo, Cortez, 1981. p.226-31.
- 123 VEIGA-NETO, Alfredo da. Análise dos dados das eleições pela comunidade, para composição das listas sêxtuplas para Diretor e Vice-Diretor da FAGED/UFRGS, em 1984. Educação & Realidade, Porto Alegre, 10(1):107-22, jan./abr. 1985.
- 124 VIANNA, Luiz Duarte. A nova estrutura acadêmica da UFRGS; primeiro ensaio de dimensionamento. Porto Alegre, UFRGS, 1971. 2v.
- 125 OS VINTE anos da ditadura e o destino da campanha pelas diretas. Em Tempo, São Paulo, 7(187):8, abr. 1984.
- 126 WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A falácia da competência. Folhetim, São Paulo (448):6-8, ago. 1985.
- 127 _____. O que é Universidade. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 83p.